

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO**

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E ENCAMPAÇÕES
NO DISCURSO DO GOVERNO LEONEL BRIZOLA:
RIO GRANDE DO SUL (1959-1963)**

SAMIR PERRONE DE MIRANDA

**PORTO ALEGRE
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SAMIR PERRONE DE MIRANDA

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E ENCAMPAÇÕES
NO DISCURSO DO GOVERNO LEONEL BRIZOLA:
RIO GRANDE DO SUL (1959-1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora:
Profª Drª Céli Regina Jardim Pinto

Banca examinadora:
Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi
Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Prof. Dr. Juliano Corbellini

**PORTO ALEGRE
2006**

Para minha mãe,
Teresinha,
por tudo.

Para meu pai,
Adão,
e meu tio,
Enio Jorge,
in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Desejo aqui manifestar minha dívida e meu agradecimento a todos que contribuíram para a minha formação e para a realização deste trabalho.

Primeiramente gostaria de registrar minha enorme gratidão a Céli Regina Jardim Pinto, minha professora orientadora. Agradeço por suas instigantes aulas, orientações e conversas, assim como por sua crítica acurada e seu fundamental incentivo para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política desta Universidade, em especial aos professores Carlos Schmidt Arturi, Maria Izabel Noll e Mercedes Maria Loguercio Cánepa pela atenção, observações e contribuições. Dos professores do Departamento de História da UFRGS, sou particularmente grato a Helga Iracema Landgraf Piccolo, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e René Ernaini Gertz por suas valiosas sugestões e indicações de bibliografia.

Assinalo meu agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa que possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço ainda a solicitude dos funcionários da Biblioteca do Solar dos Câmara, da Biblioteca do Piratini, do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa e da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS.

Ao pessoal da Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades desta Universidade agradeço não apenas pela presteza em seus serviços, mas também pelo ambiente afetuoso que me proporcionaram. Agradeço particularmente a Sônia Maria Ferreira Alves e Vera Maria Araujo Pigozzi de Araujo pelo convívio agradável e amistoso.

Neste período do mestrado, mostraram-se especialmente importantes os meus queridos amigos: Alessandra Gasparotto, Arthur Lima de Avila, Camila Freitas da Silva, Carlos Eduardo Carvalho da Silva, Caroline Silveira Bauer, Gustavo Eilers Penha, Luciana Maria de Aragão Ballestrin e Michel Neil Trindade. A estes que muito me honram com sua amizade agradeço pelo apoio cotidiano, pelo companheirismo e pelas conversas e sugestões.

Externo ainda minha gratidão à Gabriela Rodrigues pelo estímulo, pela leitura cuidadosa de meu texto e pelo debate entusiasmado de idéias.

Agradeço também a todos os meus familiares pelo permanente suporte, pela paciência e pelo grande afeto que sempre me oferecem.

Finalmente, gostaria de agradecer de um modo muito especial à minha mãe, Teresinha Elba Perrone. Agradeço imensamente por seu incondicional apoio, seu carinho, sua compreensão e, principalmente, seu exemplo de vida.

Março de 2006

Samir Perrone de Miranda

“Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios”.

René Rémond

RESUMO

Esta dissertação aborda o discurso do desenvolvimento do governo Leonel Brizola (1959-1963) no Rio Grande do Sul. A partir de uma perspectiva que associa as preocupações da Ciência Política com a abordagem da Análise de Discurso, este trabalho examina alguns dos principais aspectos da construção do referido discurso. Neste sentido, a pesquisa apresenta uma reflexão teórica sobre a noção de discurso e sobre destacadas matrizes de pensamento acerca dos modelos de desenvolvimento. Isto oferece subsídios para um exame das políticas no campo econômico por parte deste governo estadual. Dentre as medidas adotadas por esta administração, a dissertação enfatiza os processos de desapropriação de empresas estrangeiras nos setores de energia elétrica e de telecomunicações. Baseado no estudo específico destes eventos de intervenção estatal, a pesquisa analisa a constituição heterogênea do discurso do desenvolvimento do governo Brizola. Estes aspectos permitem averiguar: os distintos sentidos atribuídos ao desenvolvimento, o significado político destas encapações, a dinâmica dos elementos discursivos envolvidos e a importância de tais iniciativas governamentais na configuração de um projeto econômico para o Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político – Desenvolvimento – Leonel Brizola – Trabalhismo

ABSTRACT

This dissertation addresses the discourse of development of the Leonel Brizola administration (1959-1963) in the state of Rio Grande do Sul. With a perspective that brings together the concerns of Political Science with the approach of the Analysis of Discourse methodology, the work examines some of the main aspects of the discourse aforementioned. In this sense, the research presents a theoretical reflection about the concept of discourse and about the prominent matrixes of thought regarding the models of development. This approach offers resources for the exam of the economic policies of Brizola's government. Among all the measures taken by this administration, the dissertation emphasizes the processes of nationalization of the foreign companies in the fields of electrical energy and telecommunications. Based on the specific study of these matters of governmental intervention, the research analyzes the heterogeneous constitution of Brizola's administration's discourse of development. These aspects allow the investigation of the different meanings attributed to the development; the political significance of the nationalizations; the dynamics of the discursive elements involved; and the importance of such initiatives in the creation of an economic project for the state of Rio Grande do Sul.

KEY-WORDS: Political discourse – Development – Leonel Brizola – Labourism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO	22
1.1 NOÇÕES SOBRE DISCURSO	22
1.2 DELIMITAÇÃO DE UM DISCURSO	44
2 DEBATE ACERCA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	46
2.1 PENSAMENTO DA CEPAL	47
2.2 PENSAMENTO DO IBESP/ISEB	53
2.3 PENSAMENTO TRABALHISTA	62
2.4 DELIMITAÇÃO DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	68
3 GOVERNO BRIZOLA: DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E ENCAMPAÇÕES	75
3.1 CONTEXTO E DIRETRIZES DO GOVERNO BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL	76
3.2 GOVERNO BRIZOLA: APONTAMENTOS SOBRE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO	83
3.3 ENCAMPAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA	101
3.4 ENCAMPAÇÃO NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
FONTES DOCUMENTAIS	132
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

O projeto político de desenvolvimento econômico do governo Juscelino Kubitschek condicionou um incremento da situação de crise dos modelos de desenvolvimento em diferentes regiões do país. No caso do Rio Grande do Sul, caracterizado por uma histórica predominância do setor primário voltado à exportação para os demais estados brasileiros, as profundas mudanças verificadas na economia nacional aceleraram o processo de esgotamento de seu modelo.¹ Este contexto particular agravou-se em função dos efeitos da inflação e das dificuldades para a obtenção de investimentos, o que obstava um processo de modernização desta economia estadual.² Nesta perspectiva, a crise deste modelo gaúcho demonstrou algumas das deletérias conseqüências da disparidade estrutural de desenvolvimento entre as regiões brasileiras, bem como sinalizou a necessidade de modificações na orientação da política econômica.

Dentro deste complexo cenário do final da década de 1950, a eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio Grande do Sul pode ser entendida como um ponto fundamental de inflexão política. Esta administração trabalhista implementou medidas relevantes para a alteração desta situação de crise estadual e apontou para um novo projeto de desenvolvimento, baseado na industrialização e na intervenção estatal em áreas consideradas estratégicas. Deste modo, as políticas adotadas pelo governo Brizola no campo econômico denotam aspectos de um paradigma de desenvolvimento diferenciado. Neste sentido, as iniciativas das encampações de empresas estrangeiras constituem fatores essenciais para a

¹ Ver especialmente MÜLLER, C. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Banrisul, 1998. Capítulo 3 – 1945-1964: da prosperidade à crise anunciada.

² Um relato da época pode ser encontrado em: OLIVEIRA, F. *Rio Grande do Sul: um novo nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

compreensão do modelo de desenvolvimento desta administração e dos projetos políticos e econômicos em embate, tanto no âmbito regional quanto nacional. Ademais, ao atravessar as presidências de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, o governo Brizola oferece um privilegiado panorama das importantes contradições políticas e econômicas deste período histórico.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem por propósito abordar os principais aspectos relativos ao discurso do desenvolvimento do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, no período de 1959-1963. De maneira mais específica, objetiva-se analisar a construção do referido discurso com base nos processos de desapropriações de companhias controladas pelo capital estrangeiro. Assim, esta pesquisa procura enfatizar as ações de intervenção estatal que resultaram nas encampações das empresas multinacionais prestadoras dos serviços de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas, em maio de 1959, e de telecomunicações no Estado, em fevereiro de 1962.

Estas encampações mostram-se como eventos representativos para uma análise do discurso do governo Brizola, oferecendo subsídios para a compreensão de suas concepções de desenvolvimento. De forma paralela, pretende-se analisar a disputa discursiva entre os distintos projetos políticos e econômicos acerca dos sentidos atribuídos ao desenvolvimento – identificada nos debates envolvendo a questão das encampações. Esta disputa permite um exame dos posicionamentos assumidos pelo governo estadual e pelos partidos políticos, bem como possibilita apreender aspectos da dinâmica entre Executivo e Legislativo do Rio Grande do Sul no período em questão.

No que tange a estas encampações e aos discursos políticos envolvendo o modelo de desenvolvimento da administração Brizola, pode-se afirmar que tais temas merecem maior atenção do que lhes foi reservada até o momento. As produções, tanto no campo da História como das Ciências Sociais, têm tratado de um modo secundário as questões relacionadas a

este governo trabalhista no Rio Grande do Sul, particularmente quanto a seu projeto político de desenvolvimento e sua intervenção em setores estratégicos da economia. Com relação a estes assuntos e problemas específicos aqui propostos, percebe-se que estas áreas de conhecimento não produziram ainda uma abordagem satisfatória.

Algumas destacadas referências de História do Brasil analisam as encampações realizadas enquanto eventos característicos do contexto de radicalização política no plano nacional. Estas medidas adotadas pelo governo Brizola recebem ênfase em função de seus efeitos nos âmbitos da política interna e externa, particularmente no que diz respeito às relações com os Estados Unidos. Nesta perspectiva, pode-se encontrar distintas correntes de interpretação acerca das encampações: consideradas como iniciativas de caráter autonomista e progressista por parte de setores políticos nacionalistas, engajados na luta contra a exploração capitalista exercida pelos grupos estrangeiros³; apresentadas como incidentes característicos de uma atuação política populista e radical de membros da chamada esquerda negativa, da qual Brizola seria o principal representante.⁴

Quanto a estas diferentes interpretações, observa-se que conservam uma abordagem de cunho generalizante que precisa ser problematizada por uma análise específica destes processos de encampações. Ademais, estas ações de intervenção estatal no campo econômico remetem diretamente aos problemas do desenvolvimento estadual no período. Deste modo, para matizar estas leituras interpretativas e compreender a complexidade de fatores que envolvem estas políticas governamentais, deve-se realizar uma pesquisa que considere estes eventos em sua estreita relação com o contexto econômico do Rio Grande do Sul, as diretrizes do governo Brizola e os discursos sobre o tema do desenvolvimento.

³ CARONE, E. *A república liberal: II: evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985. p. 180-183; CAMARGO, A. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 206-207; LAMARÃO, S. *Encampação*. In: ABREU, A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v. II, p. 2001.

⁴ SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 278, 297-299.

Um tipo distinto de produção corresponde às obras notadamente apologéticas, escritas por amigos e correligionários de Leonel Brizola.⁵ Nestes livros, pode-se encontrar alguns dados biográficos e relatos sobre as realizações, a trajetória e o pensamento deste político gaúcho. Em tais abordagens as encampações recebem destaque, sendo justificadas em função da orientação nacionalista do governador e da situação de deficiência dos serviços prestados por estas empresas estrangeiras. Neste sentido, estes autores apresentam informações e testemunhos interessantes para a compreensão das referidas encampações, apontadas como eventos de projeção nacional e internacional. Porém, a despeito de suas contribuições, estas análises demonstram limitações em suas interpretações, posto que tangenciam a relação destes eventos com a questão do desenvolvimento. Além disto, estas obras contêm um declarado compromisso com a defesa e o enaltecimento da atuação política e, sobretudo, da personalidade de Brizola.

O recente falecimento de Leonel Brizola suscitou a publicação de alguns trabalhos acerca de sua trajetória política. Uma destas produções corresponde ao artigo de Angela de Castro Gomes, inspirado pelo significado simbólico que envolveu os rituais fúnebres deste político.⁶ Neste ensaio, a autora desenvolve algumas reflexões sobre o papel desempenhado por Brizola na história política brasileira contemporânea, considerando sua influência na constituição de uma tradição trabalhista. Deste modo, Gomes analisa os distintos conteúdos ideológicos atribuídos ao que denomina como uma cultura política do trabalhismo, sem tratar de forma específica do governo Brizola no Rio Grande do Sul, suas realizações e seu projeto de desenvolvimento. De forma semelhante, o ensaio de Hégio Trindade aborda a trajetória deste líder trabalhista, apontando elementos que contribuem para o entendimento de suas

⁵ BANDEIRA, M. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; GUARAGNA, J. *Brizola: a revoada do exílio: histórias de um pombo correio*. Porto Alegre: Rígel, 1992.

⁶ GOMES, A. Brizola e o trabalhismo. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, v. 11, n. 19/20 janeiro/dezembro de 2004.

posições e de seu legado político.⁷ Nesta análise, o autor apresenta considerações gerais sobre a atuação de Brizola à frente do Executivo gaúcho e ressalta as encampações como atos nacionalistas de sua gestão, mas não problematiza seu discurso político e suas concepções acerca do desenvolvimento.

Outra publicação relevante encontra-se em uma coletânea de discursos de Brizola lançada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.⁸ Além dos pronunciamentos, o livro contém ainda alguns dados biográficos e uma série de testemunhos de políticos, simpatizantes e analistas, bem como um amplo panorama da atuação de Brizola enquanto parlamentar, prefeito e governador. No que tange às encampações, esta obra realiza um breve relato das negociações e das condições técnicas e econômicas que envolveram estas ações do poder público estadual. Contudo, a abordagem deste trabalho segue um padrão essencialmente descritivo, sem aprofundar a relação de tais políticas de intervenção estatal com o projeto de desenvolvimento do governo em questão.

Nesta perspectiva, o livro organizado por Flávio Heinz sobre a história parlamentar gaúcha destaca-se por examinar alguns eventos políticos no período da administração Brizola, como as encampações, a partir dos debates realizados no âmbito da Assembléia Legislativa.⁹ Destarte, esta obra oferece algumas indicações importantes acerca da dinâmica partidária estadual, apontando as posições políticas assumidas nos embates discursivos sobre estas encampações. Não obstante suas significativas contribuições, este estudo também segue um viés descritivo na apreciação destes eventos. Além disto, a proposta deste trabalho restringe-se aos discursos políticos na esfera parlamentar, com base metodológica em uma análise de conteúdo. Deste modo, tal abordagem demonstra limitações

⁷ TRINDADE, H. O brizolismo e seu legado. *Teoria e debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 17, n. 59, agosto/setembro de 2004.

⁸ BRAGA, K., et al. (Coord.). *Perfis Parlamentares: Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

⁹ HEINZ, F. (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados: 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005. p. 37-42.

para a compreensão das encampações, dos processos de construção dos discursos e dos sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento.

As pesquisas acadêmicas sobre questões políticas no Rio Grande do Sul têm sido marcadas por uma relativa desatenção com o período democrático de 1945-1964, posto que as análises que se ocupam com estas décadas são ainda escassas. Especificamente quanto ao governo Brizola, a maior parte dos estudos encontrados abordam esta gestão de uma forma periférica, sem problematizar seus principais temas. Uma relevante exceção encontra-se no campo da Pedagogia, em uma adaptação da dissertação de Claudemir de Quadros sobre a política educacional implantada por esta administração estadual.¹⁰ Área esta que assumia centralidade no programa deste governo, apontando para algumas das preocupações sociais deste projeto trabalhista. Ainda que não contemple as questões políticas propostas pela presente pesquisa, este livro de Quadros apresenta subsídios para o entendimento da orientação do governo Brizola.

Nesta linha, deve-se destacar outras análises que abordam questões fundamentais no período desta gestão trabalhista, como aquelas relacionadas à reforma agrária. A respeito deste tema, pode-se indicar a dissertação de Córdula Eckert que examina a emergência e a atuação do movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul, denominado de Master.¹¹ Neste trabalho, Eckert apresenta algumas relevantes considerações sobre a dinâmica da relação entre este movimento social e o governo Brizola, mas suas preocupações enfatizam o desenvolvimento da mobilização e da organização destes agricultores. Por sua vez, Marluza Marques Harres aborda em sua tese de doutoramento a trajetória dos trabalhadores sem-terra no caso da reforma agrária do Banhado do Colégio, realizada durante a administração

¹⁰ QUADROS, C. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande do Sul: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola: 1959-1963*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

¹¹ ECKERT, C. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1984.

Brizola.¹² Através de um exame aprofundado dos elementos envolvidos nesta iniciativa reformista, Harres aventa importantes aspectos acerca da orientação política deste governo trabalhista para o setor rural. Contudo, esta análise da autora centra-se no problema específico destes agricultores, o que ultrapassa o período da aludida gestão. Convém referenciar ainda a pesquisa de Miriam Diehl Ruas dedicada às concepções teóricas e à prática do trabalhismo nos governos estadual e federal.¹³ Neste estudo histórico, pode-se encontrar um conciso relato das prioridades da administração Brizola no âmbito das políticas públicas. No entanto, as encampações e os discursos sobre o desenvolvimento não são analisados em detalhes.

O padrão de insuficiência de estudos sobre este período reflete-se na composição das principais obras de alcance geral na área de História do Rio Grande do Sul. Em trabalhos desta ordem encontram-se poucas páginas dedicadas à análise específica do governo Brizola. Ainda assim, deve-se indicar a existência de menções às encampações, apresentadas como eventos relevantes deste período em função de seus significados políticos e de suas conseqüências econômicas.¹⁴ Sobre este contexto, convém ainda ressaltar algumas produções dedicadas aos desdobramentos políticos, em nível estadual e nacional, do amplo movimento denominado de “Legalidade”.¹⁵ Todavia, o recente livro organizado por professores do Departamento de História da UFRGS corrobora este diagnóstico da escassez de análises sobre este período, apontando através de um inventário historiográfico as poucas pesquisas acadêmicas produzidas.¹⁶

¹² HARRES, M. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio*: Camaquã-RS. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

¹³ RUAS, M. *A doutrina trabalhista no Brasil: 1945-1964*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986. p. 121-132.

¹⁴ MÜLLER, C. op. cit., p. 155-160, 191-192; KÜHN, F. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 143-146; PESAVENTO, S. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985. p. 108-109; PESAVENTO, S. *História do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 126-132.

¹⁵ FELIZARDO, J. *A legalidade: último levante gaúcho*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003; KUHN, D. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

¹⁶ GERTZ, R. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, L., et al. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

Uma das principais exceções nestas produções encontra-se no campo do conhecimento histórico, na dissertação de Gunter Axt.¹⁷ Este estudo aborda o desenvolvimento do setor de energia elétrica no Rio Grande do Sul e contempla, em sua parte final, um breve exame desta questão da encampação. O foco deste trabalho consiste na pesquisa do amplo retrospecto de formação desta área, o que permite apontar a progressiva situação de precariedade deste setor e seus efeitos sobre a economia gaúcha. Além destes aspectos, Axt analisa a trajetória de projetos políticos governamentais para a exploração da indústria de eletricidade. Segundo o argumento do autor, a encampação da empresa prestadora dos serviços de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas representaria o ponto culminante de um longo processo de intervencionismo estatal neste setor. Não obstante suas várias contribuições, esta dissertação não relaciona este processo específico de encampação com a orientação de desenvolvimento econômico do governo Brizola, bem como não se ocupa da análise dos discursos políticos vinculados a estas questões.

Outra relevante pesquisa pode ser encontrada na tese de doutoramento em História de Elisa Maria de Oliveira Müller¹⁸, que aborda exatamente esta encampação realizada no setor de energia elétrica. Em seu estudo, a autora desenvolve um acurado exame do histórico do problema da eletricidade no Rio Grande do Sul, apontando a situação de precariedade deste setor ao final da década de 1950. Müller trabalha, basicamente, com o Plano de Eletrificação Estadual e com os argumentos da chamada Frente Parlamentar Nacionalista, composta por representantes políticos contrários ao domínio do capital estrangeiro nesta área da economia. A partir destas questões, a autora estabelece as principais condições no cenário político-econômico que resultaram neste processo de encampação durante o governo Brizola.

¹⁷ AXT, G. *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

¹⁸ MÜLLER, E. *A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense e o nacionalismo na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Petrópolis, 1997.

Todavia, em função de sua fundamental preocupação com a trajetória do setor de energia elétrica, Müller acaba por abordar com pouca profundidade os temas da intervenção estatal e dos modelos de desenvolvimento em embate neste contexto particular. Ademais, pode-se considerar que uma pesquisa restrita à análise de uma das encampações ocorridas no governo Brizola pode induzir a algumas generalizações e conclusões frágeis sobre sua orientação. Neste sentido, do ponto de vista deste estudo em Ciência Política, mostra-se essencial a realização de uma associação entre estas encampações e o projeto político de desenvolvimento sustentado por esta administração.

Dentre as produções na área de Ciências Sociais pode-se destacar a dissertação de Maria Assunta Campilongo, que trata, basicamente, da relação entre o governo estadual e os movimentos dos trabalhadores grevistas.¹⁹ Embora seu recorte temporal abarque a administração Brizola, esta análise de caráter sociológico não enfoca os temas políticos específicos colocados pela presente pesquisa. Ainda no campo da Sociologia, deve-se citar o artigo de Geraldo Müller, no qual sintetiza partes de sua dissertação de mestrado sobre a questão do desenvolvimento estadual.²⁰ Neste trabalho, Müller realiza um estudo das alterações nas condições econômicas nacionais e regionais, apontando seus reflexos na configuração do mercado e do modelo de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Sua pesquisa parte de uma perspectiva histórica que contempla o período do governo Brizola, o qual seria caracterizado pela tentativa de implementação de um projeto político de desenvolvimento diferenciado. Assim, este autor apresenta algumas indicações importantes para a análise dos temas propostos nesta dissertação, posto que relaciona os aspectos econômicos às diferentes orientações políticas dos governos estaduais destas décadas.

¹⁹ CAMPILONGO, M. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governos, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

²⁰ MÜLLER, G. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

Por fim, na área das Ciências Sociais o trabalho mais abrangente e importante sobre o período em questão encontra-se no livro de Mercedes Maria Loguercio Cánepa.²¹ Originalmente apresentada como tese de doutoramento em Ciência Política, esta obra contempla relevantes questões relacionadas à plataforma eleitoral e ao governo de Leonel Brizola. Nesta análise pode-se perceber a ênfase atribuída pelo governador trabalhista ao tema do desenvolvimento e sua preocupação com as questões de energia elétrica e comunicações. Em seu estudo, Cánepa aponta a prática das encampações como expediente específico de um projeto político de desenvolvimento econômico em implantação no Rio Grande do Sul. Porém, como sua ênfase localiza-se prioritariamente no plano político-partidário, este livro não contém uma análise aprofundada sobre este modelo de desenvolvimento, suas principais características e os discursos envolvidos.

Considerando o que foi exposto até o momento, percebe-se que ainda não foi realizada uma análise específica sobre este discurso do governo Brizola a respeito do problema do desenvolvimento e estas encampações. Os estudos encontrados não conjugam as questões dos distintos projetos de desenvolvimento econômico com as disputas discursivas travadas no campo político sul-rio-grandense. Além disto, esta pesquisa justifica-se como uma tentativa de sistematizar alguns destacados eventos que compõem o aludido governo estadual, dentro de uma perspectiva que integre seus aspectos econômicos e políticos. Neste sentido, os problemas que norteiam esta dissertação referem-se às seguintes questões: Como o governo Leonel Brizola construiu seu discurso acerca do desenvolvimento? As encampações realizadas por este governo apontam para um projeto de desenvolvimento diferenciado no Rio Grande do Sul?

Para a análise destas questões específicas, mostra-se necessário examinar algumas das principais abordagens sobre as chamadas vias de desenvolvimento para tentar identificar

²¹ CÁNEPA, M. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

as possíveis particularidades do modelo econômico proposto pelo governo de Brizola. Parte-se do princípio de que estes processos de encampações configuram políticas planejadas e deliberadas por parte da administração estadual, não constituindo, portanto, arroubos individuais decorrentes de radicalização política. Neste sentido, deve-se identificar as características de cada uma destas encampações e analisar como tais eventos foram mobilizados e significados na articulação deste discurso do desenvolvimento do governo Brizola. Assim, esta dissertação objetiva associar estes atos de intervenção estatal nos setores de energia elétrica e de telecomunicações ao projeto de desenvolvimento defendido por este governo trabalhista no Rio Grande do Sul, a partir de uma abordagem voltada para a análise dos discursos políticos.

Deste modo, os principais objetivos desta pesquisa são:

- 1) Analisar o discurso do desenvolvimento do governo Brizola;
- 2) Examinar as especificidades e o significado político dos processos de encampações;
- 3) Identificar a orientação do projeto de desenvolvimento deste governo estadual;
- 4) Verificar o caráter dos projetos de desenvolvimento concorrentes;
- 5) Examinar a dinâmica da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo do Rio Grande do Sul no período;
- 6) Apontar algumas conseqüências das encampações no âmbito nacional e internacional.

Com relação à forma de exposição dos temas propostos, esta dissertação apresenta-se dividida em três capítulos. O primeiro tem por objetivo central refletir sobre algumas questões teóricas e conceituais relativas à Análise de Discurso de linha francesa. As noções fundamentais oriundas desta área de conhecimento ainda são mediadas por questões específicas do campo da Ciência Política, oferecendo os subsídios teóricos e metodológicos essenciais para a condução da presente pesquisa.

Um debate acerca de algumas das principais matrizes de pensamento sobre o tema do desenvolvimento econômico constitui o foco do segundo capítulo. Este apresenta as concepções fundamentais defendidas pela CEPAL, pelo IBESP/ISEB e pelo Trabalhismo gaúcho no que tange às características dos projetos políticos de desenvolvimento. Ainda neste capítulo, procura-se estabelecer os parâmetros analíticos utilizados na abordagem destas distintas estratégias de desenvolvimento propostas.

O terceiro capítulo inicia com um breve estudo do contexto geral no Rio Grande do Sul por ocasião do governo Brizola. Deste modo, examina-se a figura política deste líder trabalhista, as características de sua eleição e as principais medidas adotadas por esta administração, no intuito de oferecer um panorama político deste período. O objetivo básico desta seção consiste em realizar uma análise específica do discurso deste governo estadual acerca do projeto de desenvolvimento, a partir da consideração de dois processos de encampações. Esta análise visa identificar os sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento, mapear alguns elementos envolvidos na construção deste discurso e apontar as características do projeto de desenvolvimento proposto pelo governo Brizola.

Ainda quanto à estrutura de organização desta dissertação, convém advertir que optou-se pela tradução das citações de obras em língua estrangeira, com o fito de oferecer maior clareza e fluidez à leitura do texto. Além disto, os trechos transcritos a partir de referências bibliográficas mais antigas e de documentos do período em estudo foram adequados às normas da língua portuguesa contemporânea, visto que tal adaptação não implicaria em perda de sentido e também facilitaria a leitura deste trabalho.

1 SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO

Este capítulo tem por objetivo realizar algumas reflexões teóricas e conceituais necessárias ao estudo do discurso político do desenvolvimento do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. A pretensão consiste em discutir noções fundamentais elaboradas na área da Análise de Discurso, bem como suas relações e implicações quando da aplicação em estudos de Ciências Sociais, particularmente de Ciência Política. Deste modo, procura-se estabelecer um arcabouço conceitual interdisciplinar que enfatize os aspectos históricos e sociais que envolvem a constituição deste discurso político. A partir deste breve debate em torno das noções teóricas, pode-se construir um corpo discursivo para a realização da análise proposta.

1.1 NOÇÕES SOBRE DISCURSO

O embasamento teórico deste estudo político refere-se às contribuições da denominada Análise de Discurso.²² Área esta que se constitui a partir dos anos 1960 através do debate teórico entre três domínios fundamentais: Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise.²³ Desta forma, a Análise de Discurso emerge da complexa confluência destes

²² A abordagem aqui utilizada segue o viés da chamada Análise de Discurso de linha francesa, que difere da corrente anglo-saxã. Para detalhes a respeito desta distinção, ver MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

²³ De acordo com Orlandi, a Análise de Discurso se constrói enquanto uma disciplina de entremeio, onde sua relação com estes outros campos se realiza da seguinte maneira: “Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele”. ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 20.

campos de conhecimento com a proposta de enfatizar os processos que envolvem a constituição dos discursos. O desenvolvimento desta área pode ser atribuído aos trabalhos fundadores de Michel Pêcheux e de Michel Foucault e, em especial, ao diálogo teórico estabelecido entre estes dois autores.²⁴

A relação entre os campos da Análise de Discurso e das Ciências Sociais, sobretudo a Ciência Política, conduz a alguns problemas quanto à construção de modelos analíticos. As noções basilares oriundas da Análise de Discurso precisam ser mediadas pelos pressupostos teóricos e pelas preocupações metodológicas das Ciências Sociais. Não obstante, o contato entre categorias distintas ocorre de maneira tensa, posto que implica em modificações nestas disciplinas. Assim, uma proposta de interdisciplinaridade envolve o esforço para a estruturação de um arcabouço teórico que permita trabalhar com diferentes questões. Deste modo, deve-se operacionalizar as significativas contribuições destas áreas distintas sem, contudo, incorrer em tendências totalizantes.

A partir destas observações, percebe-se que uma análise do processo de constituição do discurso político deve enfatizar, particularmente, os aspectos sociais e políticos, mas também a dimensão lingüística. Portanto, o modelo analítico interdisciplinar utilizado nesta pesquisa visa dar conta da complexidade histórica, política e social, com o cuidado de não produzir uma leitura simplificada ou uma mera transposição de conceitos de uma área para outra.

Nesta perspectiva, algumas das premissas sustentadas pela Análise de Discurso necessitam ser problematizadas pelos cientistas sociais. Desta maneira, deve-se ressaltar o posicionamento teórico adotado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em suas reflexões.²⁵ Com relação à análise específica do discurso político, estes autores se destacam por rejeitar

²⁴ Ver especialmente GREGOLIN, M. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

²⁵ LACLAU, E; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Versus, 1985.

uma distinção entre os aspectos discursivos e não-discursivos, posto que a produção do sentido do discurso é social e construída a partir da estreita articulação entre estes dois aspectos. De acordo com Laclau & Mouffe:

A principal consequência de uma quebra com a dicotomia discursivo/extra-discursivo é o abandono da oposição pensamento/realidade e, portanto, uma maior ampliação do campo destas categorias que podem dar conta das relações sociais. Sinonímia, metonímia e metáfora não são formas de pensamento que adicionam um segundo sentido a uma primária literalidade constitutiva das relações sociais; em vez disto, elas são parte do próprio terreno primário no qual o social é constituído.²⁶

De forma semelhante, Céli Regina Jardim Pinto observa: “Todo discurso está instaurado em uma pluralidade discursiva e relacionado com práticas não-discursivas que lhe dão sentido anterior a seu próprio sentido interno.”²⁷ Percebe-se, então, que este campo que corresponderia às práticas não-discursivas deve ser concebido enquanto espaço constitutivo do discurso. Esta questão apresenta implicações teóricas importantes na análise do discurso político, visto que propõe ultrapassar uma distinção artificial entre o textual e o social. Assim, a análise de discurso realizada por estes cientistas sociais caracteriza-se por destacar a influência de temas como o suporte institucional ao qual se remete o discurso, seus recursos de autoridade, suas formas de construção e de apropriação na sociedade.

Estas reflexões desenvolvidas pelas Ciências Sociais encontram espaço de diálogo com o campo da Análise de Discurso, dado que este se preocupa com os processos sociais de realização dos discursos, de produção dos sentidos e de constituição dos sujeitos. Ademais, a perspectiva da Análise de Discurso prima por não considerar apenas uma frase, um enunciado ou um texto, mas a complexidade do discurso e sua historicidade. Logo, percebe-se a preocupação deste campo em apreender seu objeto, o discurso, em sua materialidade, considerando a importância de sua configuração sócio-histórica.

²⁶ Ibid., p. 110.

²⁷ PINTO, C. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado (ou como entender os meandros da linguagem do poder)*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 60.

Destarte, mostra-se pertinente aventar alguns dos principais conceitos desenvolvidos pela Análise de Discurso, considerando suas implicações específicas no que tange ao exame do discurso político. Apesar de suas variadas formulações e acepções, a noção fundamental de **discurso** pode ser brevemente delimitada, de acordo com Pêcheux, como um “efeito de sentido” entre interlocutores.²⁸ Este entendimento pressupõe a existência de condicionantes lingüísticos, históricos e sociais concretos para a possibilidade de sentido. Com esta concepção de discurso, Pêcheux procura enfatizar a idéia de que o discurso não deve ser entendido como mera transmissão de informação ou comunicação, mas como um processo complexo que envolve a constituição de sentidos e de sujeitos, bem como a construção da realidade.

Na obra de Foucault podem ser encontrados outros relevantes indicativos relativos à noção de discurso:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.²⁹

Nesta passagem, Foucault ressalta questões como a associação do discurso ao grupo no qual se organiza e se constitui, bem como reforça sua essência e delimitação histórica. Porém, no trabalho deste autor, a preocupação nodal reside na configuração do enunciado enquanto modalidade elementar de análise. Foucault propõe entender o enunciado não simplesmente como uma frase, uma proposição ou uma formulação dotada de estrutura lógica e lingüística anterior, posto que sua compreensão deve basear-se nos princípios relacionais de materialidade e função enunciativa. Deste modo, o autor considera que o

²⁸ PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso: (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 82.

²⁹ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 135.

enunciado se origina, se conforma e adquire sentido somente através das relações que estabelece no campo enunciativo, ou seja, no contato com outros enunciados, bem como pelas possibilidades de sua existência.³⁰ Nesta perspectiva, o discurso apresenta-se enquanto um sistema composto por um conjunto de enunciados que compartilham das mesmas condições de formação. Para a apreensão destas definições foucaultianas com referência ao discurso e seu processo de constituição, convém examinar outras questões relacionadas, como é o caso da noção de **formação discursiva**.

A partir da identificação do caráter singular e disperso dos acontecimentos discursivos, Foucault procura identificar as regularidades do seu funcionamento e da produção dos sentidos. Desta forma, o autor busca determinar suas condições de existência e estabelecer seus limites e possibilidades de repetições e correlações. Assim, ao considerar a existência de organização entre os enunciados dispersos e de regularidades entre os acontecimentos discursivos, Foucault introduz o que entende por formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] ³¹

Contudo, o autor alerta que esta composição interna e esta regularidade das formações discursivas não representam algo estanque e completo. Deste modo, Foucault observa que uma formação discursiva pode abrir novas possibilidades e alterar sua delimitação por meio de uma mudança em suas estratégias de organização interna e através de sua inserção em uma nova constelação discursiva.³² Esta noção também é desenvolvida por Pêcheux, que estabelece o seguinte:

³⁰ Ibid., p. 122-136.

³¹ Ibid., p. 43.

³² Ibid., p. 74.

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).³³

A perspectiva deste autor ressalta o caráter condicionante de tal noção, posto que as palavras e expressões recebem seu sentido na formação discursiva em que são produzidas. Todavia, como pode ser percebido em suas últimas obras, Pêcheux modifica a perspectiva estruturalista das suas análises, enfatizando o caráter instável e heterogêneo da constituição destas formações.³⁴ Desta maneira, o autor problematiza a idéia de uma reprodução plenamente estruturada e regularizada do sentido, apontando as possibilidades de deslize discursivo do sentido e de ruptura na identificação a um determinado discurso.

Segundo Pêcheux:

A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora.³⁵

Nesta passagem, Pêcheux critica a concepção foucaultiana de formação discursiva ao reforçar a importância da categoria de contradição em sua constituição, ultrapassando, portanto, a perspectiva da análise arqueológica voltada para a singularidade e a homogeneidade de tais formações. Destarte, a ênfase atribuída por Pêcheux a esta questão da heterogeneidade discursiva conduz à necessidade de uma visão relacional da construção das

³³ PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988. p. 160.

³⁴ Pêcheux desenvolve suas reflexões sobre a Análise do Discurso embasado no referencial teórico marxista. Contudo, em seus últimos trabalhos, produzidos no final da década de 1970 e início dos anos 1980, o autor realiza uma autocrítica com relação às suas principais teses. Nesta última fase, marcada pela crise das esquerdas francesas e pela crítica a algumas posturas teóricas marxistas, Pêcheux refuta algumas concepções assimiladas junto a Althusser e aproxima-se mais nitidamente de posições defendidas por Foucault. Para maiores detalhes, ver GREGOLIN, M. op. cit. Capítulo 4: Chegado o tempo de *partir os espelhos*, todos os caminhos se bifurcam.

³⁵ PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. p. 56.

formações discursivas, posto que seus limites se configuram e se reconfiguram permanentemente em função de suas interações. Segundo o autor, uma formação discursiva

[...] não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD [formações discursivas]) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”).³⁶

Contudo, Pêcheux alerta para a existência de relações tensas de desigualdade entre as formações discursivas. De acordo com o autor, as relações díspares e intrincadas entre estas formações interferem diretamente na constituição dos sentidos e na identificação dos sujeitos a um discurso – articulados em torno de uma formação discursiva dominante. Assim, Pêcheux propõe denominar este “todo complexo com dominante”³⁷ das formações discursivas como interdiscurso – noção analisada a seguir.

Estreitamente associada à formação discursiva encontra-se a noção de **prática discursiva**, que acentua o caráter social do discurso. Segundo Foucault, a prática discursiva não deve ser confundida com a operação de expressão de uma idéia por um indivíduo ou com uma atividade racionalizada, posto que consiste em “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.”³⁸ Esta definição de Foucault sublinha os aspectos sociais e materiais que compõem a discursividade, isto por meio de sua ênfase nas condições institucionais de suporte à enunciação. Além das instituições, a noção de prática discursiva remete ao que Dominique Maingueneau denomina como comunidade discursiva: “os grupos sociais que produzem e administram um certo tipo de discurso”.³⁹

³⁶ Id. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). op. cit., p. 314.

³⁷ Id. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988. p. 162.

³⁸ FOUCAULT, M. op. cit., p. 136.

³⁹ MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 29.

Assim, por regular o que pode e o que não pode ser dito, a prática discursiva deve ser concebida enquanto disputa pela possibilidade de enunciação de um discurso na sociedade. Nesta perspectiva, Foucault empreende um exame dos diferentes procedimentos de controle e de regulação do discurso, observando a existência do que denomina como “ordem do discurso.”⁴⁰ Com esta análise, o autor adverte que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”⁴¹

A partir destas observações iniciais, convém examinar como estas noções sobre discurso são apreendidas pelos cientistas sociais e relacionadas à análise dos fenômenos sociais e políticos. Na interpretação de Laclau & Mouffe, “a estrutura discursiva não é meramente uma entidade ‘cognitiva’ ou ‘contemplativa’; é uma *prática articulatória* que constitui e organiza as relações sociais.”⁴² Deste modo, as diferentes posições e identidades estabelecidas na sociedade sofrem recorrentes tentativas de articulação através do discurso. Este princípio de articulação busca a conformação de uma relação estabilizada e a constituição de uma unidade entre os elementos. De acordo com Laclau & Mouffe:

[...] chamaremos *articulação* qualquer prática que estabeleça uma tal relação entre elementos que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos de *discurso*.⁴³

Com estas observações, os autores ressaltam a essência contingencial, flutuante e incompleta destas identidades fixadas, relacionalmente, pelos discursos – características que são particularmente importantes para a compreensão do discurso político. Desta maneira,

⁴⁰ Com relação a esta “ordem do discurso”, o autor assinala: “[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 8-9.

⁴¹ *Ibid.*, p. 10.

⁴² LACLAU, E.; MOUFFE, C. *op. cit.*, p. 96.

⁴³ *Ibid.*, p. 105.

pode-se conceber o discurso como uma tentativa de fixação provisória do sentido, posto que sua possibilidade de mudança encontra-se permanentemente presente na dinâmica sócio-histórica.

Em conformidade com as premissas teóricas da materialidade do discurso e da produção social dos sentidos, defendidas por Laclau & Mouffe, pode-se observar que:

[...] o conceito de discurso e de discursividade do social rompe com toda e qualquer dicotomia entre o real e o aparente, entre o material e o pensamento. Se o real só é apreendido através de práticas articulatórias, a essência não existe enquanto tal, mas enquanto prática. Daí decorre que se o material só é apreendido via prática articulatória, o discurso é uma prática material, não havendo possibilidade de constituí-lo como pensamento em contraposição ao real, ao material não pensado.⁴⁴

Neste momento, cabe aqui retomar os pressupostos da Análise de Discurso. Esta perspectiva não procura no discurso nenhuma significação oculta, algum sentido escondido ou universal, mas procura examinar as possibilidades de produção de sentidos, através do discurso em relação à sua exterioridade. Esta posição é reforçada por Pêcheux ao destacar o caráter não transparente do sentido, visto que este não se encontra evidenciado *a priori*, mas determinado pelas posições ideológicas e pelo processo sócio-histórico no qual se inscreve.⁴⁵ Contudo, o autor acrescenta que o discurso não configura meramente um reflexo da ideologia, posto que se inscreve na materialidade e se constitui pela concomitância dos aspectos lingüísticos, históricos e ideológicos. Quanto a esta questão, Eni Puccinelli Orlandi afirma:

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido.⁴⁶

⁴⁴ PINTO, C. op. cit., p. 19-20.

⁴⁵ PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988. p. 160.

⁴⁶ ORLANDI, E. op. cit., p. 48.

Além dos efeitos sobre a significação, deve-se destacar que esta perspectiva de ideologia mostra-se essencial no processo de constituição do **sujeito**. Para a Análise de Discurso, a noção de sujeito fundamenta-se na concepção de uma multiplicidade de posições, lugares e formas de sujeitos que podem ser assumidas por um indivíduo. Deste modo, o sujeito do discurso não deve ser concebido como coincidente com o indivíduo empírico e psicológico, posto que o sujeito se constitui em função dos diversos discursos que o interpelam e, portanto, o assujeitam. De acordo com Foucault, as modalidades de enunciação do discurso não podem ser associadas à unidade de um sujeito enunciador, supostamente dotado de conhecimento pleno sobre o que diz, mas à diversidade e à dispersão de posições de sujeitos que podem ser ocupadas.⁴⁷

Desta forma, o sujeito não pode ser entendido como fonte do discurso, posto que se constitui discursivamente através da identificação a discursos e a posições de sujeitos já existentes. Nesta perspectiva, percebe-se que:

A teoria do discurso está intimamente ligada à questão da constituição do sujeito social. Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos.⁴⁸

Esta postura teórica rompe com uma leitura do sujeito enquanto portador de um único discurso possível, destacando a importância de uma concepção do sujeito como posições possíveis em uma multiplicidade discursiva. De outra forma, pode-se observar que o indivíduo se constitui pela complexa articulação de diversos discursos existentes na sociedade. Assim, o indivíduo social pode ser interpelado enquanto sujeito de discursos de distintas naturezas, como, por exemplo, o discurso democrático e o racista, o discurso de classe e o de gênero ou o discurso religioso e o científico.

⁴⁷ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 61-62.

⁴⁸ PINTO, C. op. cit., p. 25.

Ao analisarem a idéia de “sociedade” como uma construção discursiva, Laclau & Mouffe destacam o caráter essencialmente relacional das identidades sociais articuladas pelos discursos. Contudo, os autores observam que esta noção de sociedade enquanto totalidade relacional apresenta-se como uma constituição de cunho incompleto e contingente.⁴⁹ Esta postura apóia-se em uma visão na qual as identidades sociais não podem ser reduzidas a um sistema fechado e fixo de diferenças internas, mas tampouco podem ser atribuídas a uma exterioridade sem limites. Assim, uma análise das diferentes posições de sujeito deve recusar um essencialismo da totalidade, bem como um essencialismo da dispersão. Por conseguinte, deve-se entender que estas distintas posições e identidades encontram-se condicionadas por disputas de poder em condições históricas concretas, o que estabelece a possibilidade de articulação de uma totalidade contingente de relações sociais em meio a sua dispersão. Quanto a estas questões, Laclau & Mouffe assinalam que:

[...] de um lado, o caráter aberto e incompleto de toda a identidade social permite sua articulação a diferentes formações histórico-discursivas – isto é, aos “blocos” no sentido de Sorel e Gramsci; de outro lado, a identidade da força articulatória é constituída no campo geral da discursividade – isto elimina qualquer referência a um sujeito transcendental ou originário.⁵⁰

A adoção de uma concepção de posições múltiplas de sujeito possibilita analisar as disputas existentes na sociedade entre os diversos discursos com o objetivo de constituir sujeitos. Com relação a isto, pode-se apontar que um discurso, para obter êxito em interpelar sujeitos, deve conseguir se instaurar em um espaço social já preenchido por outros discursos e significados. Desta maneira, pode-se assinalar que o sucesso da interpelação envolve o processo de identificação de um indivíduo “sempre já sujeito” ao discurso do outro.⁵¹ De acordo com a análise de Pinto:

⁴⁹ LACLAU, E.; MOUFFE, C. op. cit., p. 111.

⁵⁰ Ibid., p. 114.

⁵¹ Cf. PINTO, C. op. cit., p. 27; PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988. p. 156.

O discurso só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea. O exercício do poder do discurso passa muito de perto pelo conceito gramsciano de hegemonia – liderança intelectual aceita espontaneamente. Mister é enfatizar aqui que a referência à identificação e espontaneidade não pressupõe qualquer proximidade com as noções de voluntarismo e espontaneísmo. A capacidade de um discurso de exercer poder está definitivamente associada à sua capacidade de responder demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos.⁵²

Conseqüentemente, uma análise do discurso político deve considerar como elemento fundamental o processo de construção dos sujeitos enunciados, entendidos como as identidades referenciadas pelo discurso, aqueles de “quem se fala”.⁵³ Para conseguir se estabelecer e sobreviver, o discurso político necessita articular eficazmente seus conteúdos e sentidos como forma de construir uma visão de mundo que lhe permita arregimentar e constituir o maior número possível de sujeitos identificados a ele.

Além destes sujeitos, mostra-se essencial ao exame da construção do discurso político verificar a natureza do sujeito enunciator, entendido como o “sujeito que fala”.⁵⁴ Este se constitui enquanto enunciator através do processo de identificação a um determinado discurso. Ainda que tenham a ilusão de ser origem do discurso, os sujeitos enunciadores (da mesma forma que os sujeitos enunciados) não se estabelecem externamente ao discurso. Contudo, convém destacar que a posição do sujeito enunciator do discurso político envolve as condições associadas aos locais de sua enunciação, como os partidos políticos, as assembléias e o governo. O pronunciamento do discurso político a partir da ocupação destes locais, reconhecidos como espaços políticos, influi diretamente em sua autoridade e legitimidade. Segundo Pêcheux:

⁵² PINTO, C. op. cit., p. 36.

⁵³ Quanto a esta questão, a autora esclarece que: “A primeira luta do discurso político é de instaurar os sujeitos que o enunciam: o trabalhador, o empresário, os democratas, os defensores da ordem etc. Estes sujeitos estão, evidentemente, calcados na pluridiscursividade, mas sua constituição só se dá no interior do próprio discurso.” Ibid., p. 53.

⁵⁴ Loc. cit.

[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma outra forma de ação política.⁵⁵

Estas questões apontam para as condições de produção e a institucionalização do discurso, mas também remetem à importância da capacidade de um discurso político em se constituir através da incorporação e construção de sujeitos legítimos. Contudo, a busca por esta articulação de identidades mostra-se complexa e tensa em contextos democráticos, posto que ocorre em um espaço discursivo marcado pela polêmica.⁵⁶ Assim, a dinâmica básica do discurso político pauta-se pela competição em torno da fixação de significados, da construção de uma visão de mundo e da interpelação de sujeitos. Deste modo, pode-se observar que o discurso político caracteriza-se por tentar se constituir em uma permanente luta pela desconstrução do discurso do opositor.

Quanto à análise da organização dos discursos políticos, Laclau & Mouffe verificam a existência de três estratégias de articulação discursiva: diferença, equivalência e antagonismo.⁵⁷ A lógica da diferença caracteriza-se por estabelecer distintas positivities, por meio da construção discursiva de sentidos e identidades diferenciais que admitam a existência de outros. Por sua vez, a lógica da equivalência consiste, basicamente, na formulação de uma cadeia de identificação entre elementos diferentes, precariamente aglutinados em função de alguma identidade comum subjacente. Nesta perspectiva, Laclau & Mouffe elucidam:

⁵⁵ PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso: (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). op. cit., p. 77.

⁵⁶ ORLANDI, E. op. cit., p. 86-87; MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989. p. 122-126.

⁵⁷ LACLAU, E.; MOUFFE, C. op. cit., p. 127-134.

[...] a lógica da equivalência é a lógica da simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença é a lógica de sua expansão e crescente complexidade. Tomando um exemplo comparativo da lingüística, poderíamos dizer que a lógica da diferença tende a expandir o pólo sintagmático da linguagem, o número de posições que podem entrar em relação de combinação e, portanto, de continuidade um com outro; enquanto a lógica da equivalência expande o pólo paradigmático – isto é, os elementos que podem ser substituídos um por outro – reduzindo o número de posições que podem possivelmente ser combinadas.⁵⁸

As relações de antagonismo configuram-se em associação às lógicas da diferença e da equivalência, pois o antagonismo estabelece os limites e as possibilidades de identificação através da presença de pólos negativos. Desta forma, uma relação de antagonismo se expressa essencialmente pela negação do surgimento e do espaço de um opositor, que pode ser representada pelo impedimento da constituição plena de uma identidade em decorrência da presença de outra. Ademais, pode-se apontar que a dinâmica da relação de antagonismo possibilita que diferentes sentidos e identidades se organizem a partir da lógica da equivalência, visto que oferece a negatividade necessária à prática articulatória destas distintas positivities.⁵⁹ O discurso nacionalista permite exemplificar estas lógicas discursivas, posto que consegue equivaler sentidos e identidades diferenciadas em torno de uma mesma cadeia de significação, organizada em função de uma relação de antagonismo ao elemento externo que encarna sua negatividade.

Destas observações sobre o caráter do discurso político e das disputas em torno da construção de sujeitos, deve-se resgatar a centralidade da concepção de provisoriedade da fixação dos sentidos. Esta interpretação aponta para as possibilidades de deslocamento discursivo do sentido e de falhas no processo de assujeitamento. Isto porque, apesar do ilusório efeito de unidade interna, o discurso se constitui pela heterogeneidade, afetado pelo contato com distintas formações discursivas. Além disto, pode-se perceber que os sentidos e

⁵⁸ Ibid., p. 130.

⁵⁹ Sobre a construção de um núcleo de identidades com base na lógica de antagonismo, Laclau observa: “O que estabelece sua unidade não é, por conseguinte, algo positivo que elas compartilhem, mas algo negativo: sua oposição a um inimigo comum.” LACLAU, E. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996. p. 77.

os sujeitos possuem um caráter essencialmente incompleto, pois se constituem através da relação e do contínuo movimento.

Associada à concepção de provisoriedade dos sentidos e das identidades, encontra-se aquilo que a Análise de Discurso denomina como papel da interpretação. Esta que marca a possibilidade de alteração na identificação discursiva do sujeito, por meio de enfraquecimento e de falhas nos processos de interpelação e assujeitamento. Além disto, a interpretação aponta para uma potencial desestabilização no efeito de evidência de um determinado sentido, produzindo o efeito de metáfora através do deslizamento de uma palavra por outra.⁶⁰ Nesta perspectiva, Pêcheux problematiza a idéia de uma reprodução estabilizada do sentido e do assujeitamento:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...]⁶¹

Uma outra noção essencial para o desenvolvimento desta análise corresponde às chamadas **condições de produção** do discurso. Conforme demonstra Maingueneau, esta noção assume diferentes empregos e dimensões no debate da Análise de Discurso.⁶² Todavia, pode-se, sumariamente, definir estas condições como uma conjunção do contexto (dimensão sócio-histórica e ideológica) e das circunstâncias (ambiente imediato) que envolvem a configuração dos sentidos e a enunciação de um discurso.⁶³ Estes dois aspectos assumem centralidade na concepção desenvolvida por Pêcheux sobre as condições de produção:

⁶⁰ PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988. p. 300-301.

⁶¹ Id. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. p. 56.

⁶² MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 30-31.

⁶³ ORLANDI, E. op. cit., p. 30.

[...] parece efetivamente, à luz do que precede, que se pode entender por isso seja as *determinações que caracterizam um processo discursivo*, seja as *características múltiplas de uma “situação concreta”* que conduz à “produção”, no sentido lingüístico ou psicolingüístico deste termo, da superfície lingüística de um discurso empírico concreto.⁶⁴

Ainda com relação a esta noção, deve-se ressaltar sua importância no processo de identificação dos sujeitos aos discursos, bem como na construção de imagens acerca das diferentes posições de sujeitos. Nesta perspectiva, em sua análise sobre as condições de produção, Pêcheux realiza uma distinção entre o que denomina como as implicações materiais e objetivas e as formações imaginárias nos processos discursivos.⁶⁵ Estas formações, ou representações, que podem ser entendidas enquanto projeção de imagens entre os interlocutores, o que relaciona contexto e memória, bem como media as relações de poder que se estabelecem na sociedade e na história.

A concepção de provisoriade dos sentidos do discurso⁶⁶, bem como o entendimento das características básicas das condições de produção, possibilita a introdução de duas outras noções inter-relacionadas para a compreensão da dinâmica do discurso político: as **condições de emergência** e as **condições de existência**. Com relação à noção de condições de emergência de um discurso, pode-se estabelecer que corresponde ao que permite um novo discurso surgir, por meio da articulação de sentidos e sujeitos que já existem na pluralidade discursiva da sociedade. Além disto, as condições de emergência podem ser divididas em internas (condições existentes no próprio discurso) e externas (subsídios de legitimação encontradas no exterior do discurso). Por seu turno, as condições de existência

⁶⁴ PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas: (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). op. cit., p. 182.

⁶⁵ PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso: (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). op. cit., p. 82-85.

⁶⁶ “O poder do discurso determina sua capacidade de permanência em uma dada sociedade, sua condição essencial é a de que nunca está completamente instaurado, sua permanência é sempre provisória.” PINTO, C. op. cit., p. 38.

permitem a manutenção e a institucionalização de um discurso na sociedade. Quanto a estes aspectos, convém observar que:

A relação entre um discurso e suas condições de emergência não é linear, algumas vezes as condições iniciais desaparecem e o discurso permanece, outras o fenômeno se dá ao inverso, mantêm-se as condições e o discurso perde sua capacidade de interpelar. A permanência de um discurso – isto é, sua condição de poder – está altamente relacionada com sua capacidade de por um lado transformar as condições de emergência em condições de existência e por outro construir no seu interior suas próprias condições de existência.⁶⁷

A partir destas questões examinadas, convém retomar especialmente a concepção relacional e heterogênea da constituição dos discursos. Nesta linha, deve-se considerar algumas reflexões desenvolvidas por Foucault:

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.⁶⁸

Através desta contribuição, Foucault estabelece os efeitos da conexão entre o discurso e o seu ambiente de contato com outros discursos, o que possibilita apreender a constituição relacional dos sentidos discursivos. Porém, esta relação entre os discursos não se processa de uma forma estanque, o que implica em um constante movimento de reestruturação-desestruturação nas redes de significações. A relação essencial entre paráfrase e polissemia caracteriza esta tensa dinâmica discursiva de incessante disputa: de um lado, a tentativa de consolidação e manutenção dos mesmos sentidos produzidos, por meio de efeitos

⁶⁷ Ibid., p. 39.

⁶⁸ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 52-53.

de repetição (paráfrase); e, de outro lado, a possibilidade de deslocamento e ruptura na rede de filiação dos sentidos, através da produção de novos sentidos (polissemia).⁶⁹ No caso específico do discurso político, a análise dos complexos contatos na pluralidade discursiva mostra-se essencial para a apreensão da sua dinâmica relacional, visto que este tipo de discurso procura se constituir a partir da desconstrução de seu opositor.

Nesta perspectiva, para a compreensão do caráter relacional e heterogêneo do discurso, convém neste momento abordar as noções fundamentais de **interdiscurso** e de **intradiscurso**. Como em outros casos, estes conceitos possuem diferenças quanto às suas acepções e aos seus empregos no campo da Análise de Discurso. Dentre tais variações, pode-se partir de algumas reflexões desenvolvidas por Jean-Jacques Courtine.⁷⁰ Segundo este autor, a formulação de um discurso deve ser enfocada através da articulação de dois níveis distintos de descrição:

1) *o nível da enunciação* por um sujeito enunciador em uma situação de enunciação dada (o “eu”, o “aqui” e o “agora” dos discursos); 2) *o nível do enunciado*, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria *interdiscurso*; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, *domínio de memória*, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados “preconstruídos”, de que sua enunciação apropria-se.⁷¹

Desta forma, a análise de Courtine enfatiza a dinâmica das relações entre os diversos discursos existentes e dispersos no meio social como um aspecto constitutivo de um discurso enunciado. Este complexo espaço de relações remete à existência de conteúdos distintos e previamente formulados, com os quais um discurso entra em contato para se configurar e, também, reconfigurar os outros. Assim, o conjunto dinâmico de relações entre os

⁶⁹ ORLANDI, E. op. cit., p. 36-37.

⁷⁰ COURTINE, J. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

⁷¹ Ibid., p. 18.

discursos já existentes, articulados para a constituição de um determinado discurso, pode ser entendido enquanto interdiscurso. Nesta perspectiva, uma das principais características desta noção de interdiscurso reside na utilização de recursos pré-existentes para a construção de uma enunciação:

Citação, recitação, formação do preconstruído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrência das formulações.⁷²

Estes aspectos que envolvem as relações interdiscursivas condicionam diretamente as possibilidades de configuração interna de um discurso, ou seja, o seu caráter intradiscursivo. Contudo, esta noção de intradiscurso não deve se restringir aos constitutivos internos de um discurso formulado, pois apresenta ainda a influência da dinâmica do interdiscurso, afetando a conformação das relações de sentido existentes. Segundo Pêcheux:

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.⁷³

Com base nestas colocações, pode-se compreender como o discurso se constitui pela articulação e pela confluência de seus eixos vertical (interdiscurso, memória discursiva) e horizontal (intradiscurso, formulação atual).

A partir das observações realizadas, pode-se estabelecer alguns apontamentos sobre a noção de **heterogeneidade do discurso**. Com relação a isto, a análise desenvolvida por Jacqueline Authier-Revuz mostra-se basilar.⁷⁴ A autora concebe que as heterogeneidades

⁷² Ibid., p. 20.

⁷³ PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso: (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). op. cit., p. 77.

⁷⁴ AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos: o discurso e suas análises*. Campinas: Unicamp, n. 19, julho/dezembro de 1990.

discursivas congregam dois planos básicos, distintos e articuláveis da atividade enunciativa: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada.

Quanto à primeira modalidade de heterogeneidade, pode-se entendê-la como localizada no âmbito da pluralidade discursiva, estabelecendo os limites da configuração de um discurso através de seu contato com outros discursos. Por seu turno, a heterogeneidade mostrada no discurso manifesta os efeitos da heterogeneidade constitutiva através da presença de um outro discurso em uma certa homogeneidade discursiva. Deste modo, a modalidade de heterogeneidade mostrada caracteriza-se pela existência, em um determinado discurso, de fragmentos enunciados que pertencem a um outro discurso; ou seja, pela presença de elementos explicitamente delimitáveis (como citações, alusões e ironias, assinaladas ou não por marcas, como aspas e itálico) que podem ser isolados e identificados em uma seqüência discursiva. De acordo com a interpretação de Authier-Revuz:

Ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido, etc.; corpo estranho delimitado, o fragmento marcado recebe nitidamente através das glosas de correção, reserva, hesitação... um caráter de particularidade accidental, de defeito local. Ao mesmo tempo, remete a um alhures, a um exterior explicitamente especificado ou dado a especificar, determina automaticamente pela diferença um interior, aquele do discurso; ou seja, a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso. Também a zona de “contato” entre exterior(es) e interior que mostra as marcas de distância num discurso é profundamente reveladora deste discurso, de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir – de outro lado, pelo tipo de relação que aí se joga com o outro, relação explicitada pelas glosas ou interpretável pelo contexto [...]⁷⁵

Nesta perspectiva, estas noções de heterogeneidades assinalam vestígios da organização e da constituição de um discurso de maneira relacional, inscrito na pluralidade dos outros discursos – na interdiscursividade. Quanto a este aspecto, pode-se perceber que as heterogeneidades marcadas introduzem elementos de outros discursos em uma dada

⁷⁵ Ibid., p. 31.

continuidade discursiva, ao mesmo tempo em que os remetem ao exterior deste discurso. Além disto, a heterogeneidade mostrada proporciona a especificação da identidade de um discurso, bem como do sujeito enunciador, por meio de uma nítida demarcação em relação a outros discursos.

Deste modo, estas heterogeneidades revelam uma dupla busca: 1) a tentativa de um discurso se constituir através da assimilação ou do reconhecimento de discursos exteriores; 2) a procura pela diferenciação (alteridade em relação ao discurso do outro) como um recurso fundamental para a afirmação de um discurso. Contudo, cabe ressaltar que o princípio da heterogeneidade está presente em qualquer discurso, independentemente de se encontrar explicitamente mostrado ou marcado neste.

As noções acima trabalhadas possibilitam uma análise de questões relacionadas à **intertextualidade** na organização do discurso político. A intertextualidade consiste essencialmente na prática de um discurso buscar suporte e legitimação através da menção ou citação de enunciados de outros discursos. De acordo com a análise de Maingueneau, a intertextualidade pode ser concebida em duas dimensões: 1) interna, onde os recursos citados remetem ao mesmo campo do discurso; 2) externa, na qual são citados fragmentos originários de diferentes formações discursivas.⁷⁶ Esta noção mostra-se pertinente à análise do discurso político na medida em que permite examinar que recursos são considerados legítimos de serem mencionados textualmente.

Relacionada a esta noção de intertextualidade, cabe destacar aquilo que Maingueneau denomina como citação de autoridade.⁷⁷ Este recurso consiste na busca por legitimidade e efeito de verdade através da referência a algum discurso cujo argumento seja reconhecido e aceito pela coletividade. Neste processo em que evoca argumentos com estatuto

⁷⁶ MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989. p. 87.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 100-101.

de verdade, o sujeito enunciador procura realizar o apagamento de sua posição para assumir uma condição válida e unívoca.

Nesta linha, outra categoria relevante à análise do discurso corresponde à **memória discursiva**. Esta que não deve ser compreendida dentro de uma perspectiva psicológica ou individual, posto que remete a práticas sociais de repetição e retomada de discursos. Foucault trabalha com a noção de domínio de memória: “trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos [...], mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica”.⁷⁸ Na análise do discurso político, esta concepção do campo de memória pode referir-se à utilização de trajetórias, eventos e personagens históricos para a construção e a fundamentação do discurso.

Além destes aspectos, deve-se destacar que a noção de memória discursiva aponta para um processo dinâmico na retomada de determinados enunciados, visto que são atualizados ao serem apropriados por um discurso.⁷⁹ Deste modo, esta memória não representa um simples resgate de enunciados sedimentados no passado, pois implica ainda na resignificação e na reconstrução do próprio passado. Nesta perspectiva, pode-se estabelecer que esta categoria da memória opera por meio da articulação dos níveis pré-discursivo e discursivo, contemplando simultaneamente os atos de retomada e de reorganização de uma rede de sentidos. Assim, percebe-se que esta dinâmica noção de memória discursiva remete ao caráter heterogêneo da constituição dos discursos, através da interdiscursividade – aspecto essencial para este estudo político.

⁷⁸ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 65.

⁷⁹ INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 44-45

1.2 DELIMITAÇÃO DE UM DISCURSO

A partir dos pressupostos e das noções sobre discurso examinadas acima, pode-se estabelecer um *corpus* discursivo que permita a realização desta análise política. Esta idéia de *corpus* não deve ser entendida enquanto a construção de um espaço fechado de seqüências discursivas, estruturadas por condições de produção homogêneas e estáveis, mas como uma delimitação analítica que envolve discursos cujas fronteiras são entrecruzadas e instáveis. O desenvolvimento da noção de corpo discursivo encontra-se nas reflexões de Pêcheux, especialmente em seus últimos trabalhos, onde pode-se verificar a preocupação com as consequências teóricas da introdução de temas como o interdiscurso, a desestabilização sócio-histórica das formações discursivas e a presença do “outro” no discurso.⁸⁰ Estas questões assinalam a centralidade de uma concepção relacional e heterogênea do discurso, o que afeta diretamente a construção do *corpus*. Nesta perspectiva, percebe-se que:

A construção do corpo discursivo, portanto, obedece a duas dinâmicas distintas: por um lado deve ter uma unidade que possibilite estudá-lo enquanto um fenômeno específico, por outro deve conter nesta unidade a pluralidade de discursos que o formam e que lhe dão condições de existência.⁸¹

A análise do discurso político do governo Leonel Brizola acerca do desenvolvimento econômico necessita da delimitação de seu corpo discursivo, no intento de estabelecer uma unidade a partir da diversidade discursiva. Desta maneira, a essência do *corpus* desta pesquisa é composta por uma gama de discursos políticos que envolvem o tema do desenvolvimento econômico estadual: mensagens do governador à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; pronunciamentos oficiais, entrevistas e outros discursos do governador; discursos dos deputados estaduais registrados nos Anais da Assembléia

⁸⁰ PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). op. cit., p. 315-317.

⁸¹ PINTO, C. op. cit., p. 60.

Legislativa; discursos dos secretários de Estado. Ainda que aglutinados para compor um *corpus*, estes distintos discursos políticos precisam ser delimitados e problematizados para o estudo de questões como a capacidade de interpelação e a autoridade discursiva. Destarte, a análise deve partir deste efeito de homogeneidade do discurso para poder resgatar e explicitar a característica fundamental da heterogeneidade em sua tessitura.

Com base nestas modalidades discursivas aventadas, pretende-se examinar a construção do discurso do desenvolvimento econômico do governo Brizola, ressaltando as diferentes posições políticas assumidas neste dinâmico contexto. Além disto, deve-se observar, através destas noções teóricas trabalhadas, os diversos recursos utilizados na configuração deste discurso em questão. Nesta perspectiva, a abordagem analítica deste *corpus* segue a sistematização de algumas seqüências discursivas, consideradas enquanto amostras empíricas significativas deste discurso político do desenvolvimento. Todavia, convém enfatizar que este procedimento metodológico não almeja uma exaustão do objeto em estudo, mas possibilitar uma análise política a partir de uma amostragem representativa do discurso abordado.

2 DEBATE ACERCA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A proposta deste capítulo consiste em examinar algumas concepções de desenvolvimento econômico que auxiliem na compreensão deste discurso político do governo Brizola. Desta forma, mostra-se essencial uma breve análise das noções acerca do desenvolvimento formuladas pela CEPAL, pelo IBESP/ISEB e pela corrente trabalhista no Rio Grande do Sul. A partir do estudo destas diferentes matrizes de pensamento, pode-se elaborar um referencial teórico e conceitual que possibilite a apreensão dos distintos projetos políticos em disputa no Rio Grande do Sul.

Para o estudo deste tema, os referenciais teóricos devem ser buscados em autores que propuseram e analisaram políticas de desenvolvimento econômico para o Brasil. Para os propósitos desta pesquisa são selecionados expoentes destas matrizes de pensamento sobre o desenvolvimento, escolhidos em função da representatividade e do alcance de suas concepções. Não obstante, esta análise não pretende um exame exaustivo das aludidas matrizes, posto que a complexidade de suas concepções e os diferenciados matizes internos necessitariam de um estudo particular e de maior fôlego. Destarte, pretende-se realizar um breve exame do pensamento elaborado pelos principais intelectuais e instituições da época acerca da questão do desenvolvimento, considerando suas possíveis influências sobre as políticas governamentais adotadas. Por fim, busca-se delimitar alguns modelos teóricos e analíticos que contemplem o objeto desta pesquisa.

2.1 PENSAMENTO DA CEPAL

Uma das mais importantes fontes de reflexão sobre o tema do desenvolvimento encontra-se nos estudos da Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL. Esta entidade da Organização das Nações Unidas foi criada em 1948 com o objetivo de analisar e propor políticas de médio e longo prazo para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Nesta linha, a CEPAL elaborou uma série de pesquisas e estudos técnicos com idéias inovadoras sobre as condições da economia da região, recomendando políticas para a transformação de suas estruturas sócio-econômicas. A perspectiva desta comissão internacional destaca-se ainda por realizar um profundo questionamento das teorias econômicas liberais e monetaristas, problematizadas a partir de teses de inspiração keynesiana e da análise das especificidades destes países subdesenvolvidos.

De acordo com o pensamento da CEPAL, as questões do desenvolvimento e do subdesenvolvimento estariam interligadas e condicionadas por fatores da organização da economia internacional. Esta interpretação global dos temas que envolvem o desenvolvimento conduz à elaboração de análises que procuram contrapor os aportes de teorias econômicas vigentes aos problemas da experiência histórica dos países latino-americanos. A partir disto, a realidade destas nações subdesenvolvidas não poderia mais ser compreendida simplesmente como uma “etapa” necessária para o desenvolvimento capitalista. Com esta perspectiva teórica abrangente, a CEPAL ressalta a necessidade de se considerar a complexidade das relações econômicas internacionais.

Para os cepalinos, a economia mundial deveria ser entendida como uma *estrutura* centro-periferia que se auto-reproduz, eternizando (e não moderando) ritmos diferentes na absorção dos frutos do progresso técnico. Relativiza-se, nessa imagem, a noção de subdesenvolvimento como estado de atraso numa seqüência linear e homogênea de transformações quantitativas (renda *per capita*, sobretudo).⁸²

⁸² MORAES, R. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995. p. 38.

Portanto, esta relação essencialmente desigual entre centro-periferia na economia internacional conduziria a uma espécie de círculo vicioso. Para romper com os efeitos deletérios desta situação, uma das principais teses advogadas pelos teóricos da CEPAL consistia no imperativo de mudanças profundas nas relações de comércio exterior. Contudo, verificadas as condições de dependência e de atraso econômico dos países da América Latina, estas alterações necessárias dificilmente poderiam ocorrer de forma espontânea. Neste sentido, para a superação deste problema do subdesenvolvimento, a CEPAL postulava a centralidade do planejamento e da intervenção do Estado para induzir a industrialização das economias nacionais.⁸³

Deste modo, a noção fundamental de desenvolvimento para a CEPAL residia na necessidade de alteração do modelo econômico agrário-exportador, através da implementação de um padrão baseado na industrialização por substituição de importações. Este projeto econômico industrialista era concebido como essencial, posto que permitiria alterações significativas nas relações centro-periferia e possibilitaria a superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. De acordo com a análise de Adilson Gennari, o pensamento cepalino postulava que:

O inimigo era o subdesenvolvimento e, com ele, a relação de desvantagem gerada pelas estruturas econômicas do centro em relação às da periferia. A maneira mais viável de superar o atraso seria o caminho da industrialização, que elevaria a produtividade geral da economia, transporia obstáculos inerentes aos países agrícolas e criaria empregos e transferência de tecnologia do centro para a periferia.⁸⁴

Aliada à premissa da industrialização, a CEPAL defendia a presença de um Estado ativo, capaz de planejar e intervir efetivamente na economia, promovendo o combate

⁸³ Ibid., p. 44.

⁸⁴ GENNARI, A. *Réquiem ao capitalismo nacional: a lei de remessa de lucros no governo Goulart*. Araraquara: Laboratório Editorial/UNESP, 1999. p. 55.

ao subdesenvolvimento através de investimentos em infra-estrutura e de políticas de fomento à indústria. Porém, a concretização de um padrão de intervenção estatal no setor econômico passa pelo problema da conformação de um consenso entre os diferentes interesses envolvidos na sociedade. Na ótica cepalina, este pacto social deveria ser articulado através da influência de intelectuais e da persuasão política, aglutinando distintos setores sociais em torno de um projeto de longo prazo com o objetivo de combater o subdesenvolvimento.⁸⁵ Assim, a construção de um suposto consenso nacional denota a procura por legitimação e sustentação tática para a realização de profundas mudanças na estrutura econômica, com a pretensão de subsumir os antagonismos de interesses existentes na sociedade.

Contudo, o pensamento elaborado pela CEPAL reconhecia a existência de importantes limitações estruturais para o desenvolvimento destas economias nacionais. Um dos maiores problemas constatados residia na dificuldade de formação de capitais, processo essencial para o investimento no setor produtivo e para a dinamização econômica. Desta forma, os teóricos desta instituição recomendavam, “sempre que necessário, a utilização do capital estrangeiro para o financiamento da acumulação”⁸⁶ de uma poupança doméstica, requerida à transformação do modelo econômico e à obtenção de um padrão de desenvolvimento. Na perspectiva da CEPAL, o capital estrangeiro poderia ser entendido enquanto elemento necessário ao processo de desenvolvimento econômico de um país como o Brasil. Não obstante, esta comissão advertia que o recurso a este tipo de capital deveria ser controlado para não comprometer a promoção de crescimento e do equilíbrio econômico interno.

Dentre os teóricos da CEPAL, Celso Furtado destaca-se como um dos principais responsáveis por pesquisas e análises acerca das condições do desenvolvimento brasileiro. Os trabalhos deste autor sobre o subdesenvolvimento nacional enfatizam os aspectos históricos

⁸⁵ MORAES, R. op. cit., p. 51-53.

⁸⁶ GENNARI, A. op. cit., p. 58.

de sua configuração, procurando compreender as mudanças estruturais da economia. Em um de seus primeiros livros, Furtado realiza um exame das principais questões relativas à configuração histórica da economia do Brasil, tais como a estrutura escravocrata, a introdução do trabalho assalariado e os efeitos de crises econômicas externas.⁸⁷ Nesta análise, o teórico cepalino ressalta as conseqüências de políticas governamentais adotadas a partir da crise de 1929 sobre o processo de transformação do modelo econômico:

Ao lograr sobrepor-se à profunda crise dos anos trinta, a economia dependente comprometeu certos elementos básicos de suas articulações. Ao mesmo tempo, começavam a estruturar-se as peças fundamentais de um novo sistema. A etapa de ajustamentos e reajustamentos que se prolonga até o presente não é outra coisa senão o processo de gestação, muitas vezes a contra gosto, desse novo sistema dentro da estrutura desarticulada da velha economia de exportação.⁸⁸

No Brasil, este longo processo de superação de uma estrutura econômica agrário-exportadora para a vigência de um modelo baseado na industrialização efetiva-se apenas no período posterior à Segunda Guerra Mundial. O governo Eurico Gaspar Dutra, após o fracasso de sua política econômica liberal que esgotou as divisas resultantes das exportações nos anos de guerra, alterou sua orientação e estabeleceu uma eficiente política cambial de restrição de importações. Esta nova política econômica favoreceu a acumulação de capitais, estimulou a dinamização do setor industrial e favoreceu o crescimento do mercado interno.⁸⁹ Todavia, este processo de avanço do projeto econômico fundamentado na indústria ganharia seu impulso substantivo nas gestões seguintes, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas.

Desta forma, ao analisar as transformações econômicas verificadas no Brasil da década de 1950, Furtado ressalta o deslocamento do centro dinâmico da economia para a indústria, que passara a ostentar expressivos índices de crescimento.⁹⁰ Segundo o autor, outro

⁸⁷ FURTADO, C. *Uma economia dependente*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e da Cultura – Serviço de Documentação, [1956].

⁸⁸ *Ibid.*, p. 72.

⁸⁹ *Id.* *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. p. 251-257.

⁹⁰ *Id.* *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 241-243.

fator relevante deste período residiria na consolidação, entre os grupos dirigentes, de uma perspectiva política focada na autonomia nacional quanto ao desenvolvimento da economia. Esta posição seria sustentada pelo setor industrial e se cristalizaria em torno da questão da transferência (ou interiorização) dos centros de decisão para o Estado. O princípio fundamental desta transferência residiria na possibilidade de uma maior influência dos grupos industriais sobre o Estado, em busca da consecução de políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico nacional. De acordo com Furtado:

A criação de bancos oficiais de desenvolvimento permitiu canalizar para as indústrias uma parcela adicional de recursos, sem os quais não teria sido possível a necessária concentração de capitais nos setores básicos. Não tem prevalecido uma orientação coerente, baseada em pontos de vista explicitamente formulados. Sem embargo, constitui uma constante na nova ideologia do “desenvolvimento nacional” que se deve reduzir ao mínimo a possibilidade de que o desenvolvimento do país seja entorpecido por decisões tomadas de fora por grupos cujos interesses possam conflitar com os da economia nacional.⁹¹

Na perspectiva de Furtado, este padrão de intervencionismo estatal na economia representa uma condição fundamental para o processo de industrialização e, por consequência, de desenvolvimento. Porém, o teórico da CEPAL observa que este avanço do processo de desenvolvimento da indústria verificado no Brasil acarretou alguns problemas significativos que deveriam ser geridos pelo Estado. Um destes problemas consiste em uma espécie de transposição das relações econômicas de centro-periferia para o âmbito nacional, verificada nas acentuadas desigualdades entre as regiões nordeste e sul.⁹² Este cenário de disparidades sócio-econômicas regionais no país mostra-se como decorrência da concentração de investimentos e das distorções entre os setores industrial e rural. “Em síntese, os benefícios do desenvolvimento se distribuíram de forma regressiva, tendo o aumento do consumo

⁹¹ Ibid., p. 246-247.

⁹² Convém esclarecer que, de acordo com esta concepção, a “região sul” congregava o conjunto de estados brasileiros do sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e do sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

alcançado o máximo nas classes proprietárias de fatores e o mínimo na agricultura das regiões de mais baixo nível de vida”.⁹³

Apesar dos expressivos avanços logrados pelo setor industrial, Furtado constata ainda a necessidade de alterações na estrutura agrária brasileira. O declínio da economia agrícola tradicional não seria derivado apenas do crescimento da industrialização, mas um processo decorrente do predomínio da organização latifundiária e das obsoletas técnicas produtivas. Além destes fatores, o autor observa uma dificuldade deste setor agrícola em dinamizar-se e voltar-se às necessidades do mercado interno, posto que ainda permaneceria atrelado às flutuações da demanda externa.⁹⁴

A principal forma para contornar estas dificuldades na organização do sistema econômico nacional seria a promoção de um amplo e preciso planejamento pelo Estado. Este artifício permitiria a percepção da complexidade e da interdependência das relações produtivas, bem como a compreensão das diferenças regionais e a formulação de um conjunto de políticas para incrementar as potencialidades da economia.

O instrumento fundamental para aumentar a produtividade é a programação do desenvolvimento. Somente por esse meio é possível, em uma economia subdesenvolvida, evitar os desequilíbrios setoriais ou os pontos de estrangulamento que provocam o desgaste de fatores que está na base da redução da produtividade.⁹⁵

Para Furtado, o processo de formulação de um programa para o desenvolvimento deveria cumprir algumas etapas fundamentais. Primeiramente, uma equipe de técnicos, intelectuais e especialistas das principais agências do governo realizaria um levantamento e uma análise da situação, com base em métodos científicos, dados estatísticos e índices dos diversos setores da economia. A partir dos diagnósticos e das recomendações formuladas, comissões especiais compostas por técnicos do governo poderiam coordenar as prioridades e

⁹³ FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 265.

⁹⁴ Id. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – ISEB, 1958. p. 15-21.

⁹⁵ Ibid., p. 42-43.

mobilizar recursos para a aplicação deste programa. Por fim, pode-se estabelecer que a plena execução deste planejamento dependeria da existência de um aparato burocrático especializado e da intervenção do governo para orientar e canalizar os investimentos.⁹⁶ Estas concepções de Furtado denotam a pretensão de tornar neutra e técnica a atividade de elaboração de um programa de desenvolvimento, como se a constituição de suas metas e sua aplicação não envolvessem interesses sócio-econômicos divergentes.

De modo geral, o pensamento elaborado pela CEPAL acerca do desenvolvimento brasileiro, exemplificado pelos estudos de Furtado, destaca-se por sua perspectiva global do tema, tratando de questões como as disparidades das relações econômicas internacionais e o papel do capital estrangeiro. Todavia, percebe-se que estas análises cepalinas examinadas abordam o problema do desenvolvimento em termos eminentemente econômicos, onde os aspectos sociais encontram-se em uma posição marginal. Com relação aos elementos políticos, esta matriz de pensamento enfatiza o resgate de um Estado interventor, considerado essencial para a melhoria da economia nacional através da elaboração de planos e políticas para a promoção do desenvolvimento. Ademais, pode-se verificar através das análises de Furtado como o processo de desenvolvimento nacional seria obstado, essencialmente, pelos condicionantes históricos, pela estrutura de dependência, pelas profundas desigualdades regionais e sócio-econômicas e pelas limitações das políticas governamentais.

2.2 PENSAMENTO DO IBESP/ISEB

No âmbito nacional, uma instituição responsável por destacadas influências no pensamento acerca do desenvolvimento foi o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e

⁹⁶ Ibid., p. 60-66.

Política (IBESP). Fundado em 1952, o IBESP era uma entidade privada constituída por uma gama de intelectuais de diferentes formações e trajetórias políticas, mas unificados em função do combate ao subdesenvolvimento brasileiro. Alguns dos principais membros deste instituto eram Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré e Roberto Campos. Além destes intelectuais, convém destacar o mentor e diretor do IBESP, Hélio Jaguaribe, sendo pertinente aqui realizar um breve apanhado de seu pensamento sobre o tema do desenvolvimento nacional.

Em um de seus ensaios publicados pelo IBESP, Jaguaribe aponta alguns fatores que explicariam a chamada crise brasileira nos campos econômico, social, cultural e político.⁹⁷ As dificuldades de ordem econômica residiriam no agravamento do processo de subdesenvolvimento, decorrente da estrutura histórica de dependência externa. Os problemas de cunho social seriam identificados através do antagonismo de classes, resultado próprio de uma estrutura econômica de exploração dominada por uma elite proprietária conservadora. No âmbito cultural, a influência de idéias estrangeiras e o não investimento na formação cultural e intelectual da sociedade brasileira configurariam problemas para a formação de uma cultura autônoma. Já a crise política nacional seria pautada pela perpetuação de um aparato burocrático estatal ocupado de forma parasitária, constituindo um Estado cartorial incapaz de promover o planejamento, o fomento e a dinamização da economia brasileira.

Contudo, mais importante que os problemas apontados são as possíveis soluções aventadas por Jaguaribe. Após realizar um exame das principais características do capitalismo e do socialismo, o autor aponta como fator fundamental para a superação da crise brasileira a necessidade de um processo de socialização dos meios de produção. Esta socialização deveria ocorrer não por meio de rupturas revolucionárias, mas através da progressiva ação reformadora de um Estado intervencionista e planificador da economia. O objetivo primordial

⁹⁷ JAGUARIBE, H. A crise brasileira. In: SCHWARTZMAN, S. (Comp.). *Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Ed. da UnB, [1980]. p. 131-170. Ensaio transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 1 (1), 120-160, out./dez. 1953.

desta estratégia seria a maximização da produção e a elevação das condições sociais, o que supostamente eliminaria os antagonismos de classes. Neste sentido, a solução proposta por Jaguaribe passa por dois elementos destacados no âmbito social: 1) “promoção da circulação das elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade” e 2) “formação de um movimento social apoiado numa ideologia e orientado por uma programática”⁹⁸, visando a socialização dos meios de produção.

Em estudo posterior, publicado coletivamente pelo IBESP, a análise do quadro econômico ganha maior substância a partir do levantamento da situação de diferentes setores da infra-estrutura, contando, então, com uma série de dados estatísticos.⁹⁹ O diagnóstico apontado pelos estudiosos sobre a economia brasileira é semelhante à análise anterior realizada por Jaguaribe, mas neste ensaio a questão do planejamento ganha maior ênfase. Entre as diversas medidas propostas, destaca-se a idéia da elaboração de um eficiente planejamento governamental para o desenvolvimento, não apenas da economia, mas também dos fatores políticos e sociais, zelando ainda para atender as diversidades das condições regionais. Além disto, são prescritas diferentes soluções para os problemas brasileiros, entre as quais uma proposta de melhoria da atividade administrativa e um plano de reforma do Estado, visando alterar seu perfil cartorial para um padrão funcional e acabar com as diferentes formas de clientelismo.

Dois outros pontos deste ensaio merecem destaque: a relação entre as classes sociais e a noção de trabalhismo produtivo. Quanto ao primeiro aspecto, os estudiosos do IBESP refinam a tese sobre a eliminação dos conflitos de classes, propondo uma convivência cooperativa entre estas através de uma orientação comum voltada para o tema do desenvolvimento. Para os autores:

⁹⁸ Ibid., p. 167.

⁹⁹ IBESP. Para uma política nacional de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Comp.). op. cit., p. 171-273. Ensaio transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, 4 (5), 47-188, jan./mar. 1956.

[...] no Brasil, o fato de sermos um país ainda subdesenvolvido e ainda marcado por características semicoloniais, abre, para todas as classes, uma ampla e proveitosa possibilidade de mútua cooperação, por isso que as contradições entre seus interesses se resolvem, até certo ponto, no comum e superior interesses do desenvolvimento e da emancipação econômico-sociais.¹⁰⁰

A concretização do desenvolvimento com uma cooperação entre as classes sociais seria possível através do “trabalhismo produtivo e nacionalista”, este que deve ser

[...] entendido, economicamente, como máxima poupança de recursos e sua devida utilização segundo um plano geral de desenvolvimento; e, socialmente, como a instauração de um regime que, a partir de condições mínimas de vida, proporcione a todos uma efetiva igualdade de oportunidades e uma seleção pela capacidade e pelo trabalho, abolindo todas as formas do privilégio e limitando a um nível razoável, do ponto de vista social, a capacidade de consumo dos mais abastados.¹⁰¹

Considerando o que foi exposto até o momento, percebe-se que, embora o pensamento formulado pelo IBESP mantivesse algumas diferenças em seu interior, tendo em vista a diversidade de intelectuais que congregava, importantes elementos comuns podem ser apontados: a preocupação com a superação do subdesenvolvimento; a importância do planejamento, da gestão governamental eficiente e do intervencionismo do Estado na economia; o imperativo do avanço do setor industrial; e a noção de cooperação entre as classes sociais. Através destes temas, pode-se avaliar como os teóricos do IBESP, a exemplo de Jaguaribe, enfatizavam a questão da atuação estatal para a planificação da economia e para a adoção de um modelo de desenvolvimento industrial no Brasil.

Em 1955, os integrantes do IBESP ampliam sua ação e passam a compor o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado enquanto órgão do Ministério da Educação e Cultura. Este instituto interdisciplinar daria prosseguimento às reflexões iniciadas pelo IBESP, com o objetivo fundamental de produzir análises e instrumentos teóricos para a

¹⁰⁰ Ibid., p. 223.

¹⁰¹ Ibid., p. 245.

compreensão da realidade brasileira e a promoção do desenvolvimento nacional.¹⁰² Tal qual seu antecessor, o ISEB reunia um conjunto de intelectuais com diversificadas interpretações e orientações teóricas. Não obstante a presença de distintas correntes, pode-se observar que

[...] unânime foi entre os isebianos a crença segundo a qual o desenvolvimento industrial (na expressão cepalina) “para dentro” (ampliação do mercado interno) – em substituição ao desenvolvimento meramente “induzido” e a conseqüente ruptura com a completa dependência do mercado exterior – geraria a transferência dos *centros de decisão* para o interior da própria nação. Ter-se-ia, assim, julgavam aqueles autores, a possibilidade de se planejar e realizar o desenvolvimento capitalista em bases nacionais.¹⁰³

A despeito desta compatibilidade elementar em torno da noção de desenvolvimento nacional, mostra-se problemático estabelecer uma unidade coesa em meio à variedade de estratégias, possibilidades e conteúdos defendidos pelos intelectuais do ISEB. Por representar uma postura política e teórica paradigmática nos debates realizados nesta instituição, o pensamento elaborado por Jaguaribe sobre o tema do desenvolvimento merece ser examinado com maior atenção.

Em seus estudos, Jaguaribe constata no Brasil a presença do fenômeno do parasitismo social e político. Este que consistiria na persistência de práticas superadas e inadequadas ao processo de superação do subdesenvolvimento, tais como as relações de clientela e as atividades ineficazes de um tipo de Estado cartorial. Ao examinar a formação histórica destas estruturas políticas ultrapassadas, o intelectual isebiano aponta a necessidade de mudanças profundas a partir dos efeitos da crise da economia de exportação do café – visão esta que remete à análise realizada por Celso Furtado. A partir destes pontos, Jaguaribe ressalta o imperativo de um aparato estatal que proporcione serviços eficientes para o avanço da industrialização e do desenvolvimento.

¹⁰² ABREU, A. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: ABREU, A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v. III, p. 2801.

¹⁰³ TOLEDO, C. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 178.

O industrial que fabrica determinado produto precisa que o vagão lhe chegue na hora, de acordo com o ajuste feito com a estrada de ferro; que a estrada tenha a capacidade de transporte prevista; que os navios funcionem; que a eletricidade atenda à movimentação dos seus motores; que a política econômica e fiscal do governo seja coerente com a sua política comercial, necessita, portanto, de uma atuação sistemática, promocional, corretiva e defensiva do Estado, atuação essa que o Estado Cartorial, que não foi feito para funcionar, mas apenas para contemplar as clientelas, é essencial e estruturalmente incapaz de exercer.¹⁰⁴

O formato deste Estado requerido à promoção do desenvolvimento deveria ser uma conciliação entre os princípios do liberalismo e do dirigismo estatal. Deste modo, as funções essenciais deste Estado seriam: o planejamento preciso para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas economicamente; a intervenção nos setores estratégicos de serviços e infra-estrutura para a produção; a organização do investimento para sanar os setores de estrangulamento da economia; e a coordenação geral para uma eficaz execução dos planos. Não obstante, Jaguaribe observa:

Para poder instaurar as condições institucionais que tornarão possível a aplicação dos planos e farão do planejamento a função precípua do Estado, é indispensável a mobilização ideológica, em virtude da qual os diversos setores que compõem a sociedade brasileira conciliem o seu próprio interesse com os objetivos do plano.¹⁰⁵

A análise realizada por Jaguaribe caracteriza-se por identificar uma disputa sócio-econômica entre o que denomina como setores parasitários e setores progressistas, que perpassariam todas as classes sociais. Com isto, a principal contradição no Brasil residiria na oposição dos grupos modernizadores aos conservadores, fator que impossibilitaria o processo de desenvolvimento. Neste contexto de avanço da industrialização, o autor observa a existência de uma coincidência harmônica entre os interesses do proletariado, da burguesia industrial e da classe média, em função da interconexão de seus fatores produtivos. Porém, a concretização destes interesses modernizadores e progressistas da sociedade brasileira,

¹⁰⁴ JAGUARIBE, H. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – ISEB, 1958. p. 27.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 49.

aglutinados em torno da noção de desenvolvimento, sofreria resistência por parte dos setores parasitários das “velhas classes latifúndio-mercantis”.¹⁰⁶

O combate à influência exercida por estes setores conservadores deveria realizar-se através da propaganda política e ideológica por parte de partidos e grupos (burguesia e intelectuais) comprometidos com os ideais do desenvolvimento, com o objetivo de persuadir e conscientizar as massas populares para esta causa. De acordo com Jaguaribe:

As ideologias que correspondem às necessidades situacionais das nossas três classes, das classes proletárias, pequeno-burguesas e burguesas, se entrosam, portanto, na mesma necessidade, de conjunto, de promoção do desenvolvimento. O problema que se apresenta, pois, para que se possa desencadear a ideologia do desenvolvimento e em torno dela reorganizar o aparelho do Estado e convertê-lo em Estado funcional, apto a planejar e a executar o planejamento econômico requerido pelas necessidades do país, é, essencialmente, um problema de educação e de organização ideológica.¹⁰⁷

Todavia, segundo a perspectiva deste autor isebiano, os grupos dinâmicos da sociedade deveriam ser conduzidos pela atuação política de agentes supostamente esclarecidos da sociedade, que, por sua vez, necessitariam de legitimidade e sustentação dos setores populares para fazer avançar este projeto de desenvolvimento nacional. De acordo com esta concepção de cunho iluminista e voluntarista, a direção do projeto deveria estar sob o controle da burguesia brasileira para evitar possíveis irrupções de forma radical e revolucionária por parte das massas populares.¹⁰⁸ No final da década de 1950, tais posições sustentadas por Jaguaribe sofreriam severas críticas dentro do ISEB, especialmente por setores intelectuais nacionalistas. Estes enfatizavam a centralidade das contradições entre as classes sociais e defendiam um maior protagonismo político-ideológico das camadas populares no processo de desenvolvimento.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Ibid., p. 31.

¹⁰⁷ Ibid., p. 53.

¹⁰⁸ Id. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – ISEB, 1958, p. 62-65, 99.

¹⁰⁹ PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 128-141.

Outra fonte de divergências com estes grupos isebianos nacionalistas corresponde ao pensamento de Jaguaribe acerca do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento brasileiro. Na ótica do autor, este tipo de capital deveria ser utilizado para a superação do subdesenvolvimento, posto que o caráter nacionalista de uma política estaria em seus fins objetivos e não nos meios utilizados.¹¹⁰ Para Jaguaribe, a afirmação e a consolidação econômica de uma nação em desenvolvimento pressupõem a presença de investimentos externos, necessários para inversões no setor produtivo e para a acumulação de poupança. Não obstante, este autor isebiano alertava que o recurso ao capital estrangeiro precisaria ser disciplinado para não submeter a autonomia nacional. A polêmica e as fortes críticas em torno destas teses defendidas por Jaguaribe acirraram as disputas internas e influenciaram diretamente seu desligamento do ISEB em 1959.

Em obra publicada posteriormente, Jaguaribe retomaria algumas de suas principais concepções, apontando a necessidade de ajustes no modelo de desenvolvimento brasileiro para a adoção do que denomina de nacional trabalhismo.¹¹¹ Estas adequações consistiriam em três aspectos essenciais: 1) reforço das funções do Estado de planejamento, investimento e coordenação de empreendimentos; 2) intervenção na estrutura vigente das propriedades rurais, buscando uma exploração racional da terra e uma redução dos desequilíbrios entre os setores rural e urbano; 3) uma política de elevação do nível da produção industrial e da capacidade de consumo, para uma reaproximação entre burguesia nacional e proletariado. Nesta perspectiva, Jaguaribe observa que o modelo nacional trabalhista:

[...] exigiria uma ampliação substancial da capacidade de investimento do Estado e uma política mais coerente de preservação e consolidação da autonomia e endogenia

¹¹⁰ JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – ISEB, 1958. p. 52.

¹¹¹ Id. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

nacionais. Para isto se faria mister, por um lado demarcarem-se clara e sistematicamente as responsabilidades empresariais distribuídas entre o Estado e os empreendedores nacionais, mais ou menos de acordo com o princípio de se orientar o Estado para as indústrias infra-estruturais e as grandes indústrias intermediárias, e o setor privado para as indústrias de transformação. Por outro lado, isto requereria também uma delimitação não menos clara e sistemática de setores entre o capital nacional e o estrangeiro, bem como uma política de determinação de tetos percentuais para a propriedade e o controle estrangeiros das empresas produtivas, considerando-se a economia em seu conjunto e os casos específicos de determinados setores e empresas.¹¹²

As principais noções deste modelo de desenvolvimento nacional trabalhista remontam a idéias apresentadas por Jaguaribe ainda no IBESP e incrementadas em sua atuação no ISEB. Neste sentido, o pensamento deste autor acerca do tema do desenvolvimento apresenta uma relativa coerência interna, o que permite a identificação de alguns pontos de confluência nas teses sustentadas no interior destas instituições. Dois elementos fundamentais nestes trabalhos examinados consistem no planejamento e na intervenção do Estado na economia nacional, que teriam o objetivo de potencializar um processo de desenvolvimento baseado no setor industrial.

Desta maneira, percebe-se como as análises normativas realizadas por esta matriz do IBESP/ISEB remetem basicamente a fatores internos da política e da economia brasileira. Os estudos de Jaguaribe denotam esta característica, posto que tendem a reduzir a influência dos condicionantes internacionais no processo de desenvolvimento e no estado de dependência econômica do país. Através de sua concepção de nacionalismo de fins, este autor inclusive assume uma postura favorável à presença do capital estrangeiro em setores estratégicos da economia nacional.

¹¹² Ibid., p. 220.

2.3 PENSAMENTO TRABALHISTA

Outra significativa fonte de pensamento acerca do desenvolvimento pode ser encontrada nas proposições do trabalhismo elaboradas por Alberto Pasqualini. Considerado o mais importante teórico e ideólogo na constituição do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul, Pasqualini representava a principal liderança da chamada corrente “doutrinária”.¹¹³ Esta vertente de intelectuais progressistas do partido era composta, basicamente, por profissionais liberais e bacharéis, originários de um movimento político social-reformista criado em 1945, a União Social Brasileira (USB). Ainda no mesmo ano, este agrupamento dirigido e idealizado por Pasqualini se integraria ao PTB, contribuindo diretamente para o embasamento ideológico e programático do partido. Neste sentido, um exame do pensamento deste teórico gaúcho justifica-se por apresentar algumas diretrizes fundamentais do projeto político trabalhista. Segundo a análise de Miguel Bodea:

Com efeito, o papel de Pasqualini como teórico e doutrinador nos anos formativos do PTB, concentra-se na tarefa pedagógica da elaboração de uma “visão de mundo” e da organização do “grupo que compartilha desta visão”, ou seja, aquelas etapas da formação de um partido político essencialmente vinculadas, na visão gramsciana, à construção de um “consenso” ao nível da sociedade civil.¹¹⁴

A relevância das concepções e propostas de Pasqualini pode ser verificada por sua influência no debate político-partidário e por sua ênfase no imperativo de um conteúdo social mais consistente para o programa do PTB. Além disto, o pensamento pasqualinista destaca-se por sua ampla difusão e popularização, através de palestras, de comícios, de livros e de artigos em jornais de grande circulação. Em suas campanhas eleitorais (1947 e 1954 para governador e 1950 para senador), Pasqualini apresentava detalhadamente suas principais teses e propostas

¹¹³ BODEA, M. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992. p. 23.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 180.

trabalhistas. Estes fatores contribuíram para uma expansão do alcance desta discussão política no âmbito da sociedade, especialmente no Rio Grande do Sul.

As análises realizadas por Pasqualini demonstram inspirações em tendências políticas do trabalhismo britânico e da social-democracia europeia, bem como a influência das teses econômicas keynesianas.¹¹⁵ A preocupação fundamental no pensamento deste intelectual trabalhista residia na adoção de uma organização política e econômica voltada para a promoção da justiça social. Este princípio de justiça corresponderia a condições de bem-estar e conforto proporcionados por uma nova organização da economia capitalista, pautada por uma partilha mais equânime dos benefícios e por uma valorização do trabalho. Nesta perspectiva, Pasqualini defendia um modelo econômico centrado na ideia de um capitalismo solidário, que conciliaria os aspectos positivos do socialismo e do capitalismo. Com relação a este tema, o teórico estabelece:

Nossa posição é clara e definida. Se, por socialismo, se entender a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura então somos socialistas.

Da mesma forma, se por capitalismo se entender individualismo, egoísmo e tradicionalismo, não somos capitalistas; se, porém, se entender uma função social que se exerce para o crescente progresso econômico e social da coletividade, então somos capitalistas.¹¹⁶

O modelo de capitalismo solidário representava um projeto de cunho reformista, que preconizava a manutenção do princípio de liberdade da iniciativa privada em associação ao controle do Estado na economia. Deste modo, os elementos parasitários do capitalismo individualista deveriam ser fortemente regulados, através de uma intervenção estatal inspirada em características de um modelo econômico de cunho socialista. Este posicionamento teórico de Pasqualini decorre de suas observações acerca das limitações estruturais para a prática do

¹¹⁵ RUAS, M. *A doutrina trabalhista no Brasil: 1945-1964*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986. p. 25-27; KARNIKOWSKI, R. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. p. 64-68.

¹¹⁶ PASQUALINI, A. *Bases e sugestões para uma política social*. Porto Alegre: Globo, 1948. p. 42.

socialismo (ao estilo inglês) no contexto de subdesenvolvimento brasileiro. Na justificativa dos princípios políticos trabalhistas, o autor abordaria esta questão nos seguintes termos:

Fazendo sempre abstração de quaisquer considerações de caráter filosófico, que aqui não interessam, é preciso observar que a socialização “a posteriori” pressupõe sempre algo que se possa socializar. É necessário um certo desenvolvimento industrial, que não existe no Brasil, e que esse desenvolvimento tivesse atingido aqueles limites em que já não seria conveniente que se mantivesse sob o regime da iniciativa privada.

Pretender, por outro lado, criar um desenvolvimento econômico, sob a forma socialista, seria, no Brasil, um contrasenso. Nem existem meios técnicos, nem meios financeiros, nem educação para tal empresa.

Isso não significa que o Estado, em certos casos, não deva tomar a iniciativa dos empreendimentos econômicos, sobretudo quando estes transcendem os limites das possibilidades ou das conveniências do empreendimento privado.¹¹⁷

Ao elaborar suas concepções elementares acerca das qualidades dos modelos capitalista e socialista, Pasqualini menciona ainda a existência da opção comunista. Contudo, em sua análise não realizou uma rigorosa distinção teórica entre socialismo e comunismo. Com relação a este último sistema, o autor apenas assinalava o modo revolucionário e violento que envolveria sua adoção, ao passo que seu entendimento de socialismo abrangia a noção de uma transição democrática, pacífica e gradual. Além disto, uma diferenciação entre os conteúdos destes modelos econômicos mostra-se problemática pelo fato de as principais preocupações de Pasqualini enfocarem questões relacionadas à regulação do sistema capitalista, como a melhor distribuição do lucro e da renda para a realização da justiça social.

A proposta trabalhista de um capitalismo solidário determinava que o lucro e a propriedade privada deveriam ser limitados em função das exigências do bem público. Deste modo, para a consecução deste modelo de capitalismo, Pasqualini advogava uma vigorosa intervenção do Estado na regulação do mercado e no controle de empreendimentos econômicos estratégicos. Outra função estatal essencial seria a organização de um fundo social de crédito, com o objetivo de expandir as possibilidades econômicas para os

¹¹⁷ Id. *Diretrizes fundamentais do trabalhismo brasileiro*. Porto Alegre: Of. Graf. Tip. Thurmann, [1950]. p. 15.

trabalhadores e os setores populares mais carentes. Estas diretrizes trabalhistas representavam intenções políticas cuja aplicação dependeria da existência de determinadas condições políticas e econômicas.

Por outro lado, a socialização deverá ser progressiva, isto é, realizar-se à medida que o Poder Público esteja aparelhado para executá-la com êxito e em melhores condições do que o empreendimento privado.

A socialização (estatização) das riquezas do sub-solo e das fontes naturais de energia representa, pois, uma tendência do trabalhismo ou, digamos, um problema que se coloca em tese, em princípio. Mas, se a diretriz deverá ser essa, tal fato não significa que se deva operar, de imediato, a socialização. Será uma questão de conveniência e de oportunidade que caberá aos governos examinar.¹¹⁸

Estas proposições de Pasqualini de capitalismo solidário e de socialização de setores estratégicos da economia apresentam uma marcada argumentação religiosa. Em suas obras e discursos, o teórico trabalhista relaciona suas concepções políticas ao conteúdo social das encíclicas papais *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*. Estes pronunciamentos que conteriam os princípios defendidos pela Igreja católica para a realização da justiça social.¹¹⁹ Neste sentido, pode-se depreender da fundamentação religiosa das propostas de Pasqualini a influência da sua formação educacional de seminarista e das suas crenças cristãs.¹²⁰ Ademais, estas recorrentes menções de ordem religiosa constituem um importante recurso para a legitimação de suas posições políticas, na procura por um claro distanciamento de possíveis acusações de comunismo às suas propostas trabalhistas reformistas.

No que tange aos mecanismos para o desenvolvimento da economia e a promoção da justiça social, o pensamento elaborado por Pasqualini assumia uma posição favorável à utilização do capital estrangeiro na economia brasileira:

¹¹⁸ Ibid. p. 20.

¹¹⁹ Id. *Bases e sugestões para uma política social*. Porto Alegre: Globo, 1948. Especialmente o capítulo 13: O socialismo e as encíclicas.

¹²⁰ Para maiores detalhes biográficos de Alberto Pasqualini ver: SIMON, P. (Org.). *Alberto Pasqualini: textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal – Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001. p. 43-72; LEMOS, R. Alberto Pasqualini. In: ABREU, A. et al. (Coord.). op. cit., v. IV, p. 4437-4438.

Relativamente ao capital estrangeiro, a atitude do Partido Trabalhista Brasileiro não deverá ser jacobinista. Quando o capital é explorador, tanto faz, para o trabalhador, que seja estrangeiro ou nacional. O capital, em todas as partes, tem as mesmas características. Uma vez que se admite a liberdade de iniciativa, não há razão para hostilizar o capital alienígena, desde que o seu objetivo não seja apenas o lucro, mas o desenvolvimento econômico do país. Cumpre não esquecer que o Brasil é um país de capital escasso e que, talvez, não poderá, com os seus próprios recursos, acelerar o ritmo do seu progresso e o desenvolvimento técnico que o mesmo pressupõe.¹²¹

Mais adiante, o autor complementaria este posicionamento:

O essencial é o desenvolvimento econômico do país, com os nossos recursos ou também com recursos de fora, se contribuírem para esse fim. É certo que os juros e dividendos que tivermos de pagar por esse capital constituirão um ônus. Mas, se as vantagens forem maiores que os ônus, não há razão para nos opormos a ele. Será essa uma contingência oriunda de nossas próprias deficiências e de nosso atraso.¹²²

O projeto de desenvolvimento preconizado por Pasqualini conservava uma visão positiva do capital estrangeiro, visto que a questão do nacionalismo no campo econômico ainda não adquirira centralidade no debate político brasileiro. A preocupação do teórico trabalhista estava relacionada ao capital especulativo, aos trustes, à concentração de renda e ao abuso do poder econômico, independentemente da nacionalidade. Nesta ótica, o capital estrangeiro, bem como a tecnologia de países mais avançados, representavam instrumentos essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico nacional.

Além destes aspectos, percebe-se que as concepções de Pasqualini mostram-se ainda inspiradas por um contexto sócio-econômico brasileiro de predomínio do setor agrário. Suas proposições enfatizam as questões relativas à propriedade da terra, à criação de mecanismos governamentais de promoção de crédito aos camponeses e à elevação do padrão de vida destes trabalhadores. Desta forma, o pensamento de Pasqualini concebia a elevação

¹²¹ PASQUALINI, A. *Diretrizes fundamentais do trabalhismo brasileiro*. Porto Alegre: Of. Graf. Tip. Thurmann, [1950]. p. 21.

¹²² Loc. cit.

dos padrões da economia agrária nacional como um pressuposto ao processo de desenvolvimento econômico industrial.

Com relação aos problemas da vida rural, conviria ainda observar que a população rural do país é cerca de dois terços da população total. A recuperação dessa população e o fortalecimento da economia rural representa, portanto, um problema vital para a própria indústria.

Se as populações rurais não têm capacidade de consumo, será inútil pensar em desenvolvimento industrial, pois será pouco provável que os mercados estrangeiros comprem nossas manufaturas e lhes possamos fazer concorrência.¹²³

Com base nestas concepções trabalhistas do pensamento de Pasqualini, percebe-se sua ênfase na intervenção do Estado para a regulação do modelo econômico capitalista. Este controle estatal seria fundamental para a realização dos objetivos de desenvolvimento econômico e justiça social. Neste sentido, além dos elementos oriundos do reformismo social-democrata e do trabalhismo britânico, alguns analistas aventam ainda a presença de uma marcante influência teórica do positivismo sobre o pensamento de Pasqualini.¹²⁴ De acordo com Bodea:

A visão de “cooperação e equilíbrio social” tão presente no pensamento pasqualinista deriva, claramente, da mesma matriz que orienta o ideário de Vargas e seus principais companheiros da Revolução de 1930: o republicanismo castilhisto do PRR rio-grandense [sic], fortemente influenciado pelo pensamento positivista.¹²⁵

Este debate acerca de uma influência do positivismo no pensamento trabalhista necessita de uma análise mais ampla e aprofundada, o que escapa aos propósitos da presente pesquisa. Todavia, deve-se problematizar alguns destes argumentos do suposto alcance da doutrina positivista sobre a política no Rio Grande do Sul durante este período histórico. Aspectos considerados enquanto herança do positivismo, como um marcado intervencionismo

¹²³ Ibid., p. 37-38.

¹²⁴ Cf. BODEA, M. op. cit. p. 152-165; MÜLLER, G. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 383-386, 400-401.

¹²⁵ BODEA, M. op. cit., p. 152-153.

estatal na economia e uma maior preocupação com a justiça social e a incorporação do proletariado na sociedade, podem ser interpretados a partir de outras concepções teóricas e políticas, a exemplo do keynesianismo.

De modo geral, este modelo de desenvolvimento econômico proposto por Pasqualini pode ser expresso através de alguns pontos de destaque. Do ponto de vista trabalhista, um capitalismo solidário deveria manter a iniciativa privada na economia, ainda que tutelada e planejada através da permanente intervenção do Estado, no intuito de conter os efeitos deletérios do capitalismo individualista. Com relação ao capital estrangeiro, o pensamento pasqualinista adverte que uma economia capitalista subdesenvolvida como a brasileira não poderia prescindir deste tipo de recurso. Em sua concepção, a questão do nacionalismo econômico encontrava-se ausente, posto que o principal problema envolvendo este capital investido não seria sua origem, mas seus propósitos. Além destes aspectos, a permanente luta pela justiça social seria um objetivo fundamental para o trabalhismo de Pasqualini e seu projeto de desenvolvimento.

2.4 DELIMITAÇÃO DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A partir de uma perspectiva histórica das relações políticas e das estruturas econômicas no Brasil a partir de 1930, Octavio Ianni realizou análises acerca dos diferentes aspectos concernentes ao problema do subdesenvolvimento do país. O autor entende que o desenvolvimento econômico capitalista consiste, basicamente, em um processo de acumulação privada de capitais. Porém, a obtenção deste desenvolvimento não envolve apenas a ação empresarial, posto que necessita da atuação governamental para a organização

do sistema econômico. Dentro desta linha de interpretação, pode-se conceber que o desenvolvimento:

[...] somente se realiza quando uma parte do excedente econômico produzido pelos trabalhadores (isto é, pelo trabalho social produtivo) é investida produtivamente. Mas isto ocorre quando as relações e estruturas políticas estabelecem e preservam as condições “não econômicas” de produção, apropriação e utilização do excedente econômico. Esta é, provavelmente, a principal razão por que o Estado aparece como elemento essencial das relações e estruturas econômicas.¹²⁶

Com base nestes elementos, Ianni problematiza o porquê desta considerável participação do Estado brasileiro (sob o predomínio do Poder Executivo) nas decisões relativas ao campo econômico. O planejamento governamental das atividades produtivas e o incremento do corpo técnico-burocrático estatal seriam necessidades decorrentes dos efeitos da crise mundial de 1929 e da crescente complexidade da economia nacional. Neste sentido, a intensa participação do Estado brasileiro na organização e no planejamento do sistema econômico poderia ser verificada através da criação de órgãos político-administrativos, como conselhos, institutos e comissões composta por técnicos e especialistas – principalmente durante os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek.¹²⁷

Além desta participação no planejamento do processo de desenvolvimento, deve-se destacar a atuação direta do Estado brasileiro no campo econômico, assumindo uma posição de liderança empreendedora. Esta característica aponta para dois aspectos relevantes: 1) uma conjuntura internacional na qual diversos países (tanto socialistas como capitalistas) adotam padrões de intervencionismo estatal na economia para conseguirem se desenvolver; 2) a condição de um país capitalista periférico em busca de um padrão de desenvolvimento industrial atrasado. De acordo com Ianni:

¹²⁶ IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 06-07.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 22-33.

De fato, a incessante intervenção governamental na vida econômica é o resultado de uma configuração estrutural específica das nações que ingressam decidida e aceleradamente na etapa da industrialização. De um lado, há a necessidade de romper ou, ao menos, redefinir determinadas vinculações coloniais, que impedem a capitalização no interior do país. De outro, e para que essa reintegração se verifique efetivamente, é indispensável criar um sistema infra-estrutural inexistente ou precário.¹²⁸

Deste modo, perceber-se que:

Numa economia em que a atividade empresarial privada nem sempre dispõe dos capitais necessários para realizar alguns empreendimentos infra-estruturais (siderurgia, transporte, energia elétrica, petróleo) ou não tem interesse na rentabilidade do capital investido nesses setores, o Estado é levado a tomar a iniciativa dessas inversões e expansões.¹²⁹

Todavia, Ianni analisa como este intervencionismo estatal em setores estratégicos da economia não representaria uma tendência dominante e unívoca ao longo da história brasileira. Segundo o argumento do autor, se poderia conceber a existência de uma dinâmica de alternância entre divergentes propostas políticas de desenvolvimento econômico desde 1930. Para alicerçar esta tese, Ianni utiliza uma tipificação dos principais projetos ou estratégias de desenvolvimento para o Brasil:

a) **capitalismo dependente** – implicava uma acentuação das relações de complementaridade e associação com o sistema capitalista mundial, com o fito de possibilitar a modernização e a expansão da economia brasileira. O suporte desta estratégia política envolvia uma combinação heterogênea de setores tradicionais da economia primário-exportadora e de grupos ligados à moderna expansão industrial e financeira.¹³⁰ Este projeto de capitalismo dependente preconizava a utilização de tecnologia e investimentos estrangeiros como instrumentos essenciais ao processo de desenvolvimento, o que “implicava no

¹²⁸ Id. *Estado e capitalismo*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 24.

¹²⁹ Ibid., p. 190.

¹³⁰ Id. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 134-135.

reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos”.¹³¹

b) **capitalismo nacional** – orientava-se por uma ativa participação do poder público no incentivo aos distintos setores da economia brasileira. Os partidários desta estratégia de desenvolvimento mostravam-se favoráveis a uma vinculação ao capital e à tecnologia dos centros econômicos externos, mas controlada pelo governo nacional.¹³² Este projeto de capitalismo organizava-se em torno de uma complexa aliança política e social envolvendo a questão do nacionalismo. O sentido desta estratégia “deveria implicar na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos”, sem, contudo, postular uma ampla estatização da economia.¹³³

De acordo com a análise de Ianni, estas duas estratégias de desenvolvimento econômico mantiveram uma histórica relação de polarização no país. Nesta perspectiva, pode-se apontar a existência de um “movimento pendular”, no qual a orientação da política econômica governamental pautava-se ora pelo capitalismo nacional, ora no sentido do capitalismo dependente.¹³⁴ Não obstante o predomínio da dinâmica de alternância entre estas duas principais tendências de desenvolvimento, Ianni destaca ainda a presença de uma terceira estratégia política:

c) **socialismo** – relacionava-se diretamente ao projeto do capitalismo nacional, posto que seus representantes convergiam taticamente na utilização do suporte nacionalista. Contudo, os adeptos desta estratégia diferenciavam-se por defender uma política econômica estatizante

¹³¹ Ibid., p. 308.

¹³² Ibid., p. 135-136.

¹³³ Ibid., p. 308.

¹³⁴ Ibid., p. 307-313.

como forma de acelerar uma transição pacífica para o socialismo.¹³⁵ Ademais, mostravam reservas à presença de capitais estrangeiros, responsabilizados pela situação de atraso e dependência do país. A sustentação desta proposta de desenvolvimento encontrava-se fundamentalmente em setores da esquerda nacionalista, que defendiam uma crescente participação do Estado nas atividades econômicas. O ponto central desta estratégia política reside em sua luta contra o latifúndio e o imperialismo, com a defesa da “nacionalização e estatização de empresas estrangeiras; ou filiais e associadas de empresas multinacionais”.¹³⁶

Esta última tendência de desenvolvimento econômico, que propunha o aumento da intervenção do Estado como modo de fomentar a socialização dos meios produtivos, amplia sua influência no conturbado contexto político-econômico brasileiro do início da década de 1960. Desta maneira, este projeto político socialista passa a representar uma significativa ameaça ao predomínio do “movimento pendular” entre as outras duas estratégias de desenvolvimento. Além disto, pode-se verificar, no período em estudo, o crescimento da importância relativa das correntes políticas que defendiam um alargamento da ação estatal na organização do sistema econômico.

Convém destacar ainda que o principal recurso de sustentação ideológica para estas três estratégias políticas de desenvolvimento encontra-se no nacionalismo, entendido aqui em termos essencialmente econômicos. Mesmo um projeto de capitalismo pautado pela dependência, como aquele executado pelo governo Kubitschek, utilizou estrategicamente alguma alusão ao discurso do nacionalismo no campo econômico.¹³⁷ Este nacionalismo de cunho pragmático representaria um expediente tático para os defensores do desenvolvimento associado, em sua pretensão de cooptar forças políticas e sociais para o suporte a este modelo interdependente. As estratégias do capitalismo nacional e do socialismo também utilizariam o

¹³⁵ Ibid., p. 221-222.

¹³⁶ Ibid., p. 308-309.

¹³⁷ Id. *Estado e capitalismo*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103.

nacionalismo para constituir suas bases de sustentação. Através do nacionalismo estes projetos de desenvolvimento mobilizariam distintos grupos sociais e políticos, aglutinados em função da luta pela emancipação econômica do país perante sua condição de subordinação ao capitalismo internacional.

De acordo com Ianni,

[...] o nacionalismo brasileiro decorre, de um lado, das transformações da estrutura sócio-econômica brasileira e, por outro lado, das modificações sofridas pela estrutura da economia capitalista internacional, onde se insere a do Brasil. Em outros termos, é um fenômeno que resulta, em grande parte, do estado de tensão que emergiu em consequência dos desenvolvimentos das estruturas em contacto.¹³⁸

Nesta perspectiva, as contradições sócio-econômicas, geradas pelo avanço do processo de desenvolvimento associado do final da década de 1950, condicionaram um agravamento do debate político brasileiro acerca do caráter nacionalista das diretrizes econômicas governamentais. Dentro deste contexto, os projetos de capitalismo nacional e de socialismo ganham maior destaque, apresentando o nacionalismo como ponto fundamental para suas críticas às políticas econômicas internacionalistas adotadas pelo modelo de desenvolvimento associado. Neste sentido, uma política externa brasileira independente, pautada pela reorientação das formas de associação aos setores econômicos internacionais, emerge com vigor no início da década de 1960. No âmbito político interno, aumentam as pressões políticas e sociais pelas reformas estruturais, pela alteração das relações com o capital estrangeiro e por ajustes das distorções no modelo de desenvolvimento.

As noções teóricas acima examinadas, concernentes a estratégias políticas de desenvolvimento econômico, constituem instrumentos analíticos fundamentais para a condução desta pesquisa. A partir destas reflexões acerca das distintas matrizes de pensamento e dos projetos políticos de desenvolvimento, pode-se estabelecer os subsídios

¹³⁸ Id. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 50.

básicos para uma análise do discurso político do governo Brizola. As políticas econômicas implementadas por este governo, particularmente os processos de encampações nos setores de energia elétrica e de telefonia, mostram-se essenciais para a compreensão de sua proposta de desenvolvimento. Além disto, durante este período, determinados eventos e condições nos âmbitos político e econômico acentuaram a centralidade deste debate acerca das opções de desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

3 GOVERNO BRIZOLA: DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E ENCAMPAÇÕES

O presente capítulo pretende analisar o discurso do governo Leonel Brizola acerca do desenvolvimento, considerando especificamente dois processos de encampações de empresas controladas pelo capital estrangeiro. Desta maneira, examina-se os pronunciamentos envolvendo os casos de intervenção estatal na companhia de distribuição de energia elétrica de Porto Alegre e Canoas, em maio de 1959, e na empresa prestadora de serviços de telecomunicações no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1962. Entende-se que estes dois eventos representam acontecimentos fundamentais para um estudo da configuração deste discurso político envolvendo a questão do desenvolvimento.

No primeiro momento, objetiva-se estabelecer um breve quadro do contexto geral e das principais orientações da administração Brizola. A seguir, mostra-se relevante uma reflexão acerca dos aspectos econômicos e políticos presentes em seus pronunciamentos, onde são examinados alguns elementos no intuito de conformar um projeto de desenvolvimento específico deste governo. No que toca a este ponto, objetiva-se uma análise das construções discursivas em torno do desenvolvimento, apontando os distintos sentidos atribuídos a esta noção. Para tanto, deve-se enfatizar a questão da heterogeneidade na configuração do discurso desta administração estadual, o que permite apreender de uma forma ampliada sua orientação. Com base nestes aspectos, busca-se, então, trabalhar com temas relativos à posição do governo Brizola e ao debate político realizado no âmbito do Legislativo estadual a respeito das referidas encampações.

3.1 CONTEXTO E DIRETRIZES DO GOVERNO BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo desta seção consiste em apresentar alguns subsídios para uma compreensão dos elementos políticos envolvidos na configuração deste período de Brizola à frente do Executivo estadual. Nesta perspectiva, pretende-se examinar determinados aspectos da trajetória deste político trabalhista, sem, contudo, realizar propriamente um estudo biográfico. Leonel de Moura Brizola (1922-2004) destaca-se por uma dinâmica carreira política: eleito deputado estadual em 1947, enquanto ainda completava seu curso de Engenharia, e reeleito no pleito seguinte; assumiu a Secretaria de Obras Públicas durante o governo Ernesto Dornelles; foi escolhido deputado federal em 1954, mas deixou o mandato para disputar e vencer as eleições para a prefeitura de Porto Alegre, onde se credenciou para concorrer ao cargo de governador do Rio Grande do Sul em 1958.¹³⁹

O passado sofrido de jovem pobre de Carazinho que consegue chegar à Capital e, através dos estudos e do trabalho, alcança ascensão social e ingressa na política, constitui um dos pontos explorados por Brizola em seu princípio de carreira. A construção de sua imagem como *self-made man* apresenta-se carregada por este aspecto “épico” de sua trajetória. Este elemento contribui para o entendimento do seu discurso político e da importância que devotava à educação e ao trabalho como elementos transformadores – o que constituía um fator de identificação popular. Assim, tais questões mostram-se relevantes para uma análise de sua liderança política e de sua atuação enquanto governante, auxiliando no entendimento dos discursos vinculados à sua figura.

Os elementos de uma origem popular podem ser verificados na composição da imagem de Brizola, o que ajuda a explicar sua influência política e seu papel de liderança

¹³⁹ Especificamente sobre a trajetória de Brizola, ver: BANDEIRA, M. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; GUARAGNA, J. *Brizola: a revoada do exílio: histórias de um pombo correio*. Porto Alegre: Rígel, 1992; KELLER, V. et al. Leonel Brizola. In: ABREU, A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v. I, p. 837-855.

carismática. O governador apresenta-se como o indivíduo capaz de auscultar os anseios das massas, arregimentá-las e conduzi-las – isto pode ser percebido tanto no período à frente do governo do Rio Grande do Sul, como posteriormente ao construir sua popularidade nacionalmente. No momento em que alcança esta projeção nacional, Brizola apresenta como característica diferencial uma exacerbação de seu posicionamento político, inclusive assumindo a posição de líder da chamada “esquerda jacobina” e seus anseios nacionalistas no campo econômico.¹⁴⁰ Nesta perspectiva, ainda que analisando outro período da atuação deste político trabalhista, João Trajano Sento-Sé desenvolve uma acurada interpretação sobre a formação de sua imagem e de seu carisma:

Brizola aparece como imagem síntese do guerreiro e do estadista. O guerreiro dotado de tenacidade suficiente para enfrentar o inimigo externo, que se imiscui no país para perpetuar sua dependência e miséria. O estadista dotado do saber necessário para identificar e neutralizar os elementos internos que se aliam ao inimigo externo. Os vínculos com a tradição são fundamentais para a construção dessa imagem, que confere sentido à história brasileira e à pertinência da ascensão de Brizola.¹⁴¹

A partir destes aspectos, convém examinar brevemente algumas questões acerca da conjuntura das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul. Nesta acirrada disputa eleitoral, Brizola enfatizou suas referências de administrador eficiente quando prefeito de Porto Alegre, bem como os aspectos políticos e programáticos do trabalhismo.¹⁴² Convém ainda destacar que sua campanha explorou sua imagem enquanto um ator político “novo”, na qual Brizola representaria mudança e renovação no campo político e administrativo vigente. Outra questão essencial reside na construção de um discurso ligado aos ideais do desenvolvimento, largamente difundidos no contexto nacional pelo então presidente Juscelino Kubitschek.¹⁴³

¹⁴⁰ SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)* 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Especialmente os capítulos VII e VIII.

¹⁴¹ SENTO-SÉ, J. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999. p. 36.

¹⁴² CÂNEPA, M. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 221-241.

¹⁴³ Sobre esta questão, ver: CARDOSO, M. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Este conjunto de aspectos garantiu uma ampla disseminação desta candidatura trabalhista entre os setores populares.

Nesta campanha eleitoral, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) formou uma aliança política heterogênea do ponto de vista ideológico, apresentada como suprapartidária, na qual estaria colocado “o social sobre o político”.¹⁴⁴ Neste sentido, o principal evento deste pleito estadual consistiu na procura do PTB por apoio junto ao Partido de Representação Popular (PRP), agremiação de extrema direita, inspirada no integralismo e com ampla penetração nas regiões de colonização alemã e italiana.¹⁴⁵ Deste partido conservador mostrou-se significativo o suporte oferecido por seus representantes ligados à indústria e ao comércio, como o caso do empresário e candidato a deputado estadual Egon Renner. Convém ressaltar que esta pragmática união entre os dois partidos já ocorrera nas eleições de 1951 para a prefeitura de Porto Alegre, justamente com Leonel Brizola como candidato – fator que contribuiria para justificar esta aproximação política.

Esta aliança eleitoral era composta ainda pelo Partido Social Progressista (PSP), de cunho populista e pouco expressivo no Rio Grande do Sul, mas que garantiria à coligação a mobilização política das massas urbanas. Além destas uniões, deve-se destacar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que concorreu sob a legenda do Partido Republicano (PR), também demonstrou publicamente seu suporte a esta candidatura trabalhista, o que pode ser constatado através dos pronunciamentos de Luiz Carlos Prestes.¹⁴⁶ Contudo, Brizola se apressou em refutar tal apoio, negando qualquer tipo de entendimento ou relação com os defensores da causa comunista – evento amplamente explorado por seus opositores durante e após esta campanha.

¹⁴⁴ CÁNEPA, M. op. cit., p. 228.

¹⁴⁵ Para uma análise desta aliança, ver: CARDOSO, C. *Partido de Representação Popular: políticas de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. Especialmente os capítulos 2 e 3.

¹⁴⁶ CÁNEPA, M. op. cit., p. 228-230.

A aliança em torno de Brizola (PTB-PRP-PSP) opunha-se ao candidato situacionista, Walter Peracchi Barcellos. Este liderava a chamada Frente Democrática, formada pelo Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL) e pela União Democrática Nacional (UDN), contando ainda com o apoio informal do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nestas eleições, apenas o Partido Democrata Cristão (PDC) não manifestou formalmente sua preferência por alguma das candidaturas ao governo sul-rio-grandense. A despeito de tal exceção, esta disposição política estadual apresentava-se como demonstrativo de uma polarização na qual, apesar do multipartidarismo, a tendência preponderante foi de um confronto entre os pólos denominados de populista e conservador-liberal: a disputa PTB vs Anti-PTB.¹⁴⁷ Quanto a este ponto, convém advertir que no Rio Grande do Sul, diferentemente do plano nacional, não se conformou a dinâmica de aliança político-partidária entre PTB e PSD.

Neste contexto político marcado pelo antagonismo, o resultado das eleições de 1958 apresentou uma expressiva vitória do trabalhismo, com Brizola obtendo 55,18% dos votos contra 41,26% do candidato da Frente Democrática, 1,91% de votos em branco e 1,65% de nulos.¹⁴⁸ Ao lado deste destacado desempenho no pleito para governador, o PTB ainda aumentou sua representação na Assembléia Legislativa, conseguindo 24 cadeiras – número que apesar de significativo, não garantiria a maioria governista. A formação de uma bancada majoritária seria possível através da aliança com os partidos da coligação de campanha, os quais obtiveram 5 cadeiras – o PRP com 3 e o PSP com 2. Nestas eleições, todos os partidos conquistaram vaga no Legislativo, o que contribuiu para uma maior dispersão do poder político: o PSD obteve 13 cadeiras, perdendo duas em relação à eleição de 1954; o PL com 7

¹⁴⁷ TRINDADE, H. Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). In: FLEISCHER, D. (Org.) *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. v. II, p. 190-235. Para uma interpretação divergente, ver: TAVARES, J. Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: LIMA JÚNIOR, O. (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências: 1982-94*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 165-175.

¹⁴⁸ NOLL, M.; TRINDADE, H. (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995. p. 96.

e a UDN com 3 mantiveram o mesmo número; o PDC com 2 e o PR com 1 cadeira conseguiram representação.¹⁴⁹

Com relação aos distintos projetos político-partidários apresentados nestas eleições de 1958 para o governo do Estado, pode-se perceber uma acentuação da disputa em torno do viés atribuído ao desenvolvimento. As condições básicas para a intensificação deste debate político remetem a uma situação de estagnação da economia sul-rio-grandense, particularmente em comparação com o crescimento verificado no âmbito nacional.¹⁵⁰ Esta estagnação estadual evidencia-se, sobretudo, no esgotamento do setor agrário – o qual ainda superava a participação da indústria no conjunto da economia do Rio Grande do Sul – e no crescimento limitado do setor industrial neste período do final da década de 1950.¹⁵¹

Nesta perspectiva, deve-se indicar que as diferentes alternativas políticas propostas para o desenvolvimento estadual intentaram articular estes fatores, assinalando ainda a necessidade de algum tipo de industrialização como meio de dinamização do mercado interno. Com relação a este tema, percebe-se que:

Radicalmente, a questão do tipo de industrialização pode ser entendida da seguinte maneira: (a) criar unidades produtoras fabris para aproveitar as matérias-primas rio-grandenses e, progressivamente, ir internalizando outras unidades produtoras de bens de capital e de insumos que, “naturalmente”, seriam chamadas à área, ou (b) criar, no mais curto prazo possível, um pólo dinâmico, um parque fabril que parta da base da pirâmide do aparelho produtivo industrial, quer dizer, que produza bens de capital e insumos industriais. Cronologicamente, o último tipo ganha força a partir de 60.¹⁵²

Deste modo, as propostas de política econômica e os discursos em torno da concepção de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul apontam para a centralidade da

¹⁴⁹ Ibid., p. 82 e 112.

¹⁵⁰ MÜLLER, C. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Banrisul, 1998. p. 186-190.

¹⁵¹ As taxas de crescimento anual da economia gaúcha mostram-se representativas desta situação de estagnação. No quinquênio 1956-1960, o setor primário apresentou o índice de -3,0%, ao passo que o setor secundário cresceu a uma taxa média de 1,7%. ACCURSO, C. et al. *Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. Boletim da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. n. 16. Porto Alegre: [s. n.], 1965. Apud CÂNEPA, M. op. cit., p. 78.

¹⁵² MÜLLER, G. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 393.

disputa em foco. Como demonstra a análise realizada por Cánepa sobre esta campanha eleitoral, as duas estratégias alternativas apresentadas para solucionar os problemas da economia estadual representam, basicamente, o confronto político entre: a) um projeto de desenvolvimento atrelado ao setor agrário “tradicional”, defendido pelo PSD e b) um projeto voltado para uma aceleração do processo de industrialização, nucleado em torno do PTB.¹⁵³ Neste sentido, a ascensão do governo Brizola constituiria uma inflexão na orientação do modelo de desenvolvimento gaúcho e na vinculação do Estado à economia nacional e internacional.

Nesta conjuntura de expressiva aceitação eleitoral e de garantia de uma maioria parlamentar, o governo Brizola implementou medidas no campo sócio-econômico que merecem destaque. Esta administração trabalhista defendia um programa calcado no binômio “Educação e Desenvolvimento”, apontando os setores prioritários com vistas ao incremento econômico e social. Sobre esta orientação governamental, suas principais diretrizes foram sistematizadas através da elaboração de um decálogo, reafirmado durante todo o mandato de Brizola:

Educação e Desenvolvimento

- 1 - Educação Popular.
- 2 - Saúde Pública. Abastecimento d'água. Saneamento.
- 3 - Política Social. Habitação Popular.
- 4 - Política Agrária e Produção Agro-Pastoril.
- 5 - Política Econômica. Iniciativa Privada. Cooperativismo. Finanças e Orçamento.
- 6 - Industrialização. Indústrias básicas.
- 7 - Energia Elétrica e Carvão.
- 8 - Transporte e Armazenagem.
- 9 - Comunicações.
- 10 - Organização, planejamento e outras iniciativas e prestações de serviços. Política municipalista. Outras diretrizes de ação política e administrativa do Governo do Estado.¹⁵⁴

¹⁵³ CÁNEPA, M. op. cit., p. 81-82.

¹⁵⁴ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1961. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961. p. 18.

Para o atendimento desta gama de prioridades, o governo Brizola apresentava uma clara preocupação com o problema do planejamento e da reestruturação da administração pública. Quanto a estes pontos, deve-se destacar que o governador eleito contava com a existência de novas Secretarias, como as de Administração, de Economia e de Energia e Comunicações, criando ainda o Gabinete de Administração e Planejamento, o Conselho de Desenvolvimento do Estado e o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Subordinados diretamente ao chefe do Executivo estadual, estes núcleos burocráticos assumiam uma importante função na elaboração e na consecução das principais políticas econômicas.

Ainda em seu princípio de mandato, o governador buscou um levantamento técnico detalhado sobre a situação estadual e as causas do que denominou como processo de descapitalização do Rio Grande do Sul. O quadro apresentado pelos relatórios de sua administração era de uma profunda crise sócio-econômica. Esta seria gerada por um modelo de desenvolvimento nacional que privilegiaria a industrialização e a modernização da chamada região centro-sul (principalmente São Paulo), em detrimento de Estados atrasados e marginalizados. Neste processo de desenvolvimento desigual, o potencial econômico sul-riograndense seria drenado para o “centro” do país. Ademais, este diagnóstico apontava ainda como a economia estadual seria explorada externamente, através da atuação deletéria do capital estrangeiro nos setores estratégicos de serviços públicos.

Neste sentido, as medidas adotadas durante o governo Brizola mostram-se representativas de seu combate ao modelo de desenvolvimento vigente no país, assinalando a necessidade de mudanças no padrão histórico de acumulação no Rio Grande do Sul. Exemplos da orientação diferenciada desta administração podem ser encontrados na criação da Caixa Econômica Estadual, da Aços Finos Piratini S.A. e da chamada Estrada da Produção, bem como na implementação de uma política de destaque nos âmbitos agrário e

educacional.¹⁵⁵ Todavia, dentre as medidas governamentais convém enfatizar os processos que resultaram na encampação das empresas prestadoras de serviços de energia elétrica e de telecomunicações. Através dos referidos eventos pode-se apontar a composição do discurso deste governo trabalhista acerca do tema do desenvolvimento.

3.2 GOVERNO BRIZOLA: APONTAMENTOS SOBRE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Uma questão metodológica preliminar que se impõe refere-se à delimitação do governo Brizola enquanto unidade fundamental desta análise. Em concordância com os pressupostos teóricos adotados, a presente abordagem deve ultrapassar uma análise individualista do discurso, o que implica em apreender as diferentes posições de sujeito e os efeitos de sujeito criados. Deste modo, a postura assumida neste estudo consiste em considerar como discurso deste governo todos os pronunciamentos do governador, dos secretários de Estado e dos deputados estaduais da bancada trabalhista – ainda que a primeira modalidade receba maior destaque. Com base nestas produções, pretende-se estabelecer uma unidade discursiva em meio à dispersão de enunciados.

Não obstante esta delimitação de caráter analítico, a presente pesquisa procura ainda examinar os discursos de oposição, através de sua presença nos pronunciamentos do governo Brizola e no debate parlamentar por ocasião das encampações. Em tais alocações e discussões, o problema do desenvolvimento encontra espaço e apresenta elementos essenciais para a configuração de sua rede de sentidos. Parte-se do entendimento de que a referida

¹⁵⁵ Ver especialmente ECKERT, C. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1984; HARRES, M. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio: Camaquã-RS*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002; QUADROS, C. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola: 1959-1963*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

postura metodológica possibilita, através da análise de uma amostragem representativa, uma compreensão ampliada e relacional da construção deste discurso do desenvolvimento.

Com relação ao destaque conferido à fala específica do governador, deve-se considerar que o líder do Executivo, tanto no âmbito nacional como estadual, desempenha um papel central na configuração do campo político. Nesta perspectiva, os pronunciamentos do governador Brizola mostram-se fundamentais para uma delimitação do espaço discursivo de sua administração. Ademais, esta posição de principal responsável pelo governo agrava-se em função das condições de produção que cercam este discurso. Um destes elementos essenciais reside na tendência da atribuição de poderes políticos ampliados ao chefe do Executivo. Este aspecto apresenta especial influência no contexto do Rio Grande do Sul, onde historicamente predominou uma centralização de poder em torno desta posição.

A partir destas considerações, deve-se apontar que a alocução do governador Brizola em sua primeira Mensagem à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul congrega elementos relevantes para a configuração do discurso político deste governo. O pronunciamento oficial de posse do governador caracteriza-se por apresentar um balanço do pleito eleitoral e um painel das diretrizes da administração que inicia. Além disto, esta primeira Mensagem distingue-se das seguintes, nas quais predomina um padrão de prestação de contas do Executivo junto ao Legislativo.¹⁵⁶ Desta forma, a análise deste discurso específico justifica-se por auxiliar na elaboração de um panorama deste contexto político da posse, bem como na percepção de algumas questões que se desenvolveram no decorrer deste governo.

Com relação à posição do governador trabalhista nesta primeira Mensagem à Assembléia Legislativa, deve-se destacar alguns dos principais recursos discursivos

¹⁵⁶ A respeito desta diferenciação, ver: OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979. p. 50-60.

utilizados. Brizola inicia este pronunciamento com a enunciação de um discurso de fundo religioso:

Ao ser investido, pela livre decisão dos meus conterrâneos, no cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul, minha primeira preocupação é a de elevar o pensamento a Deus. Neste ato, histórico e solene, invoco a proteção do Criador, pedindo-lhe que inspire a todos nós, governantes e governados, e nos permita compreender, cada dia melhor, os nossos deveres e responsabilidades, no seio da família, nas relações da sociedade e da vida pública e no trabalho de todos os dias. Rogo à onipotência divina que nos conceda o privilégio de servir exemplarmente o Rio Grande e o Brasil e abençoe, para sempre, a nossa terra e o nosso povo generoso e bom, a quem dedicamos os nossos melhores ideais de progresso, de ordem, de paz, de fraternidade e de justiça.¹⁵⁷

Neste comunicado por ocasião de sua posse, o governador evoca Deus e pede proteção divina aos atos da nova administração estadual. A presença marcada destes elementos discursivos religiosos remonta a condições de emergência específicas. Estas correspondem à conjuntura da campanha eleitoral, na qual apareceram acusações que insistiam em vincular o então candidato trabalhista ao extremismo político e, especialmente, ao chamado comunismo ateu. Nesta perspectiva, a enunciação deste discurso religioso por parte de Brizola reatualiza uma memória associada à disputa eleitoral de 1958 e à sua trajetória política. Assim, a construção deste pronunciamento de posse encontra-se atravessado pela presença de um outro discurso, o da oposição – ao qual o governador estaria reconhecendo e tentando responder através de seu pronunciamento.

Outro aspecto relacionado a esta Mensagem encontra-se na tentativa do governador trabalhista em estabelecer um ambiente político de distensão. Este pronunciamento de Brizola, dirigido aos deputados estaduais, apresenta uma proposta de união político-partidária em torno das dificuldades sócio-econômicas verificadas no Rio Grande do Sul do período.¹⁵⁸ Deste modo, percebe-se nesta fala inicial o fito de conciliar as

¹⁵⁷ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. p. 08.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 09.

posições e as resistências decorrentes do período eleitoral, bem como de ressaltar a necessidade de uma compatibilidade do Legislativo com relação a um projeto político de desenvolvimento. Assim, esta alocução de posse reconhece a presença de uma oposição política, a qual este discurso conciliatório de Brizola tenta interpelar e cooptar. Todavia, deve-se ressaltar que a base de sustentação do governo, neste primeiro momento, representava a maioria parlamentar, o que contribuía para conferir uma margem significativa de poderes ao governador.

Ainda com relação a esta Mensagem, mostra-se interessante analisar a projeção da auto-imagem de Brizola através da tentativa de constituição do sujeito enunciativo:

Sou um simples cidadão, agora investido transitoriamente nas funções de Governo. Venho da humanidade comum, das camadas mais modestas da população e quero permanecer fiel às minhas origens. Minhas preocupações estarão permanentemente voltadas para os pequenos, para os humildes e desamparados. Interpreto a honrosa preferência que recebi e compreendo a manifestação das urnas como uma mensagem, como um apelo dos humildes, endereçado àqueles que jamais faltarão aos ideais e aos ensinamentos de Getúlio Vargas.¹⁵⁹

Nesta seqüência discursiva, o governador apresenta elementos fundamentais para a construção deste discurso político. O primeiro aspecto a ser destacado reside na utilização da primeira pessoa nestes enunciados, em uma proposta de interlocução direta com os alocutários. Percebe-se ainda a tentativa de Brizola por estabelecer uma lógica de equivalência no que tange à origem social entre representante político e representado, presente em sua condição de cidadão de ascendência simples e modesta que assume “transitoriamente” o governo. Ao afirmar esta procedência e fidelidade às camadas populares, o governador trabalhista estabelece um duplo movimento discursivo: 1) equivalência, ao se aproximar das massas humildes e desamparadas da qual teria emergido; 2) diferença, quando procura se distanciar dos demais representantes políticos que, por sua vez, seriam identificados a setores sociais abastados e privilegiados.

¹⁵⁹ Loc. cit.

Desta forma, Brizola reforça a construção de seu “mito de origem” e traça uma tendência norteadora para sua ação governamental, onde vincula-se estreitamente a estes setores sociais desfavorecidos. Nesta perspectiva, pode-se verificar a pretensão deste político trabalhista em assumir uma posição sujeito de porta-voz destas camadas populares. Esta função discursiva caracteriza-se pela existência de uma ampla identificação dos representados com este sujeito representante, reconhecido enquanto igual e interlocutor legítimo de causas comuns perante um adversário.¹⁶⁰ Aliado a este aspecto, o discurso do governador procura ressaltar sua ascensão política dentro de um padrão de delegação popular, apresentada enquanto uma mensagem e um apelo destes setores humildes dos quais se originara. Estes recursos também auxiliam na constituição de sua posição de porta-voz e no reforço de sua legitimidade política e eleitoral.

Ademais, o governador Brizola estabelece nesta seqüência discursiva uma clara conexão entre esta identificação popular e o que denomina como “ideais” e “ensinamentos” do presidente Getúlio Vargas. Neste trecho, percebe-se a estratégia de equivalência de dois elementos políticos fundamentais: ideais varguistas = preocupações populares. Através deste artifício discursivo, Brizola coloca-se visivelmente na posição de defensor e de herdeiro desta tradição trabalhista trilhada por Vargas. Com isto, pode-se afirmar que o governador gaúcho intentava oferecer, através de sua gestão, uma continuação ao projeto político interrompido pela morte de seu mentor.

A referida vinculação entre Brizola e o povo pode ser encontrada ainda em outras seqüências discursivas desta Mensagem, onde o governador apresenta um compromisso com a implementação dos conteúdos de seu programa de campanha:

¹⁶⁰ Pêcheux caracteriza a posição do porta-voz como “ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando ‘em nome de...’ é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.” PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*: o discurso e suas análises. Campinas: Unicamp, n. 19, julho/dezembro de 1990. p. 17.

Para este esforço, preciso contar, não apenas com a colaboração direta dos meus auxiliares, dos meus amigos e dos meus companheiros, mas, também, com a ajuda de todos, indistintamente. Da confiança do povo, porém, é de onde procurarei recolher as melhores inspirações e os mais fortes estímulos, sem os quais nenhum Governo consegue realizar os seus objetivos.¹⁶¹

Neste recorte discursivo, o governador gaúcho apresenta novamente a importância política atribuída à necessidade de união e ao suporte popular. Este apoio que pode ser interpretado como parte de uma concepção próxima à plebiscitária, na qual a consecução dos objetivos e das políticas governamentais estaria intrinsecamente vinculada à existência de confiança das massas e de suas manifestações positivas. Por outro lado, a enunciação desta necessidade de inspiração popular pode ser entendida enquanto uma referência auto-reflexiva de Brizola, reforçando sua pretensão à posição de porta-voz. Nesta leitura, este político trabalhista apontaria para sua conexão direta com o povo que constitui sua origem social e ao qual representa. Esta situação particular possibilitaria ao governador, então, “recolher as melhores inspirações” para sua atuação política.

De modo semelhante ao verificado nesta primeira Mensagem à Assembléia Legislativa, o governador Brizola manifestaria em outras oportunidades um viés interpelativo popular. Este aspecto discursivo pode ser averiguado em sua enunciação de um “nós” político, a partir da consideração da necessidade de conciliação e união em torno dos problemas sócio-econômicos do Rio Grande do Sul:

Estamos como numa encruzilhada, ou para marcharmos unidos e superarmos os graves embaraços, ou para regredirmos sob a influência de fatores contrários, se nos deixarmos vencer pela desunião, inermes ou de passos indecisos. [...] Uma ação de base, em profundidade e extensão, é a norma diretriz que nos permitirá vencer o processo de desgaste a que fomos submetidos e romper a cadeia dos problemas

¹⁶¹ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. p. 09.

envolventes da nossa posição atual, de lateralidade, no curso geral do desenvolvimento brasileiro.¹⁶²

Contudo, deve-se assinalar a existência de uma certa tensão entre este apelo popular explorado por Brizola e seu elevado nível de escolarização – aspecto presente na recorrente utilização de sua titulação de “engenheiro”. Por sua vez, tal especialização representaria para o governador trabalhista um relevante suporte de autoridade, o que lhe permitiria assumir uma posição sujeito diferenciada para a enunciação de um discurso técnico. Este constitui um recurso fundamental para a legitimação das concepções de desenvolvimento de sua administração e das encampações realizadas.

Com relação às características essenciais deste discurso técnico, pode-se apontar a ostentação de um saber distinto, socialmente aceito enquanto competente e especializado. Outro aspecto acerca deste tipo de formação discursiva reside em sua perspectiva de cunho iluminista, presente no tom prescritivo e didático que a sua enunciação conserva. Aliado a isto, o discurso técnico pressupõe ainda a existência de um sujeito supostamente dotado do que se poderia chamar como um “excedente de visão”. Quanto a este ponto específico, a reflexão de Mónica Zoppi-Fontana mostra-se esclarecedora:

Desse modo, estabelece-se dentro desta FD [formação discursiva] uma posição sujeito, a partir da qual o sujeito enunciador se representa como aquele cidadão especial capaz de enxergar a “realidade” na sua “verdadeira” dimensão e em toda a sua complexidade, realizar um “diagnóstico” a partir desse conhecimento lúcido e propor a única solução possível através de uma árdua tarefa de ensino que permitirá que esse conhecimento seja “interiorizado” pelos demais cidadãos.¹⁶³

Este discurso de caráter técnico aparece nos pronunciamentos do governador Brizola acerca de suas iniciativas para a racionalização e a reorganização da administração pública estadual:

¹⁶² Id. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1960. p. 18.

¹⁶³ ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos*: discurso e representação política. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 83.

Em verdade, temos como evidente a vantagem político-administrativa que significa a autonomia de órgãos básicos para o serviço público, mormente quando se consideram aqueles de mais acentuado objetivo técnico, com peculiaridades inconfundíveis. Temos como exato afirmar que a reorganização do Poder Executivo que se inaugurou com a nossa administração correspondeu plenamente às finalidades previstas, a julgar pelo excelente desempenho das novas Secretarias durante o último exercício e pelo descongestionamento verificado nos órgãos administrativos de que se desanexaram.¹⁶⁴

Mais adiante, o governador gaúcho reforçaria a importância destas medidas de modernização técnica e de reestruturação administrativa para uma maior eficiência das atividades governamentais:

À adoção desses instrumentos [novas Secretarias], seguiu-se um inteligente esforço de sistematização, através de levantamentos de dados e da coleta de informações que permitissem o equacionamento dos problemas e a racionalização da administração pública, uma e outra providências visando aumentar o rendimento das atividades administrativas, superar as deficiências estruturais do serviço público, enfim, dotar o Estado de aparato orgânico que pudesse representar um passo decisivo no sentido do progresso, do desenvolvimento e da criação de condições de vida mais justas e mais humanas para um povo valorizado pela educação e pela cultura.¹⁶⁵

Neste recorte discursivo, percebe-se que estas ações no sentido da racionalização do aparato estatal encontram-se diretamente vinculadas aos esforços do governo Brizola para o desenvolvimento. Com relação a este ponto, deve-se assinalar ainda as pesquisas e os estudos elaborados por esta administração para a compreensão das causas da crise sócio-econômica no Rio Grande do Sul. Quanto às iniciativas para a análise dos condicionantes desta situação estadual, convém ressaltar que o governador trabalhista procurou se cercar de um corpo técnico especializado para a sua assessoria – a exemplo de Paulo Schilling, Cibilib da Rocha Vianna e Franklin de Oliveira. Estas medidas convergem para uma concepção do

¹⁶⁴ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1960. p. 11.

¹⁶⁵ Id. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1961. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961. p. 04.

desenvolvimento enquanto responsabilidade precípua do Estado, a partir de sua capacidade de planejamento e sua função de intervenção no setor econômico.¹⁶⁶

Nesta perspectiva, pode-se aventar que a presença destes aspectos técnicos, relacionados ao planejamento e à administração pública estadual, encontra-se associada a um contexto nacional de crescente racionalização da gestão governamental. Este processo de modernização da atividade estatal ganhou formas a partir do segundo governo de Getúlio Vargas, sendo incrementado durante a presidência de Juscelino Kubitschek.¹⁶⁷ Ademais, estas preocupações com a capacidade do planejamento estatal e a eficiência da atividade administrativa remetem aos postulados da CEPAL e do IBESP/ISEB para o desenvolvimento – instituições estas que tiveram destacada influência durante as referidas gestões.

De uma forma geral, os pronunciamentos do governo Brizola sobre o tema do desenvolvimento apresentam um escopo variado, pois se referem tanto ao âmbito nacional quanto ao estadual. Todavia, nesta análise são consideradas, em especial, as articulações discursivas que correspondem a um projeto político de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, ainda que nestas encontre-se subjacente uma proposta que atinge a própria organização da economia brasileira. Assim, pode-se perceber que o alcance deste discurso remete ao plano estadual, resgatando aspectos de uma perspectiva federalista, mas congrega, intrinsecamente, uma visão nacionalista – particularmente nos eventos examinados que envolvem o tema do capital estrangeiro.

O discurso de cunho nacionalista pauta-se por estabelecer uma necessária relação de exterioridade e diferença, através da constituição de um espaço interno (no caso, nacional) considerado enquanto unidade essencial. Especificamente nos pronunciamentos do governo

¹⁶⁶ De acordo com a análise de Maria Helena Oliva Augusto para este período: “Não somente a ‘promoção’ do desenvolvimento aparece como devendo ser orientada pelo aparelho estatal em seu ramo Executivo: também o ‘significado’ do desenvolvimento e sua ‘necessidade’ fazem parte do domínio de conhecimento deste. Aparece aí a tecnificação da política, a transmutação da *política* em *técnica*.” AUGUSTO, M. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978. p. 57.

¹⁶⁷ Sobre este aspecto, ver: LAFER, C. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002; LEFF, N. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil: 1947-1964*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Brizola em análise, pode-se perceber exemplos de uma adaptação deste espaço essencial, o qual seria transposto para o âmbito estadual a partir da construção de uma espécie de ufanismo sul-rio-grandense. Esta conformação particular poderia ser denominada como um “estadualismo”:

Para um administrador animado dos mais sinceros propósitos de servir, e habituado ao culto da lealdade, era desconcertante verificar que enquanto o Governo da União proclamava realizações e a execução de planos de grande envergadura, em contraste com realizações e planos não só o Rio Grande do Sul não participava das decantadas realizações, como sentia estar sofrendo perturbações típicas de um processo regressivo. Este conjunto de sensações e pressentimentos era ainda ampliado pela impressão de que nossos apelos ficavam sem ressonância.¹⁶⁸

Neste caso, o foco da oposição discursiva refere-se ao governo central e sua orientação voltada para o favorecimento econômico de determinados Estados da Federação. Os aspectos considerados nesta alocução indicariam a vigência de um padrão de exclusão e desigualdade no tratamento recebido pelo Rio Grande do Sul – fator que ofereceria embasamento para a construção desta identidade diferencial. Além dos elementos aventados, este pronunciamento do governador trabalhista apresenta ainda indícios de sua procura pela utilização da posição sujeito de porta-voz.

A partir destas reflexões, pode-se conceber o alcance deste discurso do governo Brizola como constituído por dois níveis básicos: 1) nacional, onde existe a construção de uma equivalência de posições entre os Estados brasileiros perante a ameaça representada pelo domínio do capital estrangeiro; 2) estadual, com a apresentação de uma posição diferencial do Rio Grande do Sul em função de sua exclusão, política e econômica, no que tange ao pacto federativo. Todavia, esta última configuração discursiva não veda a possibilidade de uma composição de alianças com outros Estados do país considerados equivalentes ao Rio Grande do Sul quanto aos problemas do subdesenvolvimento. Este ponto de conexão permitiria,

¹⁶⁸ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1961. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961. p. 06.

portanto, a conformação de um nível intermediário, o qual poderia ser denominado como 3) federalista.

A próxima seqüência discursiva contém aspectos fundamentais para a compreensão desta argumentação de cunho federalista:

Desejamos uma convivência feliz e próspera não só entre as pessoas, as categorias profissionais, as classes sociais, mas também entre todos os Estados como membros que somos desta grande família que é a federação brasileira. Este imperioso desiderato nós só o atingiremos através do crescimento harmônico de todo o País e do desenvolvimento simultâneo das regiões que até agora não usufruíram os benefícios do progresso social bem distribuído entre todos os membros da comunidade, e não apenas partilhado por pequenos grupos econômicos. A industrialização pressupõe, no mundo de hoje, a justiça social.¹⁶⁹

Este recorte discursivo estabelece, em um primeiro momento, uma relação de equivalência entre os Estados brasileiros, utilizando inclusive alusões que congregariam tais unidades em um plano harmônico e comunitário. Não obstante, esta seqüência notadamente aponta a existência de uma situação de desigualdade neste pacto federativo, perceptível através da circunscrição de grupos julgados favorecidos no processo de desenvolvimento. Ademais, ao justapor elementos como injustiças sociais e desigualdades regionais, este pronunciamento indica uma clara tentativa de interpelação e cooptação daquelas unidades consideradas como excluídas na partilha dos “benefícios do progresso social”.

Além deste discurso federalista, o referido recorte aponta relevantes elementos da concepção do governo Brizola acerca do desenvolvimento. Em concordância com uma visão ampliada e sistêmica do processo de superação do subdesenvolvimento, as propostas desta administração estadual para uma melhoria das condições sócio-econômicas remetem à matriz de pensamento sustentada pela CEPAL. Ademais, nesta passagem percebe-se que a noção de desenvolvimento apresentada assume como conteúdo essencial a industrialização. Este

¹⁶⁹ Ibid., p. 21.

processo que deveria, portanto, atingir harmonicamente as demais regiões brasileiras – o que remete a alguns dos principais argumentos defendidos por Celso Furtado.

Esta perspectiva federalista ainda pode ser identificada nas iniciativas da administração Brizola, em conjunto com os governos de Santa Catarina e do Paraná, para a constituição do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul (BRDE), durante a presidência de Jânio Quadros. Esta instituição deveria promover investimentos em infra-estrutura e oferecer assistência às pequenas e médias empresas da região. Neste sentido, ao comentar a reunião, realizada em Florianópolis, que definiria o projeto de criação desta agência, Brizola apontaria:

A orientação que o Governo do Rio Grande do Sul, do Governador do Estado e de seus técnicos e assessores presentes àquele conclave não foi apenas no sentido de obter o equacionamento e a solução dos nossos problemas locais, os graves problemas no nosso Estado.

Levamos o propósito de lutar contra o subdesenvolvimento da região Extremo Sul, de que somos parte. Não esquecemos, porém, na Declaração de Princípios, por nós formulada, de manifestar as nossas apreensões mais profundas pelos desequilíbrios que afetam ameaçadoramente a economia das demais regiões brasileiras acorrentadas ao atraso econômico, social, tecnológico e cultural.¹⁷⁰

Quanto ao viés nacionalista no discurso do governo Brizola, percebe-se a presença de uma clara oposição ao controle econômico externo, especialmente em setores considerados estratégicos – como os serviços de telecomunicações e de energia elétrica. Neste caso, verifica-se a construção de um antagonismo em relação ao capital estrangeiro, cristalizado em torno dos efeitos do domínio econômico exercido pelas empresas estadunidenses. Assim, a exploração realizada por estes elementos adventícios representaria um dos principais entraves ao processo de desenvolvimento nacional:

Em primeiro lugar, os homens públicos e as autoridades e agentes do Governo deveriam deixar de dar cobertura à ação dos interesses privados, dos trustes e monopólios americanos, porque, a rigor, para uma nação como a nossa, e para os povos da América Latina, eliminar a interferência dos interesses privados, de trustes

¹⁷⁰ Ibid., p. 21-22.

e monopólios na nossa vida econômica, constitui uma espécie de pré-requisito para o desenvolvimento.¹⁷¹

Mais adiante o governador complementaria:

O problema que coloco em foco, isto é, o de assumirmos o controle das empresas americanas, é, em última análise, um dos aspectos mais sensíveis do problema de nossa autodeterminação, dado que nenhum povo pode ser senhor do seu destino enquanto sobre este se deliberar nos escritórios de Nova Iorque.¹⁷²

A partir dos efeitos do esgotamento do modelo de desenvolvimento associado, vinculado ao capital estrangeiro e favorável à internacionalização da economia, o governo Brizola defendia a implementação de um projeto nacionalista, contando ainda com a presença de algumas diretrizes de cunho socialista. Deste modo, esta estratégia política de entremeio para o desenvolvimento poderia ser caracterizada, basicamente, por: maior intervenção do Estado na regulação da economia; investimentos estatais para obras de infra-estrutura; e atitude crítica quanto ao papel do capital estrangeiro. Com relação a estas questões, a alocução do governador trabalhista apresenta alguns subsídios:

Sem abandonar, no campo financeiro, os cuidados adequados de ordem, disciplina e parcimônia, entendemos que a vitalização da nossa economia tornava imperiosa o máximo de inversões de que fôssemos capazes de realizar nos empreendimentos de infra-estrutura, precisamente aqueles que são o centro nuclear do desenvolvimento econômico e do progresso social.¹⁷³

Ainda quanto a este tema, Brizola afirmaria em outra oportunidade:

Reconheço e proclamo que nos encontramos numa ordem capitalista, recolhendo desse sistema, é verdade, algumas migalhas. Mas situo-me entre aqueles que desejam abominar corajosamente, decididamente os males do capitalismo. E, ainda mais, situo-me entre os que julgam que para enfrentarmos os problemas que nos

¹⁷¹ BRIZOLA, L. O Brasil, a América Latina, os Estado Unidos e o “caso cubano”. In: BANDEIRA, M. op. cit., p. 127.

¹⁷² Ibid., p. 128-129.

¹⁷³ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1961. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961. p. 16.

afligem, que infelicitam nossas grandes massas populacionais, não poderemos fugir a muitas soluções de cunho nitidamente socialista!¹⁷⁴

Neste último recorte discursivo, mostra-se relevante ressaltar que o governador gaúcho enuncia o propósito de eliminar (apenas) os “males do capitalismo”, ainda que por meio de “soluções de cunho nitidamente socialista”. Estas indicações reformistas de Brizola aproximam-se da noção de capitalismo solidário defendida pelo pensamento de Alberto Pasqualini. De acordo com a leitura deste teórico trabalhista, os elementos parasitários e individualistas do sistema capitalista deveriam ser regulados por uma intervenção estatal inspirada no modelo socialista. Não obstante estas semelhanças quanto ao padrão reformista, a posição do governo Brizola difere desta concepção pasqualinista ao realizar uma crítica à presença do capital estrangeiro, enfatizando a questão do nacionalismo econômico.

O projeto de desenvolvimento defendido pelo governo Brizola se investe de um sentido nacionalista ao propor uma autonomização das decisões econômicas e um combate aos efeitos do capital estrangeiro. A posição assumida por esta administração estadual difere das três matrizes de pensamento examinadas, posto que adota uma postura crítica à presença deste tipo de capital no processo de superação do subdesenvolvimento. Nesta perspectiva, deve-se considerar as encampações dos serviços de energia elétrica e de telecomunicações enquanto momentos extremos e essenciais para a consolidação do projeto nacionalista deste governo. Em tais oportunidades, pode-se identificar a presença das concepções voltadas para um maior intervencionismo estatal e uma crescente independência nas decisões sobre áreas econômicas consideradas estratégicas.

Contudo, setores políticos de oposição criticavam este projeto de desenvolvimento por apresentar características pretensamente comunistas. Esta acusação representava uma taxaço recorrente no contexto histórico em foco, principalmente em função do quadro de

¹⁷⁴ BRIZOLA, L. Subdesenvolvimento e processo espoliativo, atraso, pobreza e marginalismo. In: BANDEIRA, M. op. cit., p. 137-138.

Guerra Fria, no plano internacional, e da crescente radicalização política no Brasil e no Rio Grande do Sul. Com relação a isto, a defesa e a sustentação do discurso do governo Brizola voltava-se para diferentes elementos, que remetem à sua configuração heterogênea. Aliado ao aspecto nacionalista, os pronunciamentos do governador apresentavam um suporte religioso, com subsídios da teoria social cristã e de encíclicas papais:

Quando a li, pela primeira vez, senti, meus jovens patrícios, que esta encíclica [*Mater et Magistra*], ao atestar o óbito do liberalismo sem entranhas, ao condenar o materialismo revolucionário, ao abominar o colonialismo, ao restringir o direito de propriedade ao seu uso social, ao vergastar o despotismo econômico, ao proclamar o direito do homem a um justo salário, abriu novas veredas se não ao pensamento, pelo menos à ordem social. É um facho de luz sobre a escuridão e sobre o obscurantismo! E principalmente sobre o obscurantismo que faz tabu de algumas palavras e ameaça com o terror macartista as atitudes sinceras, patrióticas e nacionalistas.¹⁷⁵

Este recorte discursivo destaca-se por apresentar um duplo movimento por parte do governador Brizola: de um lado, procura se defender de acusações oriundas do que denomina como “terror macartista” através da vinculação às posições expressas pelo catolicismo; de outro lado e em conseqüência, este político trabalhista tenta reforçar e legitimar sua postura nacionalista por meio das críticas às distintas orientações e práticas referidas: o liberalismo, o materialismo revolucionário, o colonialismo, o individualismo e a exploração econômica capitalista. Em uma outra alocução, Brizola afirmaria:

Ao nos chamarem de comunistas ou de agitadores na intenção de nos imobilizar, terão que apontar ao próprio Papa S.S. João XXIII de comunista também. Pois não é outra a nossa bandeira, senão aquela mesma que a Igreja acaba de colocar nas mãos dos povos oprimidos e espoliados de todo o mundo, a encíclica *Mater et Magistra*.¹⁷⁶

Esta construção discursiva calcada em recursos religiosos remete, ainda que indiretamente, à argumentação política trabalhista desenvolvida por Pasqualini. As noções

¹⁷⁵ Ibid., p. 138.

¹⁷⁶ Id. Palavras à mocidade do meu País. In: BANDEIRA, M. op. cit., p. 172.

fundamentais propostas por este pensador continham uma particular influência da doutrina social católica, expressa justamente através de encíclicas como a *Mater et Magistra*. Deste modo, pode-se perceber a configuração heterogênea deste discurso do governo Brizola, composto por diferentes formações discursivas, sem, contudo, realizar uma menção direta ao trabalhismo pasqualinista. Este aspecto poderia ser atribuído à trajetória de Brizola, que ingressa no cenário político posteriormente a Pasqualini e enquanto síntese das diferentes tendências do PTB, sem um claro vínculo com sua ala doutrinária. Com relação a este ponto, Bodea destaca que o governador seria originário da chamada “ala moça” do partido:

Uma das características da “ala acadêmica” – que mais tarde passaria a se chamar simplesmente de “ala moça” ou “mocidade trabalhista” – foi o fato de que seus membros sofreram a influência simultânea das três correntes formadoras do trabalhismo gaúcho: os sindicalistas, os intelectuais e profissionais liberais pasqualinistas e os políticos profissionais diretamente vinculados a Vargas. Nesta geração de futuros líderes, processou-se portanto uma espécie de “simbiose política” entre as três vertentes formadoras do partido, que se expressaria, na sua plenitude, apenas após a morte de Vargas e a segunda derrota de Pasqualini em 1954, quando este novo quadro de lideranças assumiria a direção do partido.¹⁷⁷

A despeito desta confluência de tendências em sua formação trabalhista, Brizola proclamava explicitamente como sua maior influência Getúlio Vargas. Este, em função de sua atuação política pragmática, manteve um padrão de relações tensas com Pasqualini e sua posição doutrinária dentro do PTB, com a presença de significativos conflitos no que tange às estratégias e aos sentidos atribuídos ao desenvolvimento.¹⁷⁸ Quanto a este ponto específico, convém lembrar que um importante fator como o nacionalismo encontrava-se ausente no pensamento pasqualinista. Não obstante estes aspectos, o governador Brizola se distinguiria destes dois políticos por adotar uma postura nacionalista mais proeminente e por defender uma maior intervenção no campo econômico, ainda que também seguisse um padrão

¹⁷⁷ BODEA, M. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992. p. 44-45.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 139-141; D'ARAUJO, M. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 170.

reformista. Nesta perspectiva, pode-se indicar que as articulações discursivas em foco expressam a construção de uma memória seletiva e lacunar.¹⁷⁹ Esta constitui identidades através da retomada e da atualização de alguns elementos e enunciados, mas igualmente conforma efeito de homogeneidade intradiscursiva a partir da obliteração de determinados discursos – a exemplo da influência do trabalhismo de Pasqualini.

No que tange à herança varguista, Brizola ressalta:

Estamos atingindo, meus jovens patrícios, a fase culminante do ciclo histórico da vida brasileira. Desde o fim da última guerra, passamos a viver um período de angústias crescentes que agora parece estar se aproximando de seus instantes decisivos. A carta que o Presidente Getúlio Vargas nos deixou, com o aval de seu sacrifício, considero ser o documento mais autêntico, o depoimento mais autorizado e definitivo de que o nosso patriotismo, a nossa capacidade de luta pelos destinos do nosso País estão sendo colocados à prova.¹⁸⁰

O desenvolvimento defendido pelo governo Brizola aponta para a adoção de políticas nacionalistas, de intervencionismo estatal e de combate à situação de dependência econômica externa. A utilização e a construção de um legado nacionalista, através da menção à Carta Testamento do presidente Getúlio Vargas, apresentam características importantes no processo de constituição e legitimação do discurso deste governo. Percebe-se sua pretensão pela apropriação do conteúdo simbólico e do significado político que envolvem este documento, apresentado como a principal herança do trabalhismo. Desta forma, tal recurso discursivo intenta constituir uma memória no plano político-partidário, na qual a figura de Getúlio Vargas seria definitivamente associada ao PTB e ao nacionalismo.

A construção do discurso da administração Brizola com relação a Vargas também apresenta a constituição de uma memória lacunar. O nacionalismo ressaltado nestes pronunciamentos resgata exclusivamente os anos finais de seu segundo governo, a despeito das variações do posicionamento político de Vargas ao longo da história. Assim, percebe-se

¹⁷⁹ CATROGA, F. Memória e história. In: PESAVENTO, S. (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

¹⁸⁰ BRIZOLA, L. Palavras à mocidade do meu País. In: BANDEIRA, M. op. cit., p. 173.

que este projeto de desenvolvimento trabalhista fundamenta-se no viés nacionalista defendido por aquele presidente gaúcho em seus últimos anos, onde as contradições relativas à vinculação da economia brasileira ao capital estrangeiro atingiram um ponto culminante. A proximidade a estes elementos condiciona a construção do modelo de desenvolvimento do governo Brizola para o Rio Grande do Sul, pautado por uma posição nacionalista e uma pretensão industrializante, a partir do fomento a setores de infra-estrutura. Estes são alguns dos principais pontos de heterogeneidade e de memória que configuram efeito de consistência interna a este discurso político da administração Brizola.

As contribuições da perspectiva da Análise de Discurso demonstram que a fixação dos sentidos discursivos pauta-se pela provisoriedade, posto que está sujeita à permanente possibilidade de deslocamento e de alteração nas redes de significação. Deste modo, pode-se perceber que este discurso do governo Brizola insere-se em uma trajetória política do trabalhismo pasqualinista e varguista, mas introduz outros elementos que possibilitam a associação de novos sentidos a este campo. Além disto, as alocações desta administração mostram-se perpassadas pelo debate teórico acerca dos distintos projetos de desenvolvimento, assimilando suas posições nacionalistas a este respeito. Quanto a tais pontos, deve-se ressaltar que os pronunciamentos analisados caracterizam-se pela utilização de distintas formações discursivas na configuração de sua unidade heterogênea, a exemplo dos recursos examinados: o religioso, o popular, o técnico e o nacionalista (este com relevantes variações internas). Nesta perspectiva, verifica-se como a tessitura destes aspectos confere efeito de homogeneidade e oferece legitimação ao discurso do governo Brizola, particularmente em relação às suas concepções de desenvolvimento e às políticas implementadas.

3.3 ENCAMPAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

A desapropriação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), subsidiária da multinacional *Bond and Share* (empresa da *American & Foreign Power* – Amforp), constituiu o ápice de um longo processo de intervenção estatal nesta área. Convém ressaltar que, antes mesmo deste evento, a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) desenvolvia uma política de encampações de pequenas empresas privadas e municipais.¹⁸¹ Aliado a isto, os governos estaduais anteriores realizaram diversos investimentos e obras no setor de geração, através dos quais o Estado passava a oferecer a maior parte da energia elétrica que esta companhia estrangeira distribuía. Nesta perspectiva, o ato de encampação praticado pelo governo Brizola, em maio de 1959, oficializa esta crescente participação estatal no setor, com o poder público detendo os instrumentos necessários à prestação destes serviços em Porto Alegre e Canoas.¹⁸²

O governador Brizola, em Mensagem à Assembléia, avaliava esta encampação justamente como decorrência de um processo de declínio na qualidade dos serviços da CEERG e de progressiva atuação do Estado na área de energia elétrica:

Era, pois, urgente pôr um ponto final a esta situação desastrosa para a nossa economia, mormente tendo em conta as necessidades de desenvolvimento do Plano de Eletrificação do Estado e que na época, 70% da energia elétrica distribuída pela Companhia concessionária provinha das usinas termo e hidrelétricas da Autarquia Estadual, órgão executor do programa de eletricidade que se traçou o Governo do Rio Grande.¹⁸³

¹⁸¹ Para o histórico deste setor no Estado, ver: AXT, G. *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995; MÜLLER, E. *A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense e o nacionalismo na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Petrópolis, 1997.

¹⁸² RIO GRANDE DO SUL. Decreto n.º 10.466, de 11 de maio de 1959. Encampa contratos de concessão e declara de utilidade pública, para fins de desapropriação os bens aplicados pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense nos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 11 de maio 1959.

¹⁸³ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1960. p. 07.

A “situação desastrosa”, referida por Brizola em seu pronunciamento, corresponderia ao histórico de atividades precárias desenvolvidas por esta empresa no Rio Grande do Sul. Além deste aspecto, pesquisas realizadas por órgãos técnicos do governo gaúcho constataram ainda que a CEERG auferia lucros ilegais:

Convém referir que desde os primórdios do programa de eletrificação do Estado, constante do plano preliminar aprovado pelo Decreto nº 13.318, de 6-4-45, fora expressamente declarado o propósito de encampar a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, tendo em conta os meios ao alcance do Estado e a situação de que a empresa estrangeira, durante o prazo contratual, retirara apreciáveis lucros da economia brasileira. A verificação feita, neste sentido, pelo processo de tombamento dos bens da concessionária, revelou índices impressionantes, demonstrando inclusive que a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, mediante cálculos contábeis indevidos, fraudara o limite máximo de 10% de lucro sobre o investimento, estabelecido para as empresas hidro e termelétricas a partir do Decreto Federal nº 3.123, de 19-3-41.¹⁸⁴

Nesta passagem, pode-se perceber a presença marcada de um discurso técnico por parte do governador Brizola, utilizado com o intuito de ressaltar a procedência jurídica deste processo de intervenção empreendido. Com relação a este recorte discursivo, um primeiro ponto a ser destacado corresponde à tentativa de vinculação da encampação realizada por este governo trabalhista ao histórico de esforços das administrações estaduais, supostamente preocupadas com a situação da CEERG. Nesta perspectiva, pode-se observar a procura pela diluição de uma possível interpretação desta medida do governo Brizola como um ato extremista (ou até mesmo comunista), tendo em vista que tal política representaria uma solução anteriormente aventada e considerada legítima.

Em associação a esta questão, deve-se observar o empenho do governador em justificar este processo de encampação do ponto de vista legal, recorrendo a uma argumentação notadamente jurídica. Por meio desta, Brizola conseguiria explicitar as infrações cometidas pela empresa estrangeira, o que embasaria este recurso à encampação.

¹⁸⁴ Loc. cit.

Ademais, tal discurso técnico permitiria esvaziar o conteúdo político e polêmico deste processo, galvanizando posições favoráveis ao governo através das denúncias de ilegalidade na conduta da CEERG.

Logo após esta encampação no setor de energia elétrica, em entrevista à imprensa o governador gaúcho comentaria a possibilidade de realizar o mesmo procedimento na área de telecomunicações:

Encampação para nós não é um fim e sim um meio para alcançar o bem coletivo. Esta a posição do Governo, com relação a todos os problemas. Com referência específica à Telefônica faremos tudo para resolver o problema e defender o interesse público, evitando soluções extremas. Tanto que, como candidato, sustentei a tese: soluções para os meios de comunicação: encampação se necessário.¹⁸⁵

Mais adiante, Brizola advertiria o seguinte a respeito deste contexto:

Vivemos um instante em que só os grupos econômicos estrangeiros ou os que a eles estão vinculados, se encontram satisfeitos. O comércio e a indústria do país, e todo o povo brasileiro, se encontram quase em desespero. Defendo o ponto-de-vista de que precisamos uma nova espécie de “new-deal”, uma nova formulação administrativa, particularmente em matéria econômico-financeira [...].¹⁸⁶

Para a compreensão destas questões e deste discurso político da administração Brizola, deve-se considerar o quadro nacional em que o desenvolvimento econômico associado começou a encontrar dificuldades de se manter e denotou suas contradições. Aliado a isto, convém destacar a escassez de investimentos do governo federal destinados ao Rio Grande do Sul, particularmente visível através do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek.¹⁸⁷ Neste sentido, a construção deste discurso do governador trabalhista encontra suas condições de produção neste complexo contexto político-econômico, a partir do qual o projeto de desenvolvimento nacional estaria provocando uma estagnação estadual. Este

¹⁸⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 de maio de 1959, p. 07.

¹⁸⁶ Loc. cit.

¹⁸⁷ Ver especialmente OLIVEIRA, F. *Rio Grande do Sul: um novo nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

diagnóstico foi apresentado com maior detalhe posteriormente, em uma das Mensagens à Assembléia, onde Brizola caracterizava esta situação regional enquanto um “processo de descapitalização”:

Dominando o resultado das primeiras pesquisas e investigações, chegamos a esta Casa. Senhores Deputados, para aqui realizar, perante esta Assembléia, em reunião especial, a nossa primeira exposição sobre a crise sul-rio-grandense, crise que depois, sempre graças a estudos refeitos em longas e pacientes vigílias, entre as mais graves apreensões, verificamos ser a mesma de que se achavam prisioneiras outras áreas do País, outras regiões brasileiras, igualmente como nós postas à margem do processo de desenvolvimento implantado e incrementado em apenas restrita área do território nacional e, o que é mais grave, com inequívoco favorecimento dos grandes grupos econômicos, em sua quase totalidade subsidiárias de grupos estrangeiros.¹⁸⁸

Um primeiro aspecto a ser destacado nesta seqüência discursiva consiste na manifestação de uma visão ampliada da questão do desenvolvimento, o que denota uma possível influência sobre esta administração da perspectiva teórica cepalina. Na avaliação realizada pelo governo Brizola, o Rio Grande do Sul (assim como outros Estados brasileiros) seria vitimado por um processo de concentração de recursos na região centro-sul. Além desta disparidade relacionada aos investimentos federais, o desenvolvimento da economia sul-rio-grandense seria obstado pela desigualdade nos termos de troca com as áreas industrializadas do país, configurando um sistema centro-periferia no interior do território nacional. Este pronunciamento aponta ainda a influência exercida pelos grupos econômicos estrangeiros neste processo de estagnação e de subdesenvolvimento do Rio Grande do Sul, o que remete diretamente à importância das encampações para a superação desta situação.

Neste pronunciamento do governador Brizola pode-se identificar a utilização de recursos e argumentos de caráter técnico, com vistas a diluir as divergentes posições políticas. Este aspecto científico ou técnico em seu discurso, presente na “exposição” dos resultados de suas “pesquisas e investigações”, permite a enunciação de suas concepções e de suas críticas

¹⁸⁸ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1961. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961. p. 07.

aos governos anteriores de um modo putativamente objetivo e apolítico. A partir da construção desta posição sujeita privilegiada e esclarecida, Brizola apontaria apenas as limitações técnicas decorrentes das medidas econômicas implementadas por seus opositores. Ademais, o governador gaúcho se cercou de especialistas e técnicos em sua administração, o que reforçaria esta tentativa de legitimação científica e de esvaziamento do sentido político das iniciativas que resultaram nas encampações.

Na véspera da lavratura do decreto desta encampação, o então secretário de Energia e Comunicações do governo Brizola, Wilson Vargas, esclarece a posição assumida por esta administração trabalhista no que toca a esta questão:

Em Porto Alegre muito teremos de fazer para que o padrão dos serviços de eletricidade corresponda às exigências do progresso industrial e sirva a população e aos interesses urbanísticos da nossa bela cidade.

Haveremos de recuperar esta vetusta e precária rede, estendê-la aos bairros e vilas mais afastadas onde vivem a classe média e sobretudo os trabalhadores, fazer iluminação pública moderna e eficiente. Daí o empenho com que estamos lutando para assumir os serviços de distribuição de energia em Porto Alegre e Canoas, dando assim execução a um princípio programático da nossa causa: a nacionalização da energia.

A nacionalização da energia, acentuo, é para nós uma regra programática e doutrinária. Não a inspira qualquer postulado da filosofia social do marxismo, senão os imperativos da soberania nacional, em integral consonância, com os princípios da doutrina social católica [...]¹⁸⁹

Nesta alocução, Wilson Vargas justifica os esforços pela encampação dos serviços de energia elétrica em função das necessidades gerais da população urbana e do “progresso industrial”. Esta menção a um atendimento das exigências da indústria estadual mostra-se relevante por indicar uma preocupação especial desta administração para com o desenvolvimento deste setor econômico. Aliado a este fator, o discurso do secretário de Energia e Comunicações aponta a importância social atribuída à prestação destes serviços, que deveriam atender as necessidades da população – em especial os trabalhadores. Contudo, deve-se destacar a menção à nacionalização deste setor da energia enquanto um princípio do

¹⁸⁹ CORREIO DO POVO, 12 de maio de 1959, p. 11.

programa e da doutrina trabalhista deste governo. Quanto a este aspecto, a posição enunciada neste recorte discursivo adota um padrão associado ao pensamento trabalhista desenvolvido por Pasqualini. Características particulares a esta concepção teórica e política seriam sua tentativa de um afastamento em relação à matriz marxista e sua vinculação aos princípios expressos pela teoria social da Igreja. Em seu pronunciamento, Wilson Vargas inclusive alude, textualmente, a encíclica *Quadragesimo Anno*:

Em princípio, a moral cristã não condena a nacionalização ou estatização. Com efeito, “há certas categorias de bens em relação aos quais se pode com razão sustentar que devem ser reservados à coletividade, quando eles vêm a conferir um poder econômico tal que não pode, sem perigo para o bem público, ser deixado nas mãos de pessoas privadas” (conf. Pio XI Inc. *Quadragesimo Anno* n° 129).¹⁹⁰

A menção deste discurso religioso remete a um artifício de defesa contra possíveis acusações de comunismo, bem como reforça a postura anteriormente enunciada de que tais princípios trabalhistas não derivariam da filosofia social do marxismo. A referida alusão se prestaria ainda a evitar uma polissemia do termo nacionalização, através da vinculação a uma formação discursiva religiosa – a qual não apresenta o caráter polêmico próprio do discurso político. Nesta perspectiva, pode-se indicar a existência de uma intertextualidade de ordem externa, posto que este sujeito enunciatador refere fragmentos de uma formação discursiva distinta. Deste modo, esta citação de autoridade com base em preceitos de uma encíclica papal constitui um caso de heterogeneidade mostrada no discurso, onde se explicitariam argumentos considerados enquanto legítimos e legitimadores pelo alocutário. Ademais, estas marcas de heterogeneidade configuram um mecanismo de distanciamento do enunciatador em relação a parte de seu pronunciamento, indicando a percepção de uma plena autoria sobre os demais enunciados – a representação ilusória do sujeito enquanto centro e fonte única do discurso.¹⁹¹

¹⁹⁰ Loc. cit.

¹⁹¹ AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 68-78.

Além destes aspectos referidos, percebe-se ainda nestes recortes discursivos a presença marcada de elementos de um nacionalismo no campo econômico. No que tange a este ponto, a posição defendida por este secretário do governo Brizola exacerba as propostas do trabalhismo pasqualinista. Nesta perspectiva, o nacionalismo enunciado se aproximaria com maior clareza da postura assumida por Getúlio Vargas em seu último período enquanto presidente. As condições de emergência para esta vinculação e este processo de retomada de uma memória discursiva remetem aos debates políticos sobre a criação da Eletrobrás e sobre os efeitos da presença de capital e empresas estrangeiras, especialmente em setores da economia brasileira considerados como estratégicos.¹⁹²

Além da posição de representantes do Executivo, convém examinar a dinâmica do debate político travado na Assembléia Legislativa em torno deste tema. As declarações dos parlamentares gaúchos, no período que antecedeu esta encampação, conservam um tom de unanimidade acerca da necessidade da estatização dos serviços de energia elétrica. Esta solução foi defendida pelas lideranças dos diferentes partidos representados na Assembléia, sem a evidência de manifestações contrárias.

Com relação às concepções sustentadas pelo governo Brizola, algumas destas podem ser analisadas através do discurso do líder da bancada trabalhista, Justino Quintana:

Não poderei deixar de afirmar e reafirmar aquilo que o meu Partido, que os homens do Partido Trabalhista Brasileiro vêm fazendo, em todas as oportunidades, seguindo a inspiração extraordinária, o alto espírito público e a vocação libertária do eminente rio-grandense e imortal brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas, não só através da manifestação de todos os Líderes do Partido Trabalhista Brasileiro, como, especialmente, agora, através do pensamento do Governador eleito e do seu Secretário de Energia e Comunicações, de que a política, no setor de energia elétrica em nosso Estado, deve continuar cada vez mais alicerçada nos princípios de estatização, de monopólio estatal, numa demonstração completa e mais cabal de que, somente através desta orientação, não só o Rio Grande, como o Brasil inteiro,

¹⁹² Sobre estas questões, ver especialmente LEOPOLDI, M. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, A. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; LIMA, J. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

poderá libertar-se realmente dos “trusts” e das manifestações daqueles que se aliam aos inimigos da nossa Pátria.¹⁹³

No recorte discursivo acima, pode-se observar a nítida procura por uma vinculação da política deste governo para o setor de energia elétrica aos ideais do trabalhismo varguista. A utilização deste recurso de memória encontra-se ainda associado a um discurso nacionalista, o qual identifica nos “trusts” e seus aliados internos os principais inimigos da pátria. Deste modo, esta medida de âmbito estadual obteria um incremento em seu significado e passaria a representar uma orientação libertária para todo o país. Nesta perspectiva, o princípio da estatização destes serviços apresenta-se enquanto um ponto programático do trabalhismo e, por conseguinte, da administração Brizola.

A partir da análise dos pronunciamentos registrados nos Anais da Assembléia Legislativa, pode-se perceber uma disputa discursiva entre deputados do governo e da oposição acerca da “autoria” desta encampação. Nos debates que antecederam a decretação deste ato, representantes oposicionistas procuravam salientar as políticas implementadas em suas administrações anteriores. Segundo estes deputados, durante a gestão de Ildo Meneghetti (PSD), em especial, teriam sido adotadas as medidas fundamentais para consecução desta solução, cabendo ao governo trabalhista de Brizola, então, apenas finalizar tais iniciativas. De acordo com o deputado do PSD, Hélio Carlomagno, esta encampação remontaria a uma trajetória de esforços políticos encetados por seus colegas de partido:

Sabemos que o Plano de Eletrificação foi calcado durante a administração do Sr. Walter Jobim, seguindo aquele princípio universalmente reconhecido e cujas tendências levavam os governos a se conduzir naquelas rotas de que as fontes energéticas, sendo naturais, ao povo deveria pertencer o fruto da sua exploração, da sua transformação em energia. Jamais se poderia admitir, naquele instante, o prosseguimento do sistema das concessões, porque o esforço de todo grupo comunitário seria conduzido para os bolsos de um pequeno grupo de investidores, apenas investidores. Naquela oportunidade, o Sr. Walter Jobim, cuja admirável visão e mais do que visão, cuja intrepidez cívica enviou para esta Casa o Projeto que criava a Taxa de Eletrificação no Rio Grande do Sul, pensava além do que

¹⁹³ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa*: fevereiro de 1959. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. v. CXXXV, p. 212.

simplesmente dotar o nosso Estado de potencialidade, em matéria de energia elétrica.¹⁹⁴

O pronunciamento do líder do PL, Paulo Brossard, segue nesta mesma lógica:

É oportuno, Sr. Presidente, se lembrem o papel desempenhado pelo Senhor Governador Ildo Meneghetti, [...] já antes de ser Governador, ao tempo do Governo Jobim, quando era Vereador, já tomava as primeiras providências que haveriam de culminar na magnífica série de atos atinentes a estatizar a produção, a distribuição e a venda de energia elétrica na Capital do Estado.¹⁹⁵

Esta disputa em torno da “autoria” desta estatização dos serviços de energia elétrica continuaria a se manifestar na conjuntura da decretação da encampação. Contudo, a partir deste momento, começaram a surgir manifestações contrárias ao governo Brizola no que tange ao andamento do processo de desapropriação da empresa. A primeira crítica parte do presidente do diretório estadual da UDN, Alcides Flores Soares Júnior, questionando a capacidade estatal para assumir tais funções: “Sou daqueles que entendem que o Estado é mau administrador e que salvo casos especiais, deve ser fomentada e fiscalizada a iniciativa particular, à qual se deve o progresso do mundo. [...] A encampação foi um mau negócio.”¹⁹⁶ Esta posição privatista seria reforçada por novas declarações de membros da UDN gaúcha. Não obstante, o líder udenista na Assembléia Legislativa, Synval Guazzelli, procurava atenuar o conteúdo e o efeito destas críticas, mantendo, em nome de sua bancada, o apoio ao processo de encampação e ao princípio da nacionalização dos serviços de energia elétrica.¹⁹⁷

Por seu turno, representantes trabalhistas na Assembléia procuravam responder a estas críticas através de um reforço das posições nacionalistas, a exemplo do discurso do deputado Sereno Chaise:

¹⁹⁴ Ibid., p. 209.

¹⁹⁵ Id. *Anais da Assembléia Legislativa*: março de 1959. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. v. CXXVI, p. 54.

¹⁹⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1959, p. 12.

¹⁹⁷ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa*: maio de 1959. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. v. CXXVIII, p. 235-236.

Embora, Sr. Presidente, já conheçamos esses pronunciamentos esparsos, a nós Nacionalistas que desejamos ver a riqueza desse País revertendo em benefício dos próprios brasileiros, causou não só surpresa, mas até mesmo espécie, o pronunciamento recente, não de uma pessoa, mas de um órgão de âmbito estadual, como é o Diretório Estadual da UDN, que, por unanimidade, aprovou um telegrama ao eminente Deputado [Federal] Aduino Lúcio Cardoso, protestando contra a encampação da Cia. Energia Elétrica. [...] ao fazer esta Comunicação, faço-a para desde já apresentar as nossas mais altas repulsas ao procedimento do “lacerdismo” gaúcho, que, mais uma vez, desmerece à sua terra, fazendo o jogo dos entreguistas, daqueles que exploram e esperam continuar explorando a riqueza deste País.¹⁹⁸

No recorte acima, este deputado trabalhista enuncia sua posição no quadro de um debate marcadamente polêmico, onde procura construir a seguinte relação de equivalência: nós = nacionalistas, onde este “nós” seria identificado como aqueles que desejariam “ver a riqueza desse País revertendo em benefício dos próprios brasileiros”. O sentido desta articulação formulada repousa na constituição de uma estratégia de diferença em relação a outra cadeia de equivalência: nós = nacionalistas ≠ eles = entreguistas. Por seu turno, este “eles” se associaria a intenções opostas às dos sujeitos nacionalistas, o que seria agravado ainda por sua vinculação ao chamado “lacerdismo”. Nesta perspectiva, o deputado trabalhista reforçaria seu discurso nacionalista através de críticas a esta posição assumida por membros da UDN gaúcha – embora esta representação na Assembléia reafirmasse seu compromisso com a postura nacionalista.

Ainda sobre este incremento das críticas oposicionistas no Legislativo, mostra-se paradigmática a posição assumida por Euclides Kliemann, deputado do PSD, ao tecer comentários sobre os investimentos estrangeiros na economia do Rio Grande do Sul:

Mas, senhores deputados, se até aqui quase nada recebemos dessa onda de inversões estrangeiras, o que poderemos esperar daqui para diante, depois de saber o mundo inteiro que aqui no Rio Grande o Governo expropria empresas estrangeiras, sem qualquer atenção aos direitos constitucionais. Não estamos, afinal, numa dessas Repúblicas centro-americanas, onde de mês em mês estoura uma revolução, e onde os direitos individuais praticamente não existem.

¹⁹⁸ Ibid., p. 348-349.

Na realidade estamos fechando as portas àqueles que poderiam nos ajudar a vencer as grandes dificuldades econômicas que inegavelmente estamos enfrentando. [...] Podemos nós, já tão prejudicados em nossa expansão industrial pela situação geográfica, dar-nos ao luxo de desprezar aos que dispõem dos meios técnicos e financeiros para o nosso desenvolvimento?¹⁹⁹

Nesta seqüência discursiva, percebe-se a presença de severas críticas à atuação do governo Brizola neste processo de encampação, particularmente quanto à questão da desapropriação sem indenização. Com relação a tal ponto, este deputado destaca-se por um nítido afastamento do padrão verificado na Assembléia, no qual a procedência jurídica desta estatização e a legitimidade da atuação do governo não foram contestadas pela oposição.

Além disto, no pronunciamento deste representante do PSD pode-se perceber sua vinculação às concepções de um projeto de desenvolvimento associado, implementado pelo presidente Juscelino Kubitschek no âmbito nacional. A importância devotada aos recursos técnicos e aos investimentos oriundos do estrangeiro para a expansão do setor industrial constitui indício desta orientação voltada para um modelo internacionalista. Um ponto implícito e relevante na configuração desta alocução refere-se aos possíveis efeitos políticos da Revolução Cubana – embora neste período inicial esta ainda não houvesse assumido seu viés socialista.

A resposta do governo Brizola a tais críticas pode ser encontrada no pronunciamento do deputado Sereno Chaise:

Nós não haveremos de passar no estrangeiro como republiquetas que mudam os governos periodicamente, por revoluções; que desrespeitam, sobretudo, o direito da propriedade e que buscam, num ato de rapinagem, apoderar-se do que não lhes pertence.

Temos, todavia, não só o direito, mas o dever de lutar até intransigentemente pela grandeza deste País e, sobretudo, para resguardar suas riquezas. Mas isto como bem convém ao regime democrático, dentro da ordem, dentro da justiça e dentro da lei.²⁰⁰

¹⁹⁹ Id. *Anais da Assembléia Legislativa*: junho de 1959. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. v. CXXIX, p. 90.

²⁰⁰ Ibid., p. 92.

O discurso deste representante trabalhista reforça os argumentos governistas acerca da procedência legal desta intervenção, embasada ainda por razões que envolveriam a defesa da economia nacional. Com esta disputa discursiva, observa-se um processo de cristalização das posições políticas nacionalistas, onde o governo Brizola sustentaria a defesa incondicional deste princípio da estatização de setores econômicos estratégicos dominados pelo capital estrangeiro. Por sua vez, setores oposicionistas passariam de uma condição de amplo apoio à encampação para progressivamente assumirem uma postura cautelosa e, em seguida, crítica com relação a tais medidas governamentais.

Ao longo deste processo, pode-se perceber indícios da radicalização tanto do contexto político gaúcho como brasileiro, com a encampação representando um caso extremo para tal configuração. No âmbito nacional, as posições de crítica se acentuaram e podem ser aferidas através de diversos pronunciamentos, dentre os quais pode-se destacar um trecho de um manifesto originado de uma representação ligada ao comércio:

Se houve surpresa quanto ao local, dia e hora em que se consumou o brutal atentado à empresa privada, não nos surpreende o acontecimento como ato tendente a sovieterizar o Brasil, seja sob este ou aquele “ismo” e para os quais tantas vezes temos alertado as classes produtoras.

Os aprendizes de feiticeiros em nosso País têm procurado por todos os meios seguir e pôr em prática os ensinamentos dos grandes profetas do Paraíso Rubro [...] ²⁰¹

Por outro lado, uma das principais fontes de sustentação a estas iniciativas encontrava-se na estratégia política adotada pelo PCB a partir de 1958, quando este externou seu apoio aos setores nacionalistas ligados ao trabalhismo. Nesta nova linha doutrinária e após este processo de encampação no setor de energia elétrica, os comunistas notadamente passaram a defender a implementação de uma política de nacionalizações de companhias estrangeiras no país. Entre outras propostas neste sentido, o PCB preconizava o seguinte:

²⁰¹ ACRJ. A luta contra a estatização: o confisco da Companhia Elétrica Rio-grandense e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. In: CARONE, E. *A quarta república (1945-1964)*: documentos. São Paulo: Difel, 1980. p. 403. Artigo transcrito de O Estado de São Paulo, 21 de maio de 1959.

Encampação das empresas estrangeiras de energia elétrica e telecomunicações, tendo em vista as necessidades da segurança nacional e o papel que desempenham na vida do País. A indenização aos proprietários deve ser estabelecida segundo o custo histórico, após um rigoroso tombamento físico-contábil, em que se apurem os lucros ilegais obtidos por tais empresas.²⁰²

Além destes aspectos, o processo envolvendo esta encampação na administração Brizola destaca-se ainda em função de sua repercussão internacional, com o presidente Juscelino Kubitschek intercedendo junto ao governo estadunidense para negociar uma indenização. Todavia, esta questão se prolongaria até a presidência de João Goulart, quando seria agravada em função de uma crise envolvendo a notícia de que setores do governo federal (em especial o embaixador Roberto Campos) tentariam firmar acordo junto à *Bond & Share*. Este evento foi amplamente explorado por Brizola e resultou na suspensão das negociações.²⁰³ Neste conturbado contexto político, o problema acerca desta encampação ainda seria amplificado em decorrência da intervenção do governo gaúcho nos serviços de telecomunicações.

Uma medida no sentido da resolução desta questão seria a constituição da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), empresa organizada enquanto *holding* para administração deste setor no país.²⁰⁴ O aceleração do processo de concretização desta companhia federal pode ser atribuído, em parte, aos efeitos desta encampação realizada pelo governo Brizola, bem como às iniciativas de intervenções nos serviços de energia elétrica promovidas por outros Estados. Com relação ao tema das indenizações, pode-se sucintamente apontar que, durante o primeiro governo do regime militar inaugurado em 1964, se efetivou o pagamento (acrescido de multa) referente a esta e outras desapropriações de subsidiárias da mesma empresa estrangeira.

²⁰² PCB. A posição dos comunistas diante das Reformas de Base (1963). In: CARONE, E. op. cit., p. 486.

²⁰³ BANDEIRA, M. op. cit., p. 66-67.

²⁰⁴ LIMA, J. op. cit., p. 76-83; MELO, H.; OLIVEIRA, A.; ARAÚJO, J. O sonho nacional: petróleo e eletricidade. In: GOMES, A. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 238-243.

3.4 ENCAMPAÇÃO NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

Com relação à situação dos serviços de telecomunicações no Rio Grande do Sul, apesar da existência de algumas companhias cooperativas e municipais, a maior participação na exploração deste setor estava reservada às empresas privadas, com o predomínio da Companhia Telefônica Nacional (CTN) – até 1950 denominada Companhia Telefônica Rio-grandense. A CTN era subsidiária da empresa norte-americana *International Telephone & Telegraph Corporation* (IT&T) desde 1927, quando esta passou a deter seu controle acionário. Na condição de prestadora de assistência técnica, a IT&T ainda tornou-se credora da CTN de uma dívida que alcançava um montante equivalente ao dobro do capital desta empresa.

Além desta situação financeira complicada, a CTN era apontada como prestadora de serviços deficientes, dotada de um material precário e obsoleto para a época. Segundo estudo elaborado por um grupo de técnicos do governo estadual e da própria companhia telefônica, o acervo da empresa encontrava-se em uma situação de atraso que passava a obstar o desenvolvimento econômico, possuindo centros de operação ainda manuais e equipamentos que inviabilizavam a manutenção e a melhoria dos serviços:

Para ter-se uma idéia dessa obsolência, [...] ficou evidenciado que das 20 cidades que seriam contempladas com serviços automáticos, em apenas quatro admitia-se o reaproveitamento da rede urbana. Nas 16 restantes, a substituição seria completa, quer quanto à rede, quer quanto aos equipamentos das centrais, além da necessidade de construção de novos prédios. Estas redes, muito antigas, devem ser desmontadas e vendidas como material de sucata.²⁰⁵

Enquanto principal empresa de telefonia do Rio Grande do Sul, a CTN apresentava uma crescente incapacidade em atender as necessidades locais. Além do número

²⁰⁵ RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Administração e Planejamento. *Roteiro do programa de governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1962. v. 5, item 9, A.3, não paginado.

insuficiente de linhas telefônicas e do atraso tecnológico de seus equipamentos, diversos municípios ainda permaneciam sem o atendimento destes serviços. De modo geral, esta situação dos serviços de telecomunicações era compreendida pelo governo Brizola como um entrave ao desenvolvimento, constituindo um elemento de “estrangulamento” da economia gaúcha. Os dados deste quadro problemático da telefonia encontram-se não apenas nos relatórios elaborados por técnicos da administração estadual, mas também nos discursos dos deputados, registrados nos Anais da Assembléia Legislativa.

O governador Brizola demonstrou, desde o princípio do mandato, a centralidade que a questão das Comunicações possuía em sua agenda política. A primeira medida significativa neste campo refere-se ao estabelecimento da Lei nº 3.859, de dezembro de 1959, adicionando à “Taxa de Eletrificação” (datada de 1950) o suplemento “Comunicações”. Esta determinação aumentava de 10% para 15% esta alíquota que incidia sobre todos os impostos estaduais, o que representou um importante incremento de recursos para os investimentos do governo Brizola.²⁰⁶ Outra iniciativa relevante foi a criação do chamado Grupo de Trabalho IV, composto por técnicos e engenheiros especialmente designados para a elaboração de planos e soluções para o problema da telefonia. Este grupo formulou para o Poder Executivo o Projeto de Lei 157/60, que instituiria a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). A proposta de criação desta empresa de economia mista previa a participação do capital da CTN, mas com o Estado enquanto acionista majoritário.

O projeto da CRT foi debatido na Assembléia Legislativa em dezembro de 1960, quando os deputados realizaram apreciações acerca do problema da telefonia no Rio Grande do Sul e apresentaram suas posições sobre a questão do desenvolvimento. Dentre os diversos discursos em torno da criação da CRT, mostrou-se paradigmática a intervenção do deputado

²⁰⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1963. v. XIII, p. 624.

do PL, Cândido Norberto.²⁰⁷ Em seu pronunciamento, o representante libertador afirmou seus ideais de homem público socialista. Quanto a este ponto, o deputado declarou-se defensor do monopólio estatal em atividades estratégicas que atingissem a coletividade, posto que se mostrava convencido da “superioridade do Socialismo como forma de organização social, política e econômica sobre o Capitalismo”.²⁰⁸ Contudo, ao considerar a situação de crise no Rio Grande do Sul, com o Estado impossibilitado de controlar de forma exclusiva os serviços de telecomunicações, Cândido Norberto propôs a substituição do projeto em debate através da seguinte sugestão:

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei:

Art. – Dentro em seis meses o Estado abrirá concorrência para concessão dos serviços de telecomunicações no Rio Grande do Sul.

§ 1.º – As normas gerais da concessão serão fixadas em lei.

§ 2.º – **O Estado não participará como acionista** da empresa Concessionária.²⁰⁹

Esta defesa do deputado libertador por uma saída pela via privatista na exploração dos serviços telefônicos denota suas preocupações de ordem prática e seu posicionamento político. Em sua intervenção, Cândido Norberto ressaltou as diversas dificuldades quanto à obtenção de financiamento por parte do Estado para concretizar o projeto da CRT. Além disto, o deputado criticava a concentração de recursos públicos para a criação desta nova companhia, em detrimento de investimentos em uma empresa necessitada como a CEEE. Outro aspecto apontado seria a própria inconveniência deste tipo de organização proposta – sociedade de economia mista. A partir do posicionamento político e doutrinário expresso pelo deputado Cândido Norberto através de sua proposta de Emenda Substitutiva, deve-se destacar sua preocupação com “uma ‘mêlangê’ terrível entre dinheiros públicos e dinheiros

²⁰⁷ Cândido Norberto dos Santos era político do PSB, mas nas eleições de 1958 concorreu sob a legenda do PL.

²⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa*: dezembro de 1960. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1960. v. CXLIV, p. 412.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 413, grifo meu.

particulares”²¹⁰, onde o Projeto 157/60 constituiria uma mistura de princípios de naturezas conflituosas:

Prefiro mil vezes isto [Emenda Substitutiva]. Por que misturar dinheiro do Estado do Rio Grande do Sul, escasso dinheiro, reduzido dinheiro, com o dinheiro particular? O segundo, este último, reclama o lucro. O dinheiro público, evidentemente não deseja lucro, repele o lucro, que a sua função não é a de o obter. O conflito vai se estabelecer muito rapidamente.²¹¹

O questionamento deste deputado libertador à concepção de uma sociedade de economia mista seria fundamentado por uma convicção de cunho socialista do monopólio estatal em setores importantes da economia. Contudo, ante a impossibilidade deste controle pleno por parte do Estado, seria preferível a tese privatista. Além disto, ao criticar a mistura de capital público com privado e a capacidade estatal nesta função de administrador, ressaltando casos de mau uso de dinheiro dos contribuintes e de corrupção, este deputado seguia uma tendência de fiscalização acirrada por parte do partido que representava. O PL se destacava por uma pronunciada defesa dos princípios do liberalismo, em especial no âmbito político. Nesta linha, o representante libertador considerava fundamental o severo controle sobre o Executivo, bem como o cuidado com a “coisa pública”.

Além destes aspectos, o deputado Cândido Norberto abordou em seu pronunciamento o predomínio de investimentos e esforços do governo Brizola em função do setor industrial, ao que reclamava iniciativas que favorecessem o setor agrário:

Temos uma economia debilitada, profundamente debilitada e sem perspectivas, por vários motivos, entre os quais me permito lembrar este defeito de observação, este erro de observação que se verifica atualmente entre nós. É que, maugrado [sic] tudo se fala principalmente em empobrecimento, em angústias, em descapitalização da indústria, esquecidos todos de que este Estado tem os fundamentos de sua riqueza na terra, na pecuária e na agricultura e que o Estado, que anda mal com a sua agricultura, que anda mal com o trabalho, com a riqueza de seu campo, não poderá jamais ter indústria próspera.²¹²

²¹⁰ Ibid., p. 412.

²¹¹ Ibid., p. 413.

²¹² Ibid., p. 414.

Outra intervenção nesta direção corresponde ao discurso do deputado Synval Guazzelli, da UDN, onde, além da apreensão com a situação do setor agrário gaúcho, verifica-se um reforço das preocupações acerca da capacidade do intervencionismo estatal e da natureza das sociedades de economia mista. Contudo, em relação a esta proposta de Emenda Substitutiva, o representante udenista mostrava-se reticente, defendendo o princípio da exploração dos serviços de utilidade pública por parte do Estado.²¹³

Com relação aos representantes trabalhistas, sua defesa da formação de uma sociedade de economia mista para o setor de Comunicações baseava-se na possibilidade, prevista por este projeto, de o Estado assumir o monopólio dos serviços posteriormente, através da aquisição de ações. Em seu discurso como líder do PTB, o deputado Sereno Chaise procurou rebater as críticas da oposição, sistematizando as possibilidades de financiamento através Taxa de Eletrificação e Comunicações ao longo do prazo, além da oferta de financiamento externo por parte de países já contatados pelo governo. Outro aspecto aventado pelo deputado trabalhista foi a reafirmação do apoio a este projeto originado do Executivo, alegando que algumas emendas sugeridas pela oposição conteriam elementos que “visam a limitar demasiadamente a mobilidade e a flexibilidade que deve ter uma empresa deste tipo, uma sociedade de economia mista”²¹⁴, posto que esta já seria regulada por legislação federal. Apesar destes aspectos de controvérsia, o projeto de criação da CRT recebeu algumas emendas e terminou por ser aprovado em dezembro de 1960, com uma votação de 35 favoráveis e apenas 04 votos contrários, para em seguida ser sancionado pelo governador Brizola.²¹⁵

Quanto às posições e aos aspectos políticos ressaltados neste debate parlamentar, pode-se indicar um padrão da relação entre situação e oposição na Assembléia, bem como

²¹³ Ibid., p. 442.

²¹⁴ Ibid., p. 448.

²¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 4.073, de 20 de dezembro de 1960. Autoriza a constituição da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 02 de jan. 1961.

uma dinâmica específica entre Executivo e Legislativo no contexto. Ao analisar o plano nacional, Ianni aponta que o dilema do Estado em relação à economia, que já ocorrera nos governos de Vargas e de Kubitschek, possuía a seguinte característica neste período:

[...] o divórcio entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. De um lado, o Congresso Nacional ainda continuava composto, em boa parte, por representantes da sociedade agrária. Isto significa que seu entendimento dos problemas brasileiros era ainda determinado (ou fortemente influenciado) pelas relações e estruturas sócio-culturais produzidas com a economia primária exportadora. [...] Por outro lado, o Executivo estava fortemente influenciado pelos interesses e valores ligados à sociedade urbano-industrial. Para os governantes, o poder político deveria fundar-se no capital industrial, antes do que na propriedade fundiária.²¹⁶

De maneira genérica, poderia ser realizado um alargamento desta análise para o caso sul-rio-grandense. Neste, verifica-se a associação de uma postura mais urbana e de maior empenho pelo desenvolvimento industrializado por parte do Executivo estadual. Contudo, esta posição necessita ser concebida enquanto uma tendência, o que não deve desconsiderar as importantes políticas agrárias deste governo. Por seu turno, o Legislativo gaúcho apresentaria um maior grau de preocupações de cunho rural ou latifundiário, com a defesa de um viés de desenvolvimento baseado nestas premissas. Todavia, convém ponderar que esta Assembléia, composta por partidos políticos que representavam tanto uma ala “ruralista” como uma ala “urbana”, possuía relevantes diferenciações internas (assim como os próprios partidos) que devem ser matizadas para não conduzir a uma análise mecânica ou maniqueísta da política no Rio Grande do Sul do período.

Ainda no âmbito parlamentar, após a aprovação e a publicação da Lei que criava a CRT, o debate e os pronunciamentos sobre a questão dos telefones centraram-se nas críticas ao governo Brizola pela demora no estabelecimento da empresa e na plena resolução do problema. Tais discursos tiveram seu conteúdo exacerbado, em parte, pelo conturbado ambiente político nacional e estadual, principalmente após o polêmico episódio da

²¹⁶ IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 195-196.

Legalidade. Além destes fatores, deve-se apontar ainda a diluição do apoio do PRP ao governo trabalhista, quando este partido deixou seus cargos junto à administração e passou a reforçar a representação de oposição na Assembléia.

Quanto à postura do governador Brizola, o evento da Legalidade pode ser considerado como um *turning point* em seu governo e em sua postura, posto que lhe proporcionou projeção nacional e contribuiu para o acirramento das posições político-ideológicas no Rio Grande do Sul – a exemplo do processo de radicalização no cenário político nacional. Assim, em concordância com a análise de Cánepa, pode-se estabelecer uma clara divisão do governo de Brizola em dois momentos distintos, com os dois últimos anos de seu mandato marcados por uma exacerbação de suas atitudes (apelo às massas) e por posições políticas radicalizadas (nacionalismo e reformismo).²¹⁷ Justamente neste segundo período da administração Brizola ocorreu uma retomada dos discursos de deputados opositores criticando a falta de solução para o problema dos telefones.

No interregno de dezembro de 1960 a fevereiro de 1962, os Anais da Assembléia registram diversos pronunciamentos cobrando, além de medidas efetivas do governo, a possibilidade de um melhor acompanhamento do caso, posto que o processo de negociação com a CTN seria conduzido diretamente pelo Executivo. Mostra-se interessante observar que dos 13 discursos pronunciados no plenário neste intervalo, 8 deles ocorreram no referido segundo momento do governo Brizola, sendo a grande maioria das falas e dos apertes originários dos deputados do PSD e do PL, contando ainda com a participação da UDN.

Estas manifestações também cobravam promessas de campanha de Brizola sobre a ampliação dos serviços de telefones, mas via de regra se ocupavam em exigir respostas e medidas concretas por parte do governo para solucionar de vez este problema das Comunicações no Rio Grande do Sul. Um aspecto particular destes discursos refere-se ao fato

²¹⁷ CÁNEPA, M. op. cit., p. 262-285.

de que a maioria aludia matérias veiculadas em jornais sobre o problema dos telefones ou sobre a obtenção de financiamento e assistência técnica no exterior. Um destes pronunciamentos versava sobre o caso da empresa norte-americana Lockheed, que manteve contatos com o governador e alguns deputados estaduais.²¹⁸ A proposta desta empresa vincula-se ao contexto em que o governo dos EUA procurava difundir seu programa de assistência financeira denominado “Aliança para o Progresso”.

Quanto à consolidação da CRT, de acordo com os relatórios do governo estadual, a CTN foi convidada a integrar esta nova sociedade através da subscrição de cerca de 25% de seu capital, basicamente pela participação de seu acervo e equipamentos. Para o tombamento dos bens da CTN foi acertado um juízo arbitral que realizaria o levantamento e a avaliação de seu patrimônio, nomeando para tanto uma comissão integrada por um especialista da parte do Estado e outro nomeado pela própria empresa. O resultado desta avaliação foi examinado pelos técnicos do governo e, segundo a versão de Moniz Bandeira, o governador Brizola, “embora considerasse alta a avaliação, não se manifestou”.²¹⁹ Os relatórios apontam que uma resolução sobre os valores do levantamento ainda se estendeu em função de protelações da controladora da CTN, interessada em promover novos laudos com base em outros métodos:

Entretanto, como o resultado desta avaliação não satisfizesse à principal acionista da CTN, decidiu a alta direção da I.T.T.C., não mais consentir na incorporação da CTN à nova companhia (CRT) [...] Evidentemente, a empresa não leva em conta a obsolência técnica ou econômica da parte de sua planta.²²⁰

Agregando o contexto político nacional e regional de radicalização, a situação de precariedade do setor de Comunicações no Rio Grande do Sul face seu processo de “descapitalização”, a afirmação da postura nacionalista e das concepções de desenvolvimento

²¹⁸ Encontro ocorrido em outubro de 1961 e descrito pela intervenção do deputado do PSP, Adalmiro Moura, em RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa*: outubro de 1961. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961. v. CLI, p. 35-36.

²¹⁹ BANDEIRA, M. op. cit., p. 63.

²²⁰ RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Administração e Planejamento. op. cit. v. 5, item 9.A.3, não paginado.

de Brizola, bem como as dificuldades nas negociações do governo com a IT&T, chegamos ao conjunto fundamental de questões que conduziram à encampação da CTN, concretizada através do Decreto n° 13.186.²²¹

Os principais motivos desta encampação residem nos elementos acima arrolados, sendo interessante analisar as justificativas apresentadas neste Decreto do governador, que sintetizam alguns dos objetos examinados. Antes de iniciar propriamente o texto da decretação, existe um preâmbulo com uma série de considerações sobre a situação da telefonia no Rio Grande do Sul, apontando as circunstâncias para promoção desta encampação: o título de precariedade através do qual a CTN explorava os serviços de telefonia, sem contrato; a incapacidade desta empresa em atender às necessidades econômicas e sociais; o dever do Poder Público em prover serviços públicos à coletividade; a tendência à piora da qualidade dos serviços, apesar do aumento das tarifas, “acarretando verdadeiro estrangulamento da economia do Estado”;²²² o endividamento da CTN com sua controladora norte-americana; e as tentativas frustradas de negociação junto a esta empresa para sua participação na formação da CRT.

Considerando estes motivos, cabe analisar uma questão política fundamental acerca desta encampação, que repousa na legitimidade do governo Brizola para tal procedimento. O argumento aventado da radicalização da postura do governador no segundo período da administração deve ser matizado, posto que no início de seu mandato este político trabalhista promoveu encampação semelhante no setor de energia elétrica. Além disto, Brizola apresentou um padrão de comprometimento com os termos de criação da CRT, os quais previam a participação da própria CTN. O discurso do governador gaúcho em uma de suas

²²¹ RIO GRANDE DO SUL. Decreto n.º 13.186, de 16 de fevereiro de 1962. Cassa autorização utilizada pela Companhia Telefônica Nacional (Subsidiária local da “International Telephone and Telegraph Corporation”) e declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens à mesma pertencentes, situados no Rio Grande do Sul. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 16 de fev. 1962.

²²² *Ibid.*, p. 01.

conferências, onde demonstraria mais claramente seu pensamento nacionalista, aponta justamente para um desinteresse em promover esta encampação dos serviços telefônicos:

Agora mesmo, estou em discussão no Rio Grande do Sul com a empresa telefônica, subsidiária que é de um grande truste norte-americano. Eu não vou encampá-la. Eu não a quero comprar, inclusive porque o seu equipamento não serve para mais nada. Fundei uma sociedade de economia mista e fiz um convite à aludida empresa para participar da sociedade, mas, apenas e no máximo, com 25% do capital.²²³

Assim, este argumento da radicalização de Brizola deve ser melhor matizado e interpretado em associação a outros aspectos presentes nesta encampação da CTN. Um destes reside em suas concepções de desenvolvimento, argumentando que diante da impossibilidade de acordo com a controladora da CTN, tal desapropriação realizava-se em função de utilidade pública e para possibilitar o atendimento das necessidades de crescimento da economia do Rio Grande do Sul. Além disto, pode-se apontar a legitimação constitucional para a execução de tal ato, ressaltando as atribuições do governador, previstas pelo Artigo 87 do capítulo VIII da Constituição estadual de 1947, sobre a possibilidade de “decretar, de acordo com a lei, as desapropriações por necessidade de utilidade pública ou interesse social”.²²⁴ Apesar da ambigüidade desta questão da necessidade, o embasamento jurídico também seria alcançado, posto que o Poder Judiciário gaúcho concedeu a imissão de posse requerida pelo governo, dando-lhe, portanto, sustentação legal.

Na Assembléia Legislativa, a ressonância deste Decreto do governo Brizola mostrou-se muito limitada, cabendo ao deputado trabalhista Paulo Couto²²⁵ a iniciativa de brevemente congratular o Executivo pela ação da encampação. Este ato de nacionalização

²²³ BRIZOLA, L. O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o “caso cubano” (Conferência na União Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1961). In: BANDEIRA, M. op. cit., p. 128-129.

²²⁴ RIO GRANDE DO SUL. *Constituições do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Procuradoria Geral do Estado, 1990. v. 1, p. 195.

²²⁵ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa*: março de 1962. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1962. v. CLIV, p. 103.

também recebeu manifestação de apoio por parte do deputado da UDN Synval Guazzelli²²⁶, sem indícios de contestação à sua natureza e à sua procedência jurídica.

Ao comentar esta medida de encampação da empresa de telefonia, Francisco Brochado da Rocha, secretário do Interior e Justiça do governo Brizola e que chegou a ocupar interinamente a secretaria de Energia e Comunicações, reforçaria o argumento referido pelo decreto governamental quanto ao dever do Poder Público no provimento deste tipo de serviço. Entrementes, Brochado da Rocha, oriundo do PSD, aludiria a possibilidade de tal exploração ser realizada pelo capital privado local, apresentando uma postura política que, embora mantivesse os vínculos com o nacionalismo, matizava a orientação desta administração trabalhista:

[...] a experiência mostra que os investimentos de capitais estrangeiros não devem ser fora da órbita reservada à livre iniciativa. A exploração dos serviços públicos, que é feita normalmente mediante privilégios ou monopólios, deve caber ao poder público ou a capitais privados nacionais. Não somos contra os capitais estrangeiros que se integrem no país e tenham igual tratamento ao que damos aos capitais nacionais.²²⁷

Com relação à posição externada pelo governador sul-rio-grandense, pode-se observar uma intensificação do elemento nacionalista em seu discurso, presente, sobretudo, na crítica à influência política e econômica estadunidense. O incremento deste aspecto discursivo demonstra estar diretamente associado a um processo generalizado de acirramento do contexto político, verificado nos âmbitos nacional e internacional. Nesta perspectiva, em entrevista concedida alguns dias após este ato de encampação, Brizola afirmaria:

Criticam-nos, qualificando os atos do governo gaúcho como inoportunos. A isto respondo com a afirmação de que sempre é oportuno cumprir com o dever de defender o interesse público. [...] É profundamente contristador, para nós, verificarmos, através deste episódio, o conceito que tem de nosso País e de nós a imprensa dos Estados Unidos. Considero alguns comentários feitos como ofensivos aos nossos brios. Nessa marcha, irão radicalizar o pensamento do povo brasileiro.

²²⁶ Ibid., p. 112.

²²⁷ CORREIO DO POVO, 18 de fevereiro de 1962, p. 05.

Tais comentários, como também a atuação do Departamento de Estado americano neste episódio, é que representam um passo atrás na Aliança para o Progresso. Temos o direito de desacreditar, daqui por diante, dos verdadeiros objetivos dessas tão decantadas inversões de capitais americanos no Brasil e da Aliança para o Progresso.²²⁸

Quanto às principais conseqüências desta encampação, pode-se sucintamente indicar a constituição da Companhia Riograndense de Telecomunicações em 08 de março de 1962, registrada em Ata da Assembléia Geral que estabelece seu capital social e seus estatutos.²²⁹ Na esfera nacional, tal evento demonstrou ter alcançado grande repercussão, inclusive com manifestações de outros governadores cogitando proceder de maneira semelhante com suas problemáticas companhias de capital estrangeiro. Nesta direção, deve-se destacar as iniciativas de nacionalizações promovidas nos Estados de Pernambuco e da Guanabara. No caso deste último, contudo, o anúncio da encampação conteria um sentido diferenciado, posto que o governador Carlos Lacerda (UDN) pretendia intervir no setor de telefonia com o objetivo básico de explorar o potencial do nacionalismo existente – visando desestabilizar politicamente o presidente João Goulart.²³⁰ Ademais, pode-se apontar que este processo de encampação da CTN condicionou o governo federal a promover um aceleração das negociações para a regulamentação do setor, o que resultaria, posteriormente, na criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel).²³¹

Associada ao processo anterior de encampação dos serviços de energia elétrica, esta expropriação promovida pela administração Brizola no setor de telefonia teve relevantes efeitos sobre as relações político-diplomáticas entre Brasil e EUA. Neste sentido, a principal questão refere-se à pressão do presidente John Kennedy para a obtenção de indenizações consideradas justas pelas companhias desapropriadas, posto que este impasse colocaria em

²²⁸ CORREIO DO POVO, 1º de março de 1962, p. 14.

²²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. op. cit., v. XII, p. 370-380.

²³⁰ SKIDMORE, T. op. cit., p. 298-299; CARONE, E. *A república liberal: II: evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985. p. 182-183.

²³¹ ARAÚJO, R.; BRANDI, P. Embratel. In: ABREU, A. et al. (Coord.). op. cit., v. II, p. 1991-1992.

risco os novos investimentos e financiamentos para a economia brasileira.²³² Ademais, neste contexto o governo estadunidense aprovou a emenda Hickenlooper à lei de ajuda exterior (*Foreign Aid Act*), prevendo sanções para os países que promovessem expropriações de empresas de capital norte-americano.

Este problema acerca das indenizações ganhou vulto no período da presidência de João Goulart. Ainda neste ano de 1962, o governo brasileiro criou a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), um comitê interministerial com a função de estudar e proceder à compra das subsidiárias encampadas.²³³ Todavia, as negociações em torno do valor global destas indenizações, estipulado em 135 milhões de dólares, não progrediram neste contexto. Um dos principais impeditivos para a concretização de um acordo com os estadunidenses consistiu na pressão política exercida pelos setores nacionalistas, especialmente Brizola, denunciando os termos acertados como profundamente lesivos ao interesses do Brasil.

Deste modo, esta questão das indenizações somente seria retomada e resolvida após a deposição do presidente João Goulart, logo no primeiro período do regime militar – conforme relata o então ministro do Planejamento e principal artífice destes acordos, Roberto Campos.²³⁴ Assim, esta conciliação final do governo brasileiro com os norte-americanos seguiu os termos e os valores indenizatórios estipulados anteriormente. No âmbito do Rio Grande do Sul, esta situação também seria solucionada através de uma determinação governamental, a qual estabeleceu os parâmetros para a realização de pagamento pela desapropriação da CTN, em um prazo de dez anos.²³⁵

²³² Sobre este debate das indenizações, ver: LIMA SOBRINHO, B. O Brasil e a encampação de concessionárias estrangeiras. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: IBRI, ano V, n. 18, junho de 1962.

²³³ FERREIRA, M. João Goulart. In: ABREU, A. et al. (Coord.). op. cit., v. III, p. 2624.

²³⁴ CAMPOS, R. *A lanterna na popa*: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 588-593.

²³⁵ RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 5.450, de 07 de março de 1967. Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo na ação de desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, no Rio Grande do Sul; a celebrar contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S. A.; a transferir para a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT), por incorporação, o acervo dos bens desapropriados, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 11 de mar. 1967.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exame destes eventos de intervenção estatal no campo econômico, esta dissertação procurou analisar o processo de construção do discurso do governo Leonel Brizola acerca do desenvolvimento. Ao longo da pesquisa, pôde-se verificar alguns dos principais traços da constituição relacional e heterogênea do referido discurso, onde as encampações apresentam-se enquanto acontecimentos relevantes para a compreensão da orientação política deste governo, bem como para a análise do debate sobre o tema do desenvolvimento.

Neste momento, mostra-se pertinente aludir alguns aspectos sobre a questão discursiva que esta dissertação procurou considerar. Em primeiro lugar, mostrou-se necessário sistematizar um aparato analítico oriundo da área da Análise de Discurso de extração francesa, a partir dos trabalhos fundadores de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. Além das reflexões destes autores, utilizou-se uma série de estudos que desenvolveram questões outras, em especial aquelas relacionadas à questão da heterogeneidade do discurso. Conforme referido no princípio desta pesquisa, tais subsídios teóricos necessitavam da mediação proporcionada pelas preocupações específicas do campo da Ciência Política. Nesta perspectiva, deve-se ressaltar a pertinência da elaboração do referencial analítico para contemplar o objeto deste estudo, o que possibilitou a apreensão de aspectos essenciais.

Um dos principais pontos apresentados corresponde ao debate em torno da noção de desenvolvimento, onde se procurou examinar algumas matrizes de pensamento com reconhecida influência nesta questão. Quanto a isto, o exame dos distintos projetos ou estratégias de desenvolvimento em embate permitiu cogitar algumas questões no que tange ao contexto do Rio Grande do Sul do período. O processo de esgotamento do paradigma

econômico então vigente nesta unidade da Federação possuía causas múltiplas, que deveriam ser relacionadas diretamente a determinantes do âmbito nacional. Desta forma, a situação de crise sócio-econômica abordada por estes discursos examinados denotaria a predominância de condicionantes endógenos, associados ainda a fatores próprios dos termos das relações do Estado com os níveis nacional e internacional.

No que toca às encampações analisadas, percebe-se como os discursos envolvidos congregam aspectos desta disputa entre distintos projetos de desenvolvimento. Com relação ao contexto político estadual, o debate acerca destas intervenções estatais no campo econômico conduziu à visualização de dois projetos diferenciados. Dentro da lógica de polarização que permeou a organização político-partidária sul-rio-grandense do período em foco, verificou-se a cristalização de propostas de desenvolvimento em torno do PTB e do PSD. Este último defendia um padrão de modernização da economia estadual atrelado às condições oferecidas pelo setor agrário, em uma vinculação ao modelo tradicional. Por seu turno, o projeto apresentado pela corrente trabalhista sustentava um modelo de industrialização acelerada, considerando a atuação estatal um fator central na constituição das condições estruturais necessárias ao desenvolvimento.

A diferenciação entre estes projetos para o Rio Grande do Sul acentuou-se no contexto analisado, quando as contradições próprias do padrão de desenvolvimento associado brasileiro se agravaram. Aliado a este aspecto, percebe-se ainda a incidência da radicalização política na constituição dos sentidos discursivos do desenvolvimento. Especificamente sobre o governo Brizola, as encampações mostram-se como eventos representativos, posto que apresentam indícios deste processo de acirramento da disputa política. Não obstante, as referidas nacionalizações promovidas pela administração trabalhista não conduziram a um padrão rígido de polarização, posto que o debate realizado no âmbito da Assembléia Legislativa demonstrou a existência de significativas posições de apoio ao governo. Todavia,

os efeitos destas encampações denotam um processo de radicalização do contexto político, em especial nas esferas nacional e internacional.

O que se pôde verificar através das disputas discursivas no plano estadual refere-se ao aumento da importância do fator nacionalismo, ainda que este congregue relevantes variações, em uma espécie de transposição para o espaço regional e estadual. Deste modo, observa-se nos pronunciamentos do governo Brizola a existência de um discurso nacionalista, contrário a qualquer influência ou forma de exploração econômica estrangeira. Este discurso associa-se a outros de viés estadualista e federalista, onde o inimigo residiria, respectivamente, na situação de exclusão sofrida pelo Rio Grande do Sul e na injustiça dos termos do pacto federativo. Estes três níveis ou espaços discursivos encontram-se articulados no que tange a esta questão do desenvolvimento, bem como podem ser percebidos nos casos das encampações realizadas por esta administração trabalhista.

O discurso político de sustentação a estes atos de expropriação compreende ainda alguns aspectos fundamentais em sua construção. Um destes refere-se à coexistência de duas formações discursivas notadamente distintas: o discurso religioso e o discurso técnico-científico. A utilização destes elementos na constituição dos pronunciamentos do governo Brizola procura conferir legitimidade às posições políticas assumidas e deve ser compreendida em função de suas condições de emergência. No caso do conteúdo religioso, pode-se apontar uma tentativa de resposta às acusações que vinculariam o governador gaúcho ao comunismo, bem como um recurso de menção indireta ao pensamento trabalhista de Alberto Pasqualini. Já o recurso a um saber técnico pode ser associado à trajetória de Brizola e sua formação acadêmica. Ademais, este discurso especializado aponta para condições de produção específicas, relacionadas ao acentuado processo de especialização das funções burocráticas no âmbito estadual e à implementação de planos governamentais de vulto no contexto nacional.

Outro aspecto essencial na compreensão deste discurso do desenvolvimento do governo Brizola corresponde à sua vinculação a Getúlio Vargas. A utilização da figura política do ex-presidente e de suas realizações apresenta indícios da construção de uma memória lacunar, remontando-se exclusivamente à sua atuação de cunho nacionalista dos últimos anos de governo. Nesta perspectiva, Brizola procura estabelecer uma ligação e uma suposta linha de continuidade entre estas políticas varguistas e sua administração no plano estadual. Assim, pode-se verificar como seu discurso utilizou estes relevantes recursos mnemônicos e simbólicos, especialmente a Carta Testamento, no intento de vincular-se a este projeto político nacionalista e à tradição trabalhista. Porém, através deste processo de rememoração na construção do discurso do governador, percebe-se a reformulação de algumas posições através de deslocamentos de sentidos, o que envolve as alterações nas condições de emergência e os efeitos da constituição de uma memória seletiva.

Os apontamentos sobre um projeto de desenvolvimento do governo Brizola conservam alguns aspectos do referido deslocamento discursivo, posto que sua vinculação à tradição varguista mostra-se subvertida pela adoção de medidas mais extremadas no campo econômico, como as próprias encampações. Deste modo, o discurso desta administração Brizola ultrapassa as posições assumidas pelo trabalhismo de Vargas e Pasqualini, indicando a construção de um paradigma de desenvolvimento distinto – no entremeio do capitalismo nacional e do projeto socialista. Assim, a estratégia política deste governo trabalhista sinaliza para uma maior intervenção do Estado na economia, com vistas a oferecer as condições estruturais consideradas essenciais ao processo de desenvolvimento. Ademais, a centralidade atribuída ao planejamento governamental e a utilização do nacionalismo enquanto fator condicionante das relações econômicas, especialmente nestes casos envolvendo o tema do capital estrangeiro, conferem a esta administração estadual um padrão diferenciado de desenvolvimento.

Não obstante estas colocações, deve-se reconhecer que esta pesquisa, em função de seus objetivos específicos, apresenta algumas generalizações sobre esta estratégia de desenvolvimento do governo Brizola. Para uma melhor compreensão da complexidade deste modelo econômico identificado a esta administração trabalhista no Rio Grande do Sul, convém considerar também outros elementos relevantes na configuração deste projeto, tais como suas iniciativas na área educacional e sua política agrária. Todavia, alguns dos padrões discursivos analisados nesta pesquisa tendem a ser verificados no estudo destas outras questões. Assim, a despeito de tais limitações, pôde-se perceber a centralidade que ocupam as encampanções examinadas na constituição deste discurso político e na configuração do projeto de desenvolvimento do governo Brizola.

FONTES DOCUMENTAIS

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, maio de 1959 e fevereiro de 1962.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, maio de 1959 e fevereiro de 1962.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, fevereiro de 1959 a maio de 1962.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituições do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Procuradoria Geral do Estado, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n.º 10.466, de 11 de maio de 1959. Encampa contratos de concessão e declara de utilidade pública, para fins de desapropriação os bens aplicados pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense nos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 11 de maio 1959.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 4.073, de 20 de dezembro de 1960. Autoriza a constituição da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 02 de jan. 1961.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n.º 13.186, de 16 de fevereiro de 1962. Cassa autorização utilizada pela Companhia Telefônica Nacional (Subsidiária local da “International Telephone and Telegraph Corporation”) e declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens à mesma pertencentes, situados no Rio Grande do Sul. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 16 de fev. 1962.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 5.450, de 07 de março de 1967. Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo na ação de desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, no Rio Grande do Sul; a celebrar contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S. A.; a transferir para a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT), por incorporação, o acervo dos bens desapropriados, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, 11 de mar. 1967.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1963.

RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Administração e Planejamento. *Roteiro do programa de governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1962.

RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959.

RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1960.

RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1961. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de, et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*: o discurso e suas análises. Campinas: Unicamp, n. 19, julho/dezembro de 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AXT, Gunter. *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul*: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UMG, n. 8, abril de 1960.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UMG, n. 16, janeiro de 1964.

BAARSCH, Marius. *Estrutura e desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1959.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BRAGA, Kenny, et al. (Coord.). *Perfis Parlamentares: Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

CAMPILONGO, Maria Assunta. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governos, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Partido de Representação Popular: políticas de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARONE, Edgard. *A quarta república (1945-1964): documentos*. São Paulo: Difel, 1980.

CARONE, Edgard. *A república liberal: I: instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CARONE, Edgard. *A república liberal: II: evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

CORTÉS, Carlos E. *Gacho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1986.

DUTRA, Milton (Comp.). *O trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguai, 1984.

FELIZARDO, Joaquim J. *A legalidade: último levante gaúcho*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIORAVANTI, Eduardo. *El capital monopolista internacional: ensayo sobre las leyes económicas y la crisis del capitalismo moderno*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e da Cultura – Serviço de Documentação, [1956].

FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – ISEB, 1958.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

GENNARI, Adilson Marques. *Réquiem ao capitalismo nacional: a lei de remessa de lucros no governo Goulart*. Araraquara: Laboratório Editorial/UNESP, 1999.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, v. 11, n. 19/20 janeiro/dezembro de 2004.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

GRIJÓ, Luiz Alberto, et al. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: a revoada do exílio: histórias de um pombo correio*. Porto Alegre: Rígel, 1992.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio: Camaquã-RS*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados: 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

IANNI, Octavio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – ISEB, 1958.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – ISEB, 1958.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Versus, 1985.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEFF, Nathaniel H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil: 1947-1964*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. O Brasil e a encampação de concessionárias estrangeiras. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: IBRI, ano V, n. 18, junho de 1962.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Desde quando somos nacionalistas?* Petrópolis: Vozes, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política “populista” no Brasil. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adilson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.

MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

MÜLLER, Elisa Maria de Oliveira. *A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense e o nacionalismo na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Petrópolis, 1997.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hégio (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um novo nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Porto Alegre: Globo, 1948.

PASQUALINI, Alberto. *Diretrizes fundamentais do trabalhismo brasileiro*. Porto Alegre: Of. Graf. Tip. Thurmann, [1950].

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos: o discurso e suas análises*. Campinas: Unicamp, n. 19, julho/dezembro de 1990.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PINTO, Céli Regina Jardim. Construindo a desconstrução: um exercício metodológico sobre análise de discurso. *Textos para discussão*. Porto Alegre: Programa de Mestrado em Ciência Política – UFRGS, n. 1, julho de 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado (ou como entender os meandros da linguagem do poder)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola: 1959-1963*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil: 1945-1964*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

SCHILLING, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul: I: a crise agro-pecuária*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.

SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon (Comp.). *Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Ed. da UnB, [1980].

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini: textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal – Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

TAVARES, José Antônio Giusti. Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências: 1982-94*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

TRINDADE, Hégio. Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). In: FLEISCHER, David Verge (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

TRINDADE, Hégio. O brizolismo e seu legado. *Teoria e debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 17, n. 59, agosto/setembro de 2004.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *A jangada do sul: Getúlio, Jango e Brizola*. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

VIEIRA, José Maria Gouvêa. *O capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Difel, 1975.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2000.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)